

Sumário dêste número

- EDITORIAL:** Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 869)
- COMENTÁRIO:** Localização da Nova Capital: Clima e Capital — Prof. EVERARDO BACKHEUSER (pág. 871).
- TRANSCRIÇÕES:** Geologia e Recursos Minerais do Meio-Norte (I) — GLYCON DE PAIVA e JOSÉ MIRANDA (pág. 873) — O Tamanho das Propriedades Rurais no Brasil (I) — T. LYNN SMITH (pág. 885).
- RESENHA E OPINIÕES:** Hiléia Amazônica (pág. 894) — O Sistema de Plantações Tropicais (pág. 896) — Áreas Alimentares no Brasil (pág. 900) — Povoamento (pág. 905) Limites Inter-Estaduais e o Conselho Nacional de Geografia (pág. 909).
- CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Sugestões didáticas em torno de um livro: Introdução à Antropologia Brasileira — 2.º vol. — Profa. LÊA QUINTIERE (pág. 911) — Cadastro de Professores (II) pág. 915).
- NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Câmara dos Deputados (pág. 918). — Presidência da República (pág. 920). — Conselho Nacional do Petróleo (pág. 920). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia (pág. 920). — Ministério da Aeronáutica (pág. 921). — Ministério da Agricultura (pág. 922). — Ministério da Guerra (pág. 922). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 923). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 923). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 923). — Prefeitura do Distrito Federal (pág. 924). — Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (pág. 924). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academia Brasileira de Ciências (pág. 929). — Associação dos Geógrafos Brasileiros (pág. 929). — Sociedade Brasileira de Geografia (pág. 929). — CERTAMES — I Reunião Brasileira de Ciência do Solo (pág. 930). — II Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura (pág. 931). — IV Congresso de História Nacional (pág. 931). — UNIDADES FEDERADAS — Bahia (pág. 934). — Paraná (pág. 934). — São Paulo (pág. 935). — MUNICÍPIOS — Florianópolis (Santa Catarina) (pág. 936). — EXTERIOR — Argentina (pág. 936). — Estados Unidos (pág. 936). — RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES GEOGRÁFICAS E CIÊNCIAS AFINS — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 937).
- BIBLIOGRAFIA:** REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 941). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA: — The Geographical Review — Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes I a V (pág. 944). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185 (pág. 946).
- LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário de leis e decretos publicados no período de 11 de julho a 10 de agosto de 1947 (pág. 948). — Integra da legislação de interesse geográfico — Leis: — (pág. 956). — Decretos (pág. 958). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos e demais atos de interesse geográfico — Bahia (pág. 961). — Santa Catarina (pág. 961). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Integra das Resoluções ns. 282 a 290 (pág. 962).

Boletim Geográfico

Ano V

NOVEMBRO DE 1947

N.º 56

Editorial

Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História

No dia 17 de outubro de 1947, realizou-se nesta capital a instalação solene da Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, instituída, por determinação do Governo brasileiro pelo Conselho Nacional de Geografia, com a Resolução n.º 3 de setembro de 1947, de acôrdo com os Estatutos da instituição pan-americana.

A solenidade foi efetivada no salão de conferências do Palácio Itamarati, estando presentes representantes diplomáticos dos países americanos que foram convidados pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

De acôrdo com as disposições regulamentares, são membros natos da Secção Brasileira os técnicos nomeados pelo Presidente da República, em decretos de 18 de agosto de 1947, para representantes do Brasil nas Comissões Científicas do Instituto Pan-Americano, a saber: professor Alirio Hugueney de Matos, para a Comissão de Cartografia; engenheiro Christovam Leite de Castro, para a Comissão de Geografia; e Dr. Virgílio Correia Filho, para a Comissão de História.

Está previsto na citada Resolução que outros técnicos, especializados em assuntos relacionados com as atividades científicas do Instituto Pan-Americano, façam parte da Secção Brasileira com a evidente preocupação de dar-lhe a indispensável plenitude de ação.

A missão da Secção Brasileira é, em última análise, servir de órgão de ligação entre o Instituto Pan-Americano e o país, encarregando-se junto à direção do Instituto dos assuntos de interesse dos serviços especializados brasileiros e dos seus técnicos e promovendo no país a realização dos estudos e trabalhos que constituam a participação brasileira nos empreendimentos e campanhas do Instituto.

A cerimônia do Itamarati significa os excepcionais auspícios com que se instalou a Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Basta citar duas presenças que são dois símbolos: a do embaixador Raul Fernandes, chanceler do Brasil, e a do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

A presidência brasileira do Instituto reflete bem o prestígio de que desfruta o Brasil no meio americano da cultura geográfica e histórica, e a escolha do embaixador Macedo Soares veio, indubitavelmente, dar excepcional relêvo ao importante instituto científico pan-americano junto aos Governos dos países americanos.

A presença do chanceler Raul Fernandes, a presidir uma cerimônia na tradicional Casa de Rio Branco, com a solidariedade do Corpo Diplomático americano, espelhou o transcendente significado do elevado aprêço em que o Governo brasileiro tem as iniciativas do ativo e fecundo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, cuja obra cultural se inscreve legitimamente no melhor esforço para o verdadeiro pan-americanismo.

Rio, outubro de 1947.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário-Geral do Conselho Nacional
de Geografia



Localização da Nova Capital: Clima e Capital

Prof. EVERARDO BACKHEUSER
Consultor-Técnico do C.N.G.

A um exame menos meditado do assunto não se vê porque as condições climáticas não de influir na escolha da localização da capital dos países do tipo do Brasil.

Parece, de fato, que o requisito primordial para essa localização deva ser a situação de equidistância dos pontos extremos do País, de sorte a tornar de fácil acesso para todos os habitantes, mesmo das zonas mais afastadas, o centro de gravidade da Nação. Esta última condição é realmente importantíssima, acaso a mais valiosa e decisiva mas não é a única. Outras há a serem pesadas devidamente no momento da decisão de transferir para outro local a capital até então instalada em ponto que entre a parecer menos conveniente aos interesses gerais. A transferência acarreta enormes gastos e convém, portanto, proceder meticulosamente, sem pressa (que é inimiga da perfeição), de sorte a chegar a uma solução que se possa dar por definitiva e na qual não se tenha ninguém, depois, de arrepender.

Considerado assim o problema, ter-se-á, sem dúvida, de levar em conta condições climáticas. Em países que não gozam de salubridade generalizada, a questão assume então importância de relêvo. Cumprir ter em vista que uma capital é ponto de forçada visita e muitas vezes mesmo de prolongada residência, não só de nacionais como de estrangeiros, pelo menos os diplomatas que por força de suas funções se devem alojar junto ao Governo da Nação. Só excepcionalmente lhes será lícito residir fora da capital. Se a capital estiver localizada em clima insalubre ou excessivamente quente, sofrerão muito todos quantos a procurem por necessidade funcional ou por motivo de terem de tratar de questões junto aos poderes federais. A grita no fim de certo tempo se tornaria volumosa e o mal-estar, sendo geral, acabaria refletindo-se na necessidade de uma nova mudança. Ora, mudar de capital não é trocar de roupa e não será coisa que se possa andar a fazer em cada século. Muda-se uma capital com enormes sacrifícios. Cumprir, pois, levá-la para local definitivo. Insistimos neste ponto porque há quem julgue dever ser a próxima mudança apenas "em caráter provisório".

Além da consideração acima, há outra que leva a exigir bom clima — ou pelo menos clima razoável — para uma capital. E' que a boa ou má fama de salubridade de um país vem daquela que possua a sua capital. O Rio de Janeiro, mau grado os seus encantos naturais, foi, como todos sabem, assolado durante muitos anos por epidemias de febre amarela e de varíola. Ficou com horrível renome no estrangeiro. Todos os navios temiam se aproximar dos dois portos mais importantes do Brasil — Rio e Santos. Com isso perdeu muito o Brasil, pois não era apenas desses dois portos que se guardava na Europa e Argentina (ao tempo tínhamos poucas relações diretas com os Estados Unidos) a lembrança da insalubridade. Há muita gente que julga a França por Paris e Portugal por Lisboa. Se Paris e Lisboa são de boa aparência e limpeza, também se entende que o resto do país goze das mesmas características.

Ainda mais. A capital de um país é ponto de natural atenção, senão para as atividades econômicas, seguramente para as lides intelectuais de todos os provincianos. A emigração para a capital, seja ou não o Rio de Janeiro, será sempre vultosa, na mesma ordem de grandeza em que é para todas as demais

capitais do mundo. O exemplo de Belo Horizonte é elucidativo. O "Curral del Rei" em poucos lustros se transformou em cidade de população avantajada. Mais uma condição, pois, para precisar a capital de clima favorável.

Bem andou, portanto, a Comissão de Localização da Nova Capital em inscrever entre as condições de preferência essencial para o novo grande centro urbano brasileiro região de clima ameno. Delimitou para isso na área total do possível Planalto Central umas tantas partes, em cota superior a 700 metros, para só dentro dessas fazer estudos particulares. Com essa delimitação prévia poupou trabalhos inúteis em uma porção de zonas que ficariam seguramente afastadas de cogitações ulteriores por não se mostrarem dignas climaticamente.

Perguntar-se-á porque foi escolhida a cota de 700 metros para traçar a linha divisória entre o que é conveniente e aquilo que o não é. Isso se explica porque a diferencial altimétrica é das mais fáceis de fixar em uma carta e corresponde com razoável aproximação a uma curva de temperatura aceitável em qualquer latitude dentre aquelas em que estão os planaltos do centro do País. Toda essa nossa região interior goza, por outro lado, de segura do ar, pois que afastada das proximidades do mar e das massas de água da Amazônia. O critério de 700 metros de altitude evidencia-se, assim, suficiente para uma primeira aproximação. E foi, creio eu, nesse caráter de "primeira aproximação", que estão os estudos dos ilustres componentes daquele selecionado grupo de técnicos. Quando a decisão final houver de ser tomada, aparecerão a lume condições mais rigorosas.

Geologia e Recursos Minerais do Meio Norte*

I

Boletim do Ministério da Agricultura
Ano 25 — Outubro-Dezembro 1936
Diretoria de Estatística da Produção

GLYCON DE PAIVA e JOSÉ MIRANDA

1 — INTRODUÇÃO

Em 1932, os Drs. Eusébio de Oliveira e Gérson Alvim, do Serviço Geológico do Brasil, fizeram uma excursão ao Piauí, e tiveram ocasião de averiguar do acerto da análise de Small sobre a possibilidade de água subterrânea no Estado, à qual juntaram observações anotadas de passagem: — “Com esta base de observações ficou resolvido fazer-se algumas sondagens para verificação de água subterrânea de caráter artesianiano em vários pontos do Estado. E atendendo à posição de Teresina, quer no ponto de vista geológico, quer das facilidades de transporte da sonda, conserto e aquisição de material, foi essa cidade escolhida para a primeira sondagem, que foi localizada em terreno da municipalidade. Esta sondagem nos forneceria também dados valiosíssimos sobre a estratigrafia regional e ocorrência de outros recursos minerais. O fim precípua da perfuração era, porém, provar a existência ou não de água artesianiana”. (*Anais da Academia t. VI n.º 3.30 — 1934 — E. Oliveira*).

Em abril de 1933, o engenheiro Abel Paulo de Oliveira montava a sonda junto à “Usina” (Estação de bombas de elevação da água do Parnaíba para uso doméstico na cidade), entregando-a em bom funcionamento, à profundidade de 18 metros, a um dos autores deste boletim (Miranda), porque, em virtude da criação do Serviço do Fomento da Produção Mineral (S.F.P.M.) por esta alçada transitavam os estudos de pesquisa e prospecção.

Não lhe competindo a pesquisa de água subterrânea, antes pertinente ao Serviço de Águas (D.N.P.M.) e à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, o S.F.P.M. prosseguiu, entretanto, com a sondagem, em obediência a uma política de não estorvar as perfurações então em marcha, antes do seu término natural, salvo razão de força maior. Vários lençóis d’água foram encontrados com artesianismo apenas apreciável, ratificando aí, plenamente, as previsões de Small no seu trabalho de 1914:

“Apesar da estrutura das camadas desta série (Parnaíba-Piauí), constituída de uma série de dobras muito leves, há pouca esperança de encontrar lençol artesianiano”.

“Mas embora não seja provável a existência de lençol artesianiano nesta região, é possível construir aí (Série Parnaíba-Piauí) bons poços em quase todos os lugares, sendo apenas necessário o emprêgo da bomba para obter-se água”. (Small — págs. 114-115 — *Publicação 32*).

A partir da profundidade de 219,46 metros, entretanto, o encarregado da sondagem reparou na presença de abundantes restos vegetais fósseis, em geral carbonizados, abandonados detriticamente em massa de arenito arcossiano, com abundantes sinais de estratificação diagonal, isto é, em situação francamente alóctone. Duas amostras foram enviadas ao Serviço Geológico para diagnose e examinadas pelo Dr. Eusébio de Oliveira.

* Em essência, a região que se estende do Piauí a Mato Grosso.

N. da R. — As ilustrações que acompanham o presente estudo serão reunidas na terceira e última parte a ser publicada no número 58 deste *Boletim*, referente ao mês de janeiro de 1948.

Trata-se de exemplares da família *Sphenoteridae* que atinge a máxima importância na época vestfaliana. Foram admitidas afinidades com os tipos seguintes: — *Palmopteris furcata*, Brgt, do vestfaliano da França e Alemanha, sinônimo de *Sph. affinis* L e H., do carbonífero da Escócia.

Referiu-se ainda ao seu encontro em Illinois (U.S.A.); na flora de Paracas no Peru, e Titicaca na Bolívia, sendo como segue, rematada a comunicação à Academia de Ciências:

“De tudo isto é lícito concluir que existem no Estado do Piauí camadas representativas do Culm ou do vestfaliano do continente Norte, onde se acham os grandes e valiosos depósitos de carvão de pedra do mundo, e que novos horizontes se acham abertos às pesquisas de carvão de pedra no Norte do Brasil”.

O fortuito achado proporcionado pela sonda, mudou de pronto o fim precípua da perfuração. Continuou-se a sondar; e, da flora fóssil carbonizada, foi reparado derradeiro vestígio à profundidade de 333,62 metros: — isto é, ao longo de 114 metros encontravam-se ininterrupta e irregularmente restos alóctones, carbonizados, de uma flora fóssil. A sonda, inferiormente, interessou folhelhos sapropelóides, até que à profundidade de 502,68 metros perfurou uma camada de arenito arcossiano claro, de 0,47 metros de potência, com despojos vegetais fósseis diferentes dos sobrepostos. — Sem mais ocorrência similar, transpuseram-se folhelhos fétidos e arenitos claros até esgotar a capacidade da máquina a 565,80 metros.

Assim, pois, em presença de abundantes detritos carbonizados de uma flora fóssil de *Sphenoterideos* vestfalianos, da mesma paleoflora que em outras partes do mundo, largamente contribuiu para construir os principais depósitos de carvão mineral atualmente em lavra, o S.F.P.M. encontra-se frente a frente ao imperativo de estudar e avaliar o peso desta descoberta; de discutir e experimentar a possibilidade da existência de maiores acumulações de detritos vegetais prevalecendo sobre os de origem mineral; ou melhor que isso, a subsistência *in situ* dos solos que suportaram as florestas carboníferas; uns e outros capazes de serem hoje traduzidos em jazidas de carvão mineral de menor ou maior valor.

De mais, uma cuidadosa pesquisa de fósseis efetuada pelos autores, conduziu à descoberta de uma escassa fauna com *Spirifer opimus*, Hall; *Edmondia* sp. e *Orbiculoidea* sp. nos *red-beds* que cobrem o horizonte com a flora vestfaliana, isto é, nos estratos inferiores da série Piauí de Small ou Parnaíba de Arrojado Lisboa.

Com a terminação da sondagem 125 e sob o imperativo de pesquisar carvão, que inesperadamente foi denunciado, está se tentando uma reconstrução paleogeográfica capaz de apoiar a locação de novas perfurações cujos fins precípuos passarão a ser agora a pesquisa do combustível mineral e não mais provar o comportamento artesiano de lençóis profundos.

Os elementos desta reconstrução são de um lado os decorrentes das conclusões a que até agora chegaram os geólogos que reconheceram o Meio-Norte; e de outro, os inferidos dos novos estudos sobre o material faunístico, florístico e litológico, conseguido no poço 125, ainda em mãos de especialistas. Os resultados até agora colhidos com estes últimos estudos são de tal ordem que, na longa história das investigações geológicas do Meio Norte, impõe-se divisão marcante: — o período de estudos que antecede a sondagem 125 e o que se lhe segue.

Daí a necessidade do presente balanço nos conhecimentos relativos ao primeiro período para encerrá-lo, selecionando as conclusões que possam vir em socorro da reconstrução referida. Este boletim não é outra coisa que um resumo do realizado até agora por observações de geologia da superfície, em cêrca de 100 anos de estudos muito esparsos e descontínuos.

Não foi possível fazê-lo completo porque toda literatura existente não é acessível. Foi antes o que pôde ser feito com as obras encontradas em nossas bibliotecas públicas. O objetivo do trabalho é um só: pôr ao alcance dos prospectores de carvão o que se sabe da geologia da região que investigam. O mérito do trabalho, se éle tem algum, é evitar-lhes fadigas e perdas de tempo em buscas bibliográficas.

A guisa de sumário de conclusões, é opinião nossa que, dos trabalhos estudados, pareceram-nos essenciais os de Arrojado Lisboa e Small, publicados ambos em 1934. Outra não é, aliás, a opinião de Branner.

Lisboa tentou uma estratigrafia dos terrenos do Meio Norte pelo lado do Maranhão, ao passo que Small fez a mesma cousa pelo Estado do Piauí. — Em grande parte versaram os mesmos terrenos, chamando-os respectivamente Série Parnaíba e Série Piauí. A correlação dos esforços de ambos, indispensável para evitar confusões futuras, foi feita em páginas seguintes.

Qualquer destas duas tentativas de estratigrafia precisa de revisão, porque no caso de Lisboa, trata-se de uma secção geológica única de Pastos Bons a Grota de Mendes, no rio Parnaíba; e no caso de Small, embora referindo-se a todo o Estado do Piauí, a correlação estratigráfica foi antes feita na base de um critério fisiográfico, que mesmo no âmbito dos critérios clássicos da litologia e da paleontologia.

E' indispensável revê-las cartografando previamente alguns *key beds* marinhos (calcáreos e folhelhos), de preferência os mais delgados e extensos.

Um dos méritos do trabalho de Antônio Dias é justamente indicar vários destes *key beds*. — Concisamente, a cartografia destes horizontes marinhos deve ser a primeira tarefa a ser realizada pelos geólogos no Meio Norte.

No seu trabalho "Entre a Amazônia e o Sertão" (*Boletim do Museu Nacional*, setembro de 1931) o professor Raimundo Lopes² procurando caracterizar a província florística em que domina o babaçu (*Orbignya Martiana*), isto é, a cognominada "Zona dos Cocais" reconheceu uma fitofisionomia própria aos terrenos que se estendem do Piauí a Rondônia (Mato Grosso):

"Entre a Amazônia e o Nordeste propriamente dito, estende-se vasto chapadão tabular de camadas horizontais. Aplicamos a essa região o nome de "Meio Norte", já usado pela gente do Extremo Norte, para designar em geral as regiões setentrionais aquém da Amazônia. O Nordeste é a mesma zona embora degradada, onde o antigo chapadão foi corroído até à ossatura cristalina. Daí a caatinga e o clima desértico em plena zona sub-equatorial. Enquanto isto o chapadão centro-setentrional apresenta o clima do tipo sudanês de De Martonne e a vegetação com savanas e florestas-galerias normais nessas latitudes. Anexar o Maranhão e o Piauí ao Nordeste é anti-científico; os territórios destes dois Estados têm mais afinidades com Goiás e Mato Grosso, tornando imprescindível considerar os grandes cocais quase homogêneos, desde o Piauí até a Rondônia como zona botânica diversa da Amazônia, das caatingas e dos campos cerrados que a envolvem".

"E' uma zona especial, por motivo da enorme abundância de babaçu (400 milhões de pés só no Piauí) em matas quase puras ou sub-homóclitas".

Suspeitamos que a razão essencial da permanência especial de uma província botânica tão bem definida, prende-se ao fato do fundamento geológico desta feição vegetal ser um mesmo território sedimentário, não metamórfico, horizontal, de fraco *run-off*, rico de rochas, reservatórios, guardando em seu seio tremenda massa d'água doce, periodicamente refeita por seis meses de chuvas. O subsolo passa a ser uma espécie de lago de compensação, garantindo, automaticamente, a perenidade dos cursos d'água regionais e ininterrupta vitalidade às plantas. Nesta ordem de idéias é curioso notar que um autor tenha imaginado construir artificialmente no Nordeste as condições naturais reinantes no Meio Norte.³

Em suma, à província botânica "Zona dos Cocais" corresponde quase ortogonalmente uma província geológica: "Bacia sedimentária do Meio Norte".

Este motivo essencial e o amor à brevidade fizeram-nos adotar a feliz expressão lançada por Raimundo Lopes.

² In A. J. Sampaio, *Fitogeografia do Brasil*. — Reproduziu-se em essência o pensamento dos autores citados, tanto quanto possível com as palavras por eles empregadas.

³ Eusébio de Oliveira — "Barragens submersíveis no Nordeste". — Conferência realizada na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em maio, 1935.

O presente trabalho foi dividido em três partes:

I — Introdução e Bibliografia.

II — Resumo e Comentário das Obras Consultadas.

III — Drenagem — Recursos Minerais — Bacia Sedimentária do Meio Norte.

Na segunda parte estudou-se, em primeiro lugar, a série Parnaíba-Piauí, assunto tratado pela maioria dos autores, e, em segundo, da chamada série Serra Grande, apenas reconhecida por Small e Williams.

Bibliografia geológica do Meio Norte

As fontes para o estudo da fisiografia, geologia geral e paleontologia do Estado do Piauí e Maranhão constam da lista a seguir. Algumas obras mencionadas, já o dissemos, não nos foram acessíveis por um motivo ou outro. Estudamos todavia, com interesse, os trabalhos que Branner julga importantes: — os de Lisboa e Small, ambos de 1914.

Tentamos, de alguns, em geral para os períodos anteriores ao cretáceo, um ensaio sinótico abrangendo o pensamento de seus autores sobre as formações por eles estudadas, procurando salientar, de preferência, os traços característicos e diferenciais realmente capazes de identificá-las ao campo. Conjecturamos, desta maneira, mais uma vez insistimos, ter poupado fadigas àqueles investigadores futuros da geologia local, principalmente os técnicos do S.F.P.M. em prospecção na região, aos quais seja útil a condensação, em um só volume, dos conhecimentos fundamentais até agora evidenciados sobre o subsolo do Meio Norte. Dispondo os apanhados conforme a cronologia do seu aparecimento, pode-se acompanhar a maior ou menor vitalidade dos conceitos, nascidos das observações feitas por pesquisadores diversos em épocas várias. Com este processo de exposição qualificam-se as observações de cada um, certifica-se de sua permanência nos tempos subseqüentes, averiguando sua influência sobre os autores ulteriores.

Bibliografia

I — 1827 — Brongniart, Adolphe: — "Notice sur le psaronius brasiliensis". *Bull. de la Société Botanique de France*, XIX, 3 — 10 em 8.º Paris 1827. Nota.

II — 1828 — Spix und Martius: — *Reise in Brasilien*, volume II págs. 770-809 — Munic. 40 — é Geographischer Anhang.

III — 1835 — Marcos Macedo: — *Terreno Carbonífero do Crato*.

IV — 1840 — George Gardner: — *On the Geology and Fossil Fishes of North Brazil*. Report of the British Association for Advancement of Science for 1840.

V — 1846 — George Gardner: — *Travels in the Interior of Brazil*, principally through the northern and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841-XVI — 562 pages London. 1846 (Piauí, pages 169-243).

VI — 1850 — Franciscus Unger: — *Historia Naturalis Palmarum*. Autor C.P. Ph. de Martius, Lipsiae (1850) I — caput secundum. De palmis fossilibus, page LXX tab. geol. I, figura 4, uma palm. fossil Psaronius Brasiliensis Brongn, da Província de Piauí.

VII — 1871 — Guilherme Dotd: — *Relatório acerca da exploração do rio Parnaíba*. Por ordem do Presidente da Província do Piauí pelo engenheiro Dr. Gustavo Luis Guilherme Dotd — 1871.

VIII — 1876 — J. W. Wells: — Notes of a journey from the River St. Francisco to the River Tocantins and to the City of Maranhão — *Journal of the Royal Geographical Society*, volume XLVI, pages 308-328, map., London 1876.

IX — 1886 — J. W. Wells: — *Exploring and traveling three thousand milles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão*. Two volumes London 1886.

X — 1891 — Solms Laubach, H. Grafen Zu: — *Fossil botany, being an introduction to paleophytology*. Translation by Henry E. F. Garnsey. Revised by I. B. Balfour. Oxford, 1891. Psaronius from Brazil, pages 170-171.

XI — 1901 — Temple: — *Report on the State of Maranhão n.º 457*. Miscellaneous Series. Diplomatic and Consular Reports (British) Foreign Office, February, 1901. London. Printed for His Majesty's Stationery office — 1901. Note on geology of Maranhão, 3; minerals, 8.

XII — 1904 — Solms-Laubach, H. Grafen Zu: — “Ueber die schicksale der als Psaronius Brasiliensis Beschriebenen fossilreste unserer museen”. (Fertschrift zur Feier des siebzigsten Geburtstages des Herrn Professor Ascherson). Págs. 18-26, em 8.º — Leipzig, 1904.

XIII — 1912 — Pelourde, F.: — “Observations sur le Psaronius brasiliensis”; *Ann. Soc. Bot.*, 1912.

XIV — 1914 — Derby, O. A.: — “Crow structure of Psaronius brasiliensis”; *Am. Journal of Science*, 1914.

XV — 1914 — Miguel Arrojado Lisboa: — “The Permian Geology of Northern Brazil” — 1914 — *American Journal of Science*. Volume 187 — Estudos de campo em 1909.

XVI — 1914 — Horatio L. Small: — *Geologia e suprimento de água subterrânea no Ceará e parte do Piauí* — Publicação 25 — Série I — D. Geologia — Inspeção Federal de Obras contra as Secas — 2.ª edição. Imprensa Inglesa 1923 — Rio. 1.ª edição junho de 1914.

XVII — 1914 — Horatio L. Small: — *Geologia e suprimento de água subterrânea no Piauí e parte do Ceará*. Publicação 32 — Série I — D. Geologia — Inspeção Federal de Obras contra as Secas — 2.ª edição. Imprensa Inglesa 1923. Rio.

XVIII — Gerald A. Waring: — “Some features of the Geology of northeastern Brazil” — *Annals of the Carnegie Museum* — Vol. XIII, numbers 1 and 2, págs. 183-223.

XIX — 1920 — John Casper Branner: — *Resumo da geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil* — Press of Judd & Detweiler, inc. Washington, D.C.

XX — 1922 — Antônio Dias: — *O Sertão Maranhense* — Esboço geológico, fisiográfico e social — Maranhão — Imprensa Oficial — 1922.

XXI — 1925 — Luís Filipe Gonzaga de Campos: — “Notas sobre algumas localidades em que se encontram os fósseis terciários e cretáceos” — Anexo à *Monografia n.º IV do S.G.M.B.*

XXII — 1925 — Luís Flores de Moraes Rêgo: — *Notas sobre a geologia do Estado do Piauí* — Tipografia do O Piauí — 1925.

XXIII — 1925 — E. W. Shaw, W. H. Wright and Jas. L. Darnell Jr.: — “The mineral resources of Maranhão, Brazil” — Publicado em dezembro de 1925 no *Economic Geology* n.º 8, págs. 723-728.

XXIV — 1926 — Horace E. Williams: — “Geologia e recursos minerais do norte do Ceará” — *Boletim n.º 16 do S.G.M.B.*

XXV — 1930 — Luís Flores de Moraes Rêgo: — “Notas sobre a geologia do Estado de Maranhão” — Separata do *Boletim do Museu Nacional* — 1930.

XXVI — 1930 — Luís Flores de Moraes Rêgo — *Comparação entre o sistema de Santa Catarina e formações do Maranhão e Piauí* — Nota apresentada em julho de 1930 à Academia de Ciências pelo Dr. Carneiro Filipe.

XXVII — 1931 — Sílvio Fróis Abreu — *Na Terra das Palmeiras* — Editores T. Leite & Cia. — Rua Tobias Barreto, 12 — Rio de Janeiro — 1931.

XXVIII — 1933 — Luís Flores de Moraes Rêgo: — “As possibilidades da existência de carvão nos vales do Parnaíba e do Tocantins”. Publicado na *Revista de Engenharia do Rio de Janeiro*.

XXIX — 1933 — Luís Flores de Moraes Rêgo: — Notas geográficas e geológicas sobre o rio Tocantins — *Boletim do Museu Goeldi* — pág. 271 — Belém — Pará.

XXX — 1934 — Eusébio de Oliveira: — Ocorrência de plantas carboníferas da flora cosmopolita no Estado do Piauí — *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. T. VI, n.º 3 — 30 de setembro de 1934.

XXXI — 1934 — José Miranda: — “De Teresina a Nova Iorque (Maranhão) pelo vale do Parnaíba” — *Relatório* apresentado ao S.F.P.M. pelo assistente José Miranda. Inédito.

2. RESUMO E COMENTÁRIO DAS OBRAS CONSULTADAS

Série Parnaíba — Piauí

V. — George Gardner. — *Travels in the Interior of Brazil*, etc.

Gardner, nesse seu trabalho trata, na parte relativa ao Piauí e Estados limítrofes, especialmente de observações botânicas. Cita o encontro de um peixe fóssil na serra do Araripe, no local Brejo Grande, dedicando um escrito especial a essa ocorrência. Essa obra é encontrada na Biblioteca Nacional, com a indicação do arquivo: III — 243, 3, 17.

VII. — Guilherme Dodt. — 1871 — *Generalidades sôbre a geologia do Piauí*.

Transcrevemos na íntegra a opinião de Dodt sôbre a geologia da região que percorreu:

“O caráter geológico da parte do vale do Parnaíba, que tive ocasião de percorrer, corresponde, como nos parece, em tôda parte, à formação da “pedra de areia vermelha superior (*bunter sandstein; upper new red sandstone and red marle; nouveau gres rouge*), que é a parte inferior da formação triássica. É naturalmente muito difícil fazer estudos geológicos em terrenos onde não há obras artificiais de qualidade alguma, que permitam ao olho penetrar nas profundidades da terra, e onde tudo há de limitar-se ao estudo dos rochedos que se acham à vista. Ainda maior torna-se a dificuldade, se se tem de considerar tais estudos como um fim muito subordinado, com que não se deve gastar tempo, que já é assaz absorvido pelo fim principal, não se podendo desta forma fazer mais do que coligir o que se apresenta espontaneamente. Por isso devia limitar-se a observar os caracteres principais que as diferentes serras apresentam, e felizmente são elas quase tôdas talhadas a pique, de sorte que a vegetação não esconde suas camadas. Assim, vê-se logo que tôdas as serras isoladas, que demoram entre a serra principal e a margem do rio, repetem em ponto pequeno o caráter da serra principal. Tôdas elas formam, em cima planícies mais ou menos extensas e nos lados despenhadeiros a pique, cuja estratificação corresponde perfeitamente à da serra principal.

Reconhece-se desta forma com tôda a evidência que elas são parte da chapada alta, denominada serra da Tabatinga, separadas dela pela ação das águas antediluvianas. Por entre elas estendem-se chapadas muito mais baixas, cujo terreno é formado dos materiais produzidos pela decomposição mecânica dos rochedos daquelas serras, e niveladas pela ação das águas, devendo-se também atribuir a esta, que o cimento argiloso que unia nos rochedos os grãos de quartzo para formar a “pedra de areia”, que era mais solúvel, desapareceu ficando só uma areia muito fina de quartzo. Ainda atualmente se observa em ponto pequeno esta ação da água no leito do Parnaíba, cujas ribanceiras são formadas de um barro vermelho muito arenoso, evidentemente o resultado da decomposição daqueles rochedos, enquanto as coroas que obstruem em muitos lugares o rio, e que se acham continuamente em movimento, sendo desmanchadas no lado de cima, e formando-se de novo no lado de baixo, até que são levadas para o mar, enquanto estas coroas consistem de areia de quartzo pura e muito fina, que se achava no barro, quando êste caiu no rio na ocasião de serem atacadas as ribanceiras pelas enchentes. Todavia, não quero negar que não tenha também havido lugar à ação de outras forças que parecem ser indicadas pelas camadas de seixos, quase só de quartzo, que se encontram em alguns lugares, mas não me parece necessário recorrer aos fenômenos do *drift* para explicá-las, porque se encontram no vale mesmo do Parnaíba, principalmente nas proximidades da vila de Paranaguá, conglomerados de quartzo, cujo cimento é argiloso e portanto pouco resistente à ação da atmosfera e da água. As serras mesmas consistem em geral de uma “pedra de areia vermelha” com cimento argiloso e de pouca resistência que em muitas outras partes pode ser considerada como “argila xistosa” (*Schiefer thon*) e em outros adquire bastante dureza. Camadas subordinadas de argila de diferentes côres (tabatinga) aparecem aqui e acolá, e sendo a côr vermelha que predomina proveniente de peróxido de ferro, aparece êste às vêzes puro (tauá).

Também se encontram em alguns lugares camadas de pedra calcárea porém, eu mesmo não tive ocasião de examiná-las, porque ficavam muito longe de meu caminho; em certo lugar denominado “Sertão dos Caracóis”, não muito

distante das cabeceiras do Uruçuí ao São Félix, encontrei alguns fragmentos de pórfiro, sem poder encontrar rochedos desse material, que sem dúvida se deve achar por ali, visto que as pedras não mostravam sinais de serem transportadas de longe, não tendo os cantos arredondados.

Tôdas aquelas serras são impregnadas de sal (cloreto de sódio), que em muitos lugares e floresce e é aproveitado de uma maneira muito rústica pelos habitantes. Sem dúvida, poder-se-iam tirar maiores vantagens de uma exploração mais racional em terras para onde o transporte de sal é difficilimo. De petrefactos não pude achar senão um fragmento de calamites, planta própria, ainda que não característica da formação indicada”.

Conforme se vê a contribuição de Guilherme Dodt à geologia do Piauí é pequena. Sua sugestão de aproximar os terrenos do vale do Parnaíba do triássico inferior (*bunter sandstein*), não é totalmente destituída de méritos. O achado que diz ter realizado de uma artrofitita comum no Pensilvaniano perde o atrativo pela falta de procedência e legitimidade da diagnose.

VIII. — J. W. Wells — *Notes of a journey from the river St. Francisco to the river Tocantins, etc.*

Wells não falta de observações geológicas de grande interesse — faz referências, a ocorrência de ouro perto de Carolina e rio Manuel Alves:

“Perto da foz do rio Manuel Alves, poucas milhas ao sul da cidade de Carolina, uma cadeia de morros de fantásticos perfis, isolados ou agrupados, atravessa o vale do rio Tocantins: São um esporão da grande cadeia divisória dos rios Tocantins e São Francisco, que, depois da travessia daquele, prossegue na cadeia de montanhas que constitui divisor de águas do Tocantins e do Araguaia. Relatam que estas montanhas são ricas em ouro. Várias amostras foram encontradas; nunca foram elas convenientemente trabalhadas ou lavradas, tratando-se de distritos em território de índios”.

Mais adiante, cita as elevações que separam as vertentes do Grajaú e Pindaré da do Tocantins, como terrenos ricos em ouro, cobre, tendo éste sido encontrado em grande quantidade, ainda não explorado. Menciona que, nas proximidades da vila da Chapada, Maranhão, margem oriental do Grajaú, o solo é formado de sedimentos argilosos, cobrindo estratos de rocha rica em cobre, que se estende por muitas milhas, de que viu o autor amostras de interesse. A distância da Chapada a Carolina é avaliada em 188 milhas. A viagem de Wells foi feita de janeiro a junho de 1875. Encontra-se a obra na Biblioteca Nacional, com as seguintes indicações do arquivo: III — 97 — 1,11 a 99,1,13.

X. — J. W. Wells — *Exploring and traveling three thousand milles, etc.*

O autor descreve uma viagem que fez do Rio de Janeiro ao Maranhão, passando por Minas, Bahia e norte de Goiás, segundo o itinerário: Rio de Janeiro e Minas Gerais até o Carinhanha; daí pelo São Francisco até Barra Grande e pelo rio Grande (afluente do São Francisco) até Boqueirão (Bahia); prosseguiu por terra até Pôrto Franco, sobe o rio do Soninho, navegando por éste até o Tocantins, que desceu caminho de Carolina. Deste lugar viajou por terra até São Luís do Maranhão, escalando em Chapada e Grajaú.

Só acidentalmente faz observações quanto à ocorrência de determinadas rochas, sem grande interesse para a geologia sedimentária do Meio Norte. Vem anexo ao seu relatório um mapa, com a seguinte legenda: — South America — Physical Map of Brazil — A scetch indicating the surface configuration of the Country — by James W. Wells. M. Int. C. F.; com três côres relativas a “grass & scrub, arid sandy, savannas or moorlands”. Encontra-se um exemplar da obra na Biblioteca do Museu Nacional.

XV. — M. Arrojado Lisboa — 1914 — *The Permian Geology of Northern Brazil.*

Em 1909, o Dr. Lisboa foi encarregado, pelo Serviço Geológico, de um reconhecimento no Meio Norte. Esta exploração, disse o seu autor em conferência, tinha por fim “verificar a não existência de *Psaronius* no Piauí e no Maranhão”. Enquanto viajava por parte destes Estados, o seu assistente, Hans Baumann, percorria o sul do Maranhão, e o norte de Goiás, até Pôrto Nacional. O quadro, a seguir, é um sumário das conclusões de Lisboa e evidencia as divisões que estabeleceu, pela primeira vez, na série que chamou Parnaíba, descrevendo-a sob a legenda. — “Upper Permian Parnaíba Series”.

O reconhecimento permitiu-lhe esboçar os limites da nova formação:

"Pelos dados do meu assistente, o Sr. Baumann, vimos que, com segurança, é possível estender os limites do Permiano do sul do Maranhão até Pôrto Nacional, em Goiás. No alto Parnaíba êstes sedimentos ocorrem nas cabeceiras do Balsas".

"Graças aos estudos geológicos do Dr. Roderic Crandall" (1908), ora podemos correlacionar com os terrenos do Parnaíba, a maior parte dos sedimentos do Piauí, entre Floriano e Picos".

"Os Drs. C. A. Waring e Manuel Arrojado Lisboa na sua excursão no noroeste, através da serra Grande, pelo vale do Poti abaixo, observaram perturbações nos sedimentos e a ocorrência de rochas diabásicas. Supuseram por isto muito antes de terem conhecimento desta obra, que o leito do rio Poti era pré-cretáceo".

"Resulta que grande parte dos depósitos do Estado do Piauí pertence, com certeza, à Série do Parnaíba, enquanto a área cretácea, considerada outrora como abrangendo quase todo o Estado, acha-se assim grandemente reduzida.

"Muito provavelmente os sedimentos desta série, que se sabe se prolongam nas várzeas do Tocantins, estendem-se até a foz do Araguaia, e possivelmente abrangem os flancos das chapadas onde nascem os rios Gurupi e Guamá".

SÉRIE PARNAÍBA DO PERMIANO SUPERIOR (Apud Arrojado Lisboa)

N.º	DENOMINAÇÃO	Caracteres	Ocorrência	Fósseis	Observações
5	CAMADAS DE PASTOS BONS	Folhelhos e calcáreos com opala alternadamente verde e chocolate intercalando um banco de arenito branco. O calcáreo verde superior tem 3m. de espessura (Calcáreo da Gangorra, Cadeira), representando o topo do permiano.	Cabeceiras dos afluentes do Parnaíba nascendo na cidade de Pastos Bons.	Psaronius da Estrada de Ferro de Caxias-Cajazeiras (?).	At Cadeiras (Estação Aarão Reis) this limestone marks a genuine non conformity and must represent the top of Permian.
4	ARENITO DE SÃO BARTOLOMEU	Arenito cinzento ora friável, ora lustroso, frequentemente com estratificação cruzada. Presença de sílex chocolate na base. Espessura visível 50 metros.	Estrada de Riachão a Pastos Bons.	Psaronius do rio Bartolomeu (?).	
3	ARENITO VERMELHO DO JABUTI	Arenito vermelho com manchas púrpura. Intercalação de leitões pisolíticos mais comuns na passagem superior. É o arenito das escarpas. Espessura visível em Amarante 150 metros.	Grande desenvolvimento ao norte e sul da chapada do Jabuti, a leste e oeste de Teresina.	Belos espécimes de Psaronius da chapada do Jabuti; da aldeia dos Graços entre os rios Manuel Alves em Goiás; da Fazenda Buritizal, 12 léguas de Pôrto Nacional; Carolina; rio das Balsas; cidade do Livramento, várzeas do Tocantins, etc.	Freqüentemente se intercalam na espessura do arenito leitões subordinados de folhelhos arenosos chocolate. Num poço em Floriano, 6 metros dêste folhelho repousam diretamente sobre o arenito Mendes. — Interessado em Amarante por um lençol de diabásio.
2	ARENITO DA GROTA DO MENDES	Branco e friável no topo cinzento na base.	Da Grota do Mendes entre Nova Iorque e Floriano pelo Parnaíba abaixo, talvez até Floriano ou além.	Psaronius e coníferas da Grota do Mendes.	
1	FOLHELHOS DA GROTA DO MENDES	Folhelhos marnosos cor de cinza e leitões calcáreos capeados por fina camada de conglomeratos.	Só mencionados na Grota do Mendes formando o leito do Parnaíba.		

Além dos fósseis mencionados no quadro anexo, considera o Dr. Lisboa, acidentais à Série Parnaíba os troncos de Dicotiledôneos de:

- a) — Surubim — margem do Parnaíba, entre Grota do Mendes e Floriano;
- b) — Pedras — 34 quilômetros ao sul de Floriano;
- c) — Alagoas — 30 quilômetros ao sul de Floriano;
- d) — Amarante — arredores da cidade;
- e) — Lagoa — perto de Floriano.

Ainda mais, Arrojado Lisboa manifesta a intenção de incluir na Série Parnaíba a formação betuminosa exposta em Codó, Codôzinho, Grajaú, Mearim, Rio Sereno, Poços e Chapada do Corda. E conclui: — O estudo dos folhelhos betuminosos do Inferno (Codó) e um rápido reconhecimento entre Codó, Caxias e Teresina, solucionarão facilmente este importante problema da geologia do Maranhão". — (O da correlação das formações expostas nestes lugares e o da posição estratigráfica dos horizontes betuminosos).

XVI. — H. L. Small — *Rochas sedimentárias do norte do Piauí* — 1914.

No segundo semestre de 1912 o geólogo Small estudou, pela primeira vez, superficialmente, uma parte do Piauí. O seu relatório foi escrito em 1913, e publicado no ano seguinte. O trabalho anterior do Dr. Lisboa, embora de 1909, ainda não estava editado. Todavia, Small dêle tinha conhecimento. O seu trajeto foi: — "Deixando o sul do Ceará, viajei de Campos Sales em direção norte a Crateús, entrando no Piauí pelo caminho que passa pelo Boqueirão do Poti. Fiz duas secções através do Estado do Piauí, uma de Boqueirão do Poti, para leste, até Teresina, e outra de Teresina para nordeste, até Ipu (Ceará)".

Eis como Small narra o seu encontro com a Série Parnaíba: "A cerca de 30 quilômetros de Marvão (Castelo) no ponto onde a estrada atravessa o rio Poti, encontra-se novamente mais uma formação que dêste ponto, vai até Teresina. Esta formação, em diversos lugares do Piauí e Maranhão, foi descrita pelo Dr. Miguel Arrojado Lisboa (relatório não publicado) e devido à sua existência característica na chapada do Jabuti, no Maranhão, êle deu o nome de arenito do Jabuti, nome este que será adotado neste relatório".

"Na região, porém, onde encontrei esta Série (Parnaíba), somente vi a parte bem de cima, isto é, no arenito do Jabuti. A divisão do Dr. Lisboa baseia-se na secção entre Floriano (Piauí) e Nova Iorque (Maranhão) que fica muito mais para o sul. É possível que êle tenha incluído no seu arenito do Jabuti uma parte das camadas que procurei diferenciar pelo nome de arenito de Campo Maior".

Como se vê, na sua rápida excursão ao Piauí (apenas o mês de novembro de 1912), Small não apresentou fatos novos para um esclarecimento mais perfeito da Série Parnaíba. Reconheceu, na formação do Castelo a Teresina, que a maioria dos afloramentos pertencia ao grupo Jabuti — de Lisboa, o que, essencialmente está certo. Entretanto, aos terrenos em tôrno da cidade Campo Maior, chamou-os "Arenito de Campo Maior", colocando-os sobre o arenito do Jabuti. Ainda sobre a formação Campo Maior dispõe os sedimentos "Serra Grande" que considera duvidosamente cretáceos.

Ver-se-á, no seu ulterior trabalho, *Publicação 32*, como Small modifica radicalmente estas primeiras concepções, frutos de uma viagem apressada, polarizado como estava ao problema, primordial no momento, das estruturas favoráveis ao armazenamento de água subterrânea. Pode-se resumir a viagem de 1912, dizendo que Small não trouxe contribuição nova à geologia do Piauí e que, ao contrário, sugeriu relações não verificadas posteriormente, e por êle mesmo abandonadas (Posição estratigráfica das formações Campo Maior e Serra Grande).

XVII. — Small — 1914 — *Série do Piauí de arenitos e folhelhos*.

De junho de 1913 a janeiro de 1914 Small viaja novamente pelo Norte, empregando a melhor parte do seu tempo em observações no Piauí. Em junho de 1914, apresenta o seu trabalho constituindo a *Publicação 32* da I.F.O.C.S. visando mais o ponto de vista econômico que o científico, — confessa o seu autor no prefácio.

Desta feita Small percorre, só em terrenos sedimentários, cerca de 2 000 quilômetros a cavalo, e consegue, desta maneira, uma noção melhor firmada da litologia e dos aspectos fisiográficos sob os quais estão expostos os grupos que

penosamente tenta individualizar na massa clástica da bacia do Parnaíba. É curioso notar, entretanto, que a publicação atual não reflete influência alguma da obra anterior de Lisboa, sabido que em 1912 Small reconheceu no campo o grupo Jabuti (Lisboa). Chegou mesmo a criar o nome "Série Piauí de arenitos e folhelhos" para a maior porção dos terrenos por êle examinados, esquecendo que invadia assim parte da coluna estratigráfica do seu antecessor. Discutiremos êste tema em capítulo posterior.

"Esta série (Piauí) consiste de arenito calcáreo intercalado e de folhelhos arenosos tendo algumas camadas muito finas de folhelhos calcáreos". Não vi esta série em toda a sua espessura em parte alguma do Estado, podendo-se apenas ver alguns pontos de espessura considerável. Um destes, e dos melhores, fica na serra Pedro II, de 800 metros sobre o nível do mar até o nível do vale do Parnaíba a 60 metros de altitude".

GRUPOS DA SÉRIE PIAUÍ (SMALL)

N.º	DENOMINAÇÃO	Caracteres	Ocorrência	Fósseis
3	ARENITO VERMELHO SUPERIOR — 250 METROS	Arenito, mole, vermelho, ocasionalmente com camadas de folhelhos finos e calcíferos. Estratificação falsa freqüente mas inconspicua. Decompõe-se em solo espesso de areia vermelha. Semelhança litológica notável com o cretáceo do Araripe. A parte basal é um horizonte silicoso pisolítico e limonítico (Teresina, Livramento, etc.).	Ocupa menor área que os membros inferiores. Forma a parte superior das grandes serras: Pedro II, Chapada Grande, Serra dos Caetanos, Serra do Brás, etc. Forma penhascos, escarpas abruptas e boqueirões.	"Sigilaria declosticada" colhida na base da Chapada Batista, dentro de um pedaço de arenito, idêntico ao da parte superior. "Indicativo de idade carbonífera ou permiana" (Derby).
2	ARENITO E FOLHELHOS CENTRAIS 200 METROS	Arenito folheado, mole, amarelo e cinzento. Afloramentos em geral revestidos de canga. Parte superior de estratificação falsa. Parte inferior finamente estratificada.	Êste andar é o que mais freqüentemente está exposto: — Quase todas as chapadas baixas. De Parnaíba a Piracuruca, flancos de Serra Grande, Teresina, Valença, Oeiras, etc., à exceção dos pontos muito altos ou muito baixos.	
1	ARENITO E FOLHELHOS INFERIORES 70 METROS	Folhelho areento e arenito calcáreo de camadas finas 20 metros. Folhelho Pimenteira 20 metros — Purpurino e às vezes calcáreo sendo então branco. Arenito calcáreo 30 metros. Numerosas marcas de ondulação (encrespado Small). ESPESSURA TOTAL — 70 metros.	Exposto a oeste da serra do Engano e perto de Pimenteira. Aflora na barra do Capivari (Rio Poti), nos arredores de Picos e no rio Parnaíba, ao sul de Amaranthe. Freqüente nas zonas baixas, como o curso inferior do Longá, alguns pontos do Poti, etc., e toda a chapada do baixo Parnaíba na lstitude da barra do Longá.	

"Afora estas grandes serras, a série não tem geralmente espessura muito superior a 300 metros, sendo de muito menos nos vales dos rios". A observação do conjunto da série nas diversas localidades e a sua reconstituição dão as seguintes divisões geológicas" (Vide quadro precedente).

O estudo das notas minuciosas tomadas durante a exploração, permitiu distribuir os diferentes afloramentos visitados e mencionados por Small, pelos três grupos em que dividiu a sua Série Piauí.

* A enumeração original de Small foi alterada na forma de expor e completada com os seus próprios dados.

AFLORAMENTOS DO HORIZONTE 3 DE SMALL (SUP.)

LOCALIDADES	Altitudes	Classificação de Small	Observações
Alto Serra Pedro II.....	710	Arenito vermelho, mole, com canga.	
Alto Chapada Batista.....	550	—	
Chapada Grande.....	300	—	
Serra Branca.....	500	Arenito vermelho, mole.	
Serra dos Caetanos.....	—	—	
São Pedro.....	—	Arenito vermelho.	
Altos.....	—	Arenito vermelho.	
Chapada de Floriano a Oeiras...	300	Arenito vermelho.	No leito dos rios aflora o horizonte 2.
Chapada Sambito — São Vicente	300	Arenito vermelho com folhelhos intercalados.	
Rio Fidalgo (São João Pi)....	230	Folhelho purpurino.	
F. S. Domingos (Teresina).....	105	Folhelho areento amarelo.	
Cabeceira.....	365	—	
Carnaubal.....	330	—	Est. Periperi-Castelo.
Bôca de Catinga.....	320	Horizonte silicoso.	Est. Periperi-Castelo.
Teresina.....	80	Horizonte pisolítico.	Só nas partes altas da cidade.
Divisor Sambito-Guaribas.....	400	Horizonte pisolítico.	
Rio Parnaíba de Floriano a Amaranate.....	140	Contacto com o horizonte 2.	

O limite superior da potência do grupo 3 seria, pois, admitindo camadas horizontais, a diferença de nível de Pedro II para Teresina, isto é, 630 metros, quando a espessura medida por Small é inferior à metade deste número (250 e 300 metros). Resulta um evidente mergulho para o rio Parnaíba, cujo limite máximo é também a mesma diferença de nível, dividida pela distância em linha reta, (170 quilômetros) isto é, entre 3 e 4 metros por quilômetro.

Na estrada de Castelo a Teresina, na fazenda Botino-Rio Poti, Small verificou para o termo central da sua Série Piauí, um mergulho de 35 metros na distância de 5 quilômetros o que condiciona um mergulho de 7 metros para NO.

AFLORAMENTOS DO HORIZONTE 2 DE SMALL (MÉDIO)

LOCALIDADES	Altitudes	Classificação de Small	Observações
Campo Maior.....	125	—	Cidade
Barras.....	70	Arenito cinzento.	Cidade
União.....	—	Folhelhos areentos.	Cidade
Salobro.....	95	—	Leito do Poti.
Pé da Ladeira.....	250	Folhelhos calcáreos.	
Leito Longá.....	130	Folhelhos calcáreos.	Campo Maior.
Floriano.....	140	Folhelho calcáreo branco e púrpura.	
Amarante.....	130	Arenito mole, cinzento.	
Periperi.....	160	Arenito cinzento castanho.	Cidade
Batalha.....	80	—	—
Retiro.....	60	Arenito calcáreo.	m. e. Longá.
Médio Rio Longá.....	50	Folhelhos areentos de camadas finas.	—
Chapada Periperi-Batalha.....	150	Arenito calcáreo.	—
Fazenda Careta.....	220	—	Rio Berlenga.

AFLORENTOS DO HORIZONTE 2 DE SMALL (MÉDIO)

LOCALIDADES	Altitudes	Classificação de Small	Observações
Prata.....	140	Arenito de camadas finas.	Rio Poti
Divisor Piranji-Jacaré.....	140	—	Bacia do Longá
Rio Ipueira.....	125	Arenito cinzento calcáreo.	Base Pedro II
Meia Altura Pedro II.....	—	Arenito calcáreo	—
Alto Parafuso.....	300	Arenito calcáreo.	Rio Poti
Garganta Serra Branca.....	—	Arenito calcáreo de camadas finas.	—
Garganta Serra Engano.....	—	Arenito calcáreo de camadas finas.	—
Curral Velho.....	215	Folhelhos de camadas finas.	Rio Poti
Chapada Rio Corrente.....	310	Folhelhos arenitos.	—
Brejo da Parte.....	270	Folhelhos arenitos.	Est. Periperi-Castelo.
Castelo.....	250	Arenito calcáreo castanho.	Cidade
Valença.....	300	Arenito cinzento.	Cidade
Alto Rio Sambito.....	260	Folhelhos de camadas finas.	Rio Poti
Baixo Sambito.....	160	Arenito meio encrespado.	Rio Poti
Buritizal.....	235	Arenito.	Valença
Picos.....	220	—	Cidade
Alto Rio Guariba.....	250	—	—
Oeiras.....	175	Folhelhos purpúreos.	—
Simplicio Mendes.....	260	Arenito de camadas finas.	—
Fazenda São Domingos.....	150	Arenito quartzítico	—
Fazenda Bonita.....	160	—	Castelo-Teresina.
Encosta Noroeste do Poti.....	145	Arenito quartzítico.	—
Rio Poti.....	130	Folhelho Pimenteiras.	—
Porteiras.....	200	Folhelho púrpura Pimenteiras.	Rio Capivari
Riacho Engano.....	190	Folhelho Pimenteiras.	—
Tapera.....	165	Folhelho Pimenteiras.	—
Pimenteiras.....	250	Folhelhos.	—
Riacho da Batalha.....	80	Folhelhos arenitos.	—
Bebedouro.....	190	Arenito encrespado.	—
Lagoa da Prata.....	15	Arenito conglomerático diretamente sobre o arqueano.	8 kms, sul Parnaíba.
Piranji-Barra do Longá.....	30	—	—
Leito Poção Jacaré até Piracuruca.....	85	Arenito calcáreo cinzento amarelado.	—
Ipueiras-Cipoal.....	160	Arenito calcáreo mole e amarelado.	Est. Piracuruca-Viçosa.
Longá-Barra Piracuruca.....	50	30-50 m. de arenito acinzentado calcáreo.	—
Baixo Piracuruca.....	60	—	—
Conceição.....	160	Arenito conglomerático grosso.	—

(Continua no próximo número)

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

O Tamanho das Propriedades Rurais no Brasil*

I

Capítulo XVI (*The size of holdings*)
de *Brazil, People and Institutions* —
Louisiana State, University Press —
Baton Rouge — 1946

T. LYNN SMITH
Prof. da Univ. de Luisiana

Um período relativamente longo consagrado ao estudo de populações e sociedades rurais levou o autor ao convencimento de que o tamanho das fazendas, a concentração da propriedade agrícola, ou a distribuição da mesma propriedade e monopólio, é o fator insulado mais importante do bem-estar dos ocupantes dessas terras. Corre a par da distribuição generalizada da propriedade e domínio: 1) — o incentivo máximo ao trabalho constante e hábito de parcimônia; 2) — padrões médios de vida relativamente altos; 3) — distinções de classe mínimas, relativa ausência de casta (posição social herdada) e, em resultado, luta de classes relativamente atenuada; 4) — um grau consideravelmente alto de mobilidade social em sentido vertical; 5) — inteligência média comparativamente alta e uma escala mínima de inteligência; 6) — as personalidades mais bem dotadas da população rural. Em suma, este tipo de sistema rural produz cidadãos de um nível médio extraordinariamente alto. O oposto disto, a concentração da terra nas mãos de poucos e a redução das massas populares à condição de trabalhadores agrícolas sem terra, acompanha-se de: 1) — um nível de vida médio comparativamente baixo, embora a classe aristocrática dos senhores possa viver num luxo fastástico; 2) — grandes abismos de distinções sociais entre os pouquíssimos privilegiados da classe superior e as massas privadas de direitos sobre o solo; 3) — Ausência relativa de mobilidade social em sentido vertical de feito que este abismo é perpetuado por barreiras de casta, embora as proles das classes inferiores possam, em alguns casos, ser dotadas de raras combinações de qualidades biológicas; 4) — população de baixo nível médio de inteligência, porque os altos méritos e talentos do reduzido clã da classe superior são grandemente descompensados pela ignorância das massas; 5) — uma população afeita apenas à execução, sob estrita fiscalização, de um número restrito de tarefas manuais e alheia à prática e experiência de funções de administração e iniciativa própria. Por conseguinte prende-se grande significação à existência quase universal no tempo e no espaço da grande propriedade rural no Brasil. Valeria a pena tentar uma explicação para o fato de o Brasil, colônia de Portugal, que foi francamente um país de pequenos agricultores, jamais ter conhecido a quinta familiar nos primeiros três ou quatro cem anos da sua história, acabando por recebê-la das mãos de outros europeus que não os portugueses.

Introdução e difusão da grande propriedade — O sistema de propriedade e domínio estabelecido pelos colonizadores portugueses no Brasil representou uma flagrante quebra da tradicional fórmula portuguesa de pequenas propriedades agrícolas. Este é apenas um dos muitos aspectos da organização rural social que sofreu mudanças radicais na colonização do Brasil. Antes do estabelecimento das suas colônias na América, Portugal desenvolvera a sesmaria como instituição destinada a reter concentrações de patrimônio rural para distribuí-lo entre pessoas que quisessem lavar a terra. Dêsse modo preservara, pela maior parte, um sistema de pequenas fazendas. O sistema rural estabelecido no Brasil representou uma decidida rutura desta tradição. Refere Oliveira Viana a propósito da introdução e do papel representado pela grande propriedade no Brasil:

* N.R. — A tradução para o vernáculo foi feita pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, redator da Secção de Publicações do C.N.G.

"No nosso país... a agricultura principiou com a grande propriedade. Os romanos evolveram da pequena à grande propriedade... Outros povos desenvolveram-se de uma maneira idêntica. Contrariamente a isto somos desde o começo uma nação de latifúndios; entre nós a história da pequena fazenda pode dizer-se que remonta a apenas um século atrás. Todo o longo período colonial reflete o esplendor e a glória da imensa propriedade territorial. Neste período foi a única que apareceu e brilhou; a única que criou e dominou; é o tema central que envolve todo o drama da nossa história no decurso de trezentos anos fecundos e gloriosos".¹

O mesmo escritor após indicar que a região do norte de Portugal donde provieram os colonos era então, como ainda o é, toda de pequenas fazendas, analisa as razões do rompimento do sistema cultural tradicional. Encarece a importância de dois fatores: 1) — os colonos não eram homens do povo, mas aventureiros dos setores inferiores e até superiores da nobreza que emigravam a fim de restaurar fortunas arruinadas. Em sua maior parte a gente do povo só veio posteriormente, após o descobrimento do ouro e diamantes e quando o desenvolvimento econômico deu margem à pequena manufatura e negócios de comércio; 2) — as terras eram concedidas apenas a pessoas que logravam convencer as autoridades de que pertenciam a "boas" famílias e que dispunham de escravos, capitais e outros requisitos próprios para a fundação de engenhos e plantações.² Os próprios membros das classes inferiores que chegavam ao Brasil e procuravam obter terras representavam às autoridades na qualidade de membros de velhas famílias já fixados e possuidores de amplos meios para desenvolver a concessão.³

Mas o estabelecimento de uma plantação de cana de açúcar com o respectivo engenho, requeria uma soma considerável de capital e nem sempre era possível ao nobre empobrecido ou ao plebeu ambicioso pedir esta quantia emprestada ao usurário judeu da cidade litorânea.⁴ O estabelecimento, todavia, de um curral de gado circundado por vastos campos de pastagens custava muito menos. Por isso muitos dos que não podiam obter a cobiçada posição econômica e social de plantador de cana de açúcar, contentavam-se com ir para o sertão levando para o interior as fundações pastoris — o curral precedeu a fazenda e a plantação de cana.⁵ Mas, a despeito de exigir menos capital, o desenvolvimento de um curral de gado, posteriormente fazenda, também serviu para difundir a grande propriedade através do Brasil. Enquanto se considera necessária uma concessão de, pelo menos, duas léguas quadradas, tida por extensão de terra suficiente para uma plantação de açúcar, uma extensão de dez léguas de cada lado era o tamanho comum da sesmaria que era concedida para a criação do gado. E até os que se viam impossibilitados de assegurar concessão de terras e arrendavam as áreas em que mantinham seu gado, tomavam por aforamento pelo menos uma légua quadrada.⁶

A difusão da grande propriedade através do Brasil se processou muito rapidamente. Ao longo de toda a área litorânea a sesmaria foi o instrumento da propagação da grande propriedade vinculada à produção do açúcar. Poucos indivíduos da classe dos pequenos agricultores ganharam um quinhão aí. Nem sucedeu se desenvolverem pequenas fazendas a ponto de formar um "shelter belt" (linha de defesa), a proteger as plantações contra os nativos, como ocorreu na parte meridional dos Estados Unidos. Graças, em parte considerável, à intrepidez dos paulistas do século dezessete, a ameaça dos ataques de silvícolas pelo interior foi fortemente eliminada e as próprias terras foram apropriadas em porções demasiado amplas aos objetivos da criação de gado. Acompanhados de numerosos escravos e agregados, esses bandeirantes paulistas partiam para alongadas expedições de exploração e caça aos índios, mas eles também levavam diante de si as suas manadas de gado, praticando uma espécie de "combined

¹ O Povo Brasileiro e sua Evolução — *Recenseamento do Brasil*, 1920 — Vol. I, pág. 282.

² *Ibid.*, págs. 284-285.

³ *Ibid.*, pág. 284.

⁴ Para uma exposição do papel dos judeus como usurários nas colônias, vide G. Freire, *Sobrados e Mocambos*, págs. 39-43, *passim*.

⁵ Oliveira Viana, *O Povo Brasileiro e sua Evolução*, *Recenseamento do Brasil*, 1920, Vol. I, pág. 288.

⁶ *Ibid.*, pág. 284.

operations" (operações combinadas) e sobre esta base econômica estabeleceram núdulos de colonização em tôdas as direções através do Brasil. Nunca se poderia exagerar a contribuição desse punhado de aventureiros de São Paulo. Avançaram para o sul através do que é agora Paraná e Santa Catarina até às grandes planuras do Rio Grande do Sul; espalharam-se para oeste, Mato Grosso a dentro e para o noroeste penetrando em Goiás; introduziram sua variedade particular de civilização européia, ou melhor, a nova variedade americana, baseada em atividades pastoris, em Minas Gerais, desceram o São Francisco através da Bahia e, então, espalharam-se nas áreas do grande sertão de Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão.

Ademais, eram precisamente tão ousados em suas solicitações de terras em sesmarias como em penetrar novas áreas e escravizar indígenas. Via de regra requeriam concessões de tamanhos máximos, não somente em seus próprios nomes como também no de todos os membros de suas numerosas famílias. Sentiam-se, sem dúvida alguma, com direitos à posse de vastas extensões de territórios que lhes conferiam o serem os exploradores, os primeiros a submeter os nativos, os fundadores dos núcleos de colonização e os proprietários dos rebanhos que lhes formavam a base econômica. Oliveira Viana cita o caso de Brito Peixoto que se não contentara com uma sesmaria para si só, mas rogava a sua Majestade Real concedesse uma para cada membro da sua família.⁷ Nas regiões das minas as cartas reais que confirmavam a posse dos proprietários, ordenavam que as terras fossem distribuídas aos descobridores e seus companheiros. Um governador do sul relatava haver famílias que tinham sob sua posse de 15 a 16 léguas de terra, "os pais detinham três léguas e os filhos, vivendo ainda com os pais, dispunham do resto."⁸

O vale do rio São Francisco formava um centro de dispersão desses criadores de gado da faixa pioneira. Aí estabeleciam seus redutos, desenvolviam criações e continuavam então suas migrações, de maneira que este grande vale serviu como um segundo ponto de irradiação na conquista do Brasil. Daí, em 1590, Cristóvão de Barros varou Sergipe para os portugueses; partindo daí outros sertanistas, com seu gado à dianteira e secundados por seus homens armados, abriram caminho ao longo do São Francisco até perto do lugar onde hoje se levanta Cabrobó, em Pernambuco, e depois se espalharam pelas partes interiores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. "Os vilarejos existentes nos altos sertões do nordeste da Bahia ao Maranhão, em sua maior parte, mergulham suas origens, pelas razões apontadas, em antigas fazendas de gado", diz Oliveira Viana.⁹ Ainda, hoje, como se mencionou alhures, baiano é sinônimo de "*countryman*" (homem do campo) nas zonas de pastagens de gado do Maranhão e Piauí.

O modo como as largas concentrações de terras de pasto caíram sob posse privada, as vicissitudes por que as grandes propriedades passaram e o fato central de não revelarem tendência em se esfacelarem de uma geração à outra, são evidenciados no seguinte trecho:

"Domingos Jorge, paulista e Domingos Afonso, de Mafra, Portugal, foram as primeiras pessoas que iniciaram a conquista desta província (Piauí). Pelo ano 1674, este último possuía uma fazenda de criação de gado na margem norte do rio São Francisco. Os grandes danos que êle lá sofria dos índios do centro e o desejo de aumentar seus bens com posses semelhantes levaram-no a empreender a conquista das paragens do norte, para cujo intento reuniu todo o pessoal que pôde juntar e tendo passado a serra dos Dois Irmãos na direção norte teve a sorte de encontrar o paulista, primeiro mencionado, ocupado em subjugar indígenas ao cativo e mutuamente se deram ajuda. Tendo no final de contas capturado um número considerável e feito o restante retirar-se o paulista regressou à sua terra com a maior parte dos índios preados e o europeu ficou senhor do terreno. Outros grupos fizeram entradas semelhantes nesta zona, mas o dito Afonso manteve sempre o comando geral e as vastas possessões assim adquiridas pela entrada de vários grupos, receberam a denominação de sertão. Consta que estabeleceu para mais de cinquenta fazendas de criação

⁷ Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, pág. 118.

⁸ *Ibid.*, pág. 119.

⁹ O Povo Brasileiro e sua Evolução, *Recenseamento do Brasil*, 1920, Vol. I, pág. 298.

de gado maior e que alienou e vendeu muitas durante a sua vida. É, contudo, certo que deixou trinta ao morrer e instituiu os jesuítas administradores das mesmas, dispendo as rendas de onze delas para dotes de moças, roupas para as viúvas e atendimento de outras necessidades dos pobres. Com o restante deviam prover ao aumento do número das fazendas mas consta que apenas três mais se estabeleceram. Com a extinção desta ordem, todo o patrimônio passou à administração da Coroa, sendo mantido no mesmo estado pela inspeção de três administradores cada qual com jurisdição sobre onze fazendas e trezentos mil réis de ordenado. Ocupam elas o território através do qual correm os rios Piauí e Canindé, desde a fronteira da província ao norte da capital, na vizinhança da qual estão algumas das principais. O privilégio de constituir estabelecimentos dentro de suas terras não é concedido a ninguém onde só os escravos das fazendas trabalham para prover à sua subsistência e vestuário. O gado, logo que atinja certa idade, é conduzido pelos compradores principalmente para a Bahia e seu recôncavo. Os dos distritos do norte descem para o Maranhão e os demais são transportados para Pernambuco".¹⁰

A literatura abunda em outras descrições e referências sobre as enormes propriedades territoriais do Brasil. No começo do século dezanove uma dessas na província da Paraíba e pertencente à família Albuquerque Maranhão presumia-se medir 14 léguas ao longo da estrada que liga Natal a Recife. "Além desta prodigiosa propriedade o dono possuía outras no sertão que se supunha ter uma extensão de trinta a quarenta léguas, léguas tais que, medidas pelo tempo, representam cada uma três ou quatro horas de viagem".¹¹

Na concentração de propriedade predominante no Brasil, falta, contudo, um elemento que esteve sempre presente em tais monopólios alhures — o papel representado pela Igreja, muito modesto no caso. Jamais a Igreja se tornou famosa no Brasil pelas largas áreas de terrenos sob sua égide. Quando muito, alega-se que alguns sacerdotes transferiram a descendentes bastardos um bom número dos melhores engenhos em províncias como a Bahia. De fato, a capela no Brasil parece ter sido de ordinário um acessório do engenho ou da fazenda e o padre tolerado por seus aristocráticos donos. Somente as irmandades leigas distinguiam-se por suas extensas posses. A razão desta situação, tão diferente da dos países hispano-americanos, repousa num Editto Real de 23 de fevereiro de 1711, o qual estipulou que "nas concessões de terra no estado do Brasil será levada sempre em conta a condição de não passarem sob qualquer título ao domínio religioso".¹²

A situação no século dezanove — Por volta de 1800 o Brasil já se achava plasmado pela grande propriedade. A despeito de serem poucos os possuidores de terra não havia muitas áreas disponíveis. E' necessário insistir nesse ponto, dada a tendência de se julgar o Brasil um país jovem. Não é tal. Suas formas culturais estão profundamente enraizadas na tradição e numa tradição que promana das relações sociais da grande propriedade territorial. Na faixa litorânea do Brasil disseminavam-se as plantações de cana de açúcar e a maior parte do seu interior se cobria de vislumbres de cultura pastoril muito antes de as nossas treze colônias conquistarem sua independência. Esta cultura, todavia, apenas ocupava o interior; sua colonização restava ainda por vir. E o Brasil está ainda empenhado no desenvolvimento da colonização do seu vasto território.

Depois do primeiro século o processo de colonização prosseguiu e a densidade de população aumentou pelo desenvolvimento de novas fazendas em áreas já colonizadas, em vez de fazer-se pela ocupação de novos territórios. Nos começos do século dezanove, John Marve descreveu como segue o processo da fundação de uma nova fazenda no Estado de São Paulo.

"Quando êle (o fazendeiro) escolhe um sítio, recorre ao governador do lugar que delega o funcionário competente para demarcar a extensão preten-

¹⁰ Henderson, *A History of the Brazil*, págs. 425-426. Uns cinquenta anos mais tarde consta estas fazendas estarem sendo utilizadas numa tentativa destinada a criar uma colônia para escravos libertos. Em 1873, a colônia contava cerca de 800, 300 dos quais menores e 100 inválidos. Foi estabelecida a fim de prevenir a privação e a miséria que poderiam ocasionar a formação de bandos criminosos. Cardoso de Meneses e Sousa, *Teses sobre Colonização no Brasil*, págs. 127-131.

¹¹ Southey, *History of Brazil*, Vol. III, pág. 768.

¹² Citado in *História da Colonização no Brasil*, Vol. I, pág. 158.

dida, geralmente de uma légua, ou légua e meia quadrada, e às vezes mais.¹³ O agricultor compra, então, tantos negros quanto o permite sua capacidade financeira e começa suas atividades por edificar habitações para êle próprio e os outros, que são geralmente miseráveis telheiros apoiados em quatro estacas e comumente chamados ranchos. Seus negros são depois aproveitados para a derrubada de árvores e vegetação arbustiva que crescem na terra, na extensão em que os julga capazes de lavar. Feito isto, deitam fogo aos destroços por terra jacentes. Grande parte do êxito de suas colheitas depende desta queimada. Se ficar tudo reduzido a cinzas espera uma grande colheita; se por efeito de chuvas o arvoredo abatido queimar só pela metade, então prognostica-a má. Alimpado o solo, os negros entram a abrir as covas com suas enxadas e semeiam seu milho, feijão e outros legumes. Durante a operação êles abatem tudo que encontram no caminho, mas nunca cogitam de lavar o solo. Após o plantio de tantas sementes quantas se julgar necessárias, preparam outro terreno para o cultivo da mandioca, cuja raiz é comida na forma de pão por tôdas as camadas da população. Quando se houver plantado bastante para o consumo de tôda a fazenda, o proprietário, se é bastante rico para isso, prepara os meios para a cultura e manufatura da cana de açúcar. Emprega, primeiramente, um carpinteiro para cortar madeira e construir um engenho com moendas formadas de cilindros de madeira para esmagar a cana e utilizando água quando há um rio ao alcance ou então a força de mulas. Ao mesmo tempo que alguns negros assistem o carpinteiro, outros são empregados em preparar o terreno do mesmo modo como fizeram para a mandioca. Pedacos de cana contando três ou quatro nós e medindo umas seis polegadas de comprimento, cortados da parte desenvolvida da haste, são assentados na terra quase horizontalmente, e cobertos com terra até uma profundidade de quatro polegadas. Repontam rapidamente e, dentro de três meses, já apresentam um aspecto cerrado, dando a impressão de pendões e com mais doze ou quinze meses, estarão boas para o corte. Em terreno virgem e rico não é invulgar verem-se canas com 4 metros e surpreendentemente grossas".

"Ramõ algum da indústria agrícola é mais descurado pelo fazendeiro do que o trato do gado. Não se cultivam gramíneas artificiais; não se levantam cêrcas; nem qualquer forragem é acumulada para fazer frente à estação de escassez. As vacas nunca são ordenhadas com regularidade. Parece serem consideradas mais como um estôrvo para a fazenda do que como uma parte útil do gado. Requerem constantemente sal que lhês é dado uma vez em quinze ou vinte dias em pequenas proporções. As queijeiras, se merecem êste nome, são dirigidas de modo tão negligente que a pouca manteiga que se faz, se torna rançosa em poucos dias e o queijo não presta para nada".¹⁴

A concentração da propriedade, resultante das concessões de sesmarias, tinha já alcançado um alto grau em 1822, quando o Brasil alcançou a independência. Rui Cirne Lima enuncia que os resultados ninguém jamais os resumiu melhor do que Gonçalves Chaves, que escreveu anonimamente no tempo da independência:

"1 — Nossa população monta a quase nada em comparação à imensidade do território que já ocupamos por três séculos.

2 — As terras estão quase tôdas divididas e há poucas para serem distribuídas, exceto as sujeitas à invasão dos indígenas.

3 — Os monopolizadores possuem para mais de 20 léguas de terra e raras são as vezes em que consentem qualquer família estabelecer-se algures nas suas terras e ainda quando consentem, sempre o fazem em caráter temporário e nunca mediante um contrato que permita a família permanecer por vários anos.

4 — Há muitas famílias pobres que erram de lugar em lugar, mercê do favor e do capricho dos proprietários de terra e sempre carecendo de meios de obter alguma terra em que possam estabelecer-se de modo permanente.

¹³ A despeito de um edito real, de 15 de junho de 1711, proibindo a concessão de mais de uma légua quadrada a uma pessoa só. *Ibid.*, Vol., pág. 158.

¹⁴ Mawe, *Travels in the Interior of Brazil*, págs. 78-80.

5 — Nossa agricultura é tão atrasada e sem progresso quanto é possível num povo agrícola, mesmo no de civilização menos avançada.¹⁵

Generalizações semelhantes acêrca da alta concentração de propriedade rural, terras devolutas e o conseqüente prejuizo para a Nação são abundantes em outros escritos. Perlustrando-se esta literatura logo se vem a apreciar o sabor especial que os brasileiros ligam ao termo latifúndio, entendendo como principal elemento conceitual a subtração ao uso produtivo de extensos tratos de terreno. Um relatório oficial ao ministro da Agricultura feito em 1873 descrevia a maneira que outrora prevalecia na doação de terras em sesmaria, acrescentando em seguida:

“Desta amplitude de liberdade resultou que tôdas as terras nos arredores de cidades e vilas importantes situadas perto da costa foram entregues à propriedade privada, com a conseqüência de que hoje não é possível achar nas cidades populosas próximas aos mercados e ao longo das grandes linhas de comunicação um único palmo de terra pertencente ao Estado e que possa ser convertido num núcleo de colonização ou distribuído a imigrantes. Pôsto os proprietários não possuam os meios necessários para cultivar extensões de terra de tal maneira vastas, grande parte destas permanece sem cultivo e vazias de povoações ou casas.

Desta concentração de propriedade nas mãos de alguns provém o abandono da agricultura nas zonas rurais, a estagnação ou ausência de desenvolvimento nas construções urbanas, a pobreza e estado de dependência de grande parte dos elementos da população que não encontram campo de atividade nem meio de se tornarem proprietários e, finalmente, as dificuldades que hoje cercam a administração pública em oferecer aos imigrantes uma situação cômoda e apropriada”.¹⁶

Gilberto Freire muito fêz por delinear os contornos do desenvolvimento social entre as famílias aristocráticas do Nordeste. Apresenta sua obra um manancial de elementos atinentes ao latifúndio em Pernambuco. Não são de menos valia alguns extratos dos jornais e periódicos de Recife, reproduzidos por êle. São particularmente importantes para os interessados no sistema de divisão territorial artigos como um que vem assinado por A. P. Figueiredo, publicado em 1846 em *O Progresso* de Recife.

“A maior parte das terras da nossa provincia está dividida em grandes propriedades, restos das antigas sesmarias, das quais poucas foram subdivididas. O proprietário ou o rendeiro ocupa uma parte delas, e abandona, mediante um pequeno pagamento, o direito de morar nas outras porções e cultivá-las, em beneficio de um, dois e às vêzes quatro centenares de famílias de mestiços ou negros livres, de quem se torna protetor mas de quem exige também obediência absoluta e sôbre quem exerce o mais completo despotismo. Resulta disto que as garantias da lei não se estendem a êsses infortunados, que compõem a maior parte da população do Estado, mas unicamente aos proprietários, três ou quatro dos quais, unidos por laços de sangue, amizade ou de ambição, são bastante para anular, em vasta extensão do território, as forças e a influência do governo.

E' essencial que pessoas de meios parcos possam obter terras e cultivá-las com a certeza de usufruir-lhes os produtos, condições essas que não existem hoje pelo fato dos senhores de engenhos ou fazendas se recusarem obstinadamente a vender quaisquer porções de suas terras, fonte e garantia do seu poder feudal e em virtude do infortunado morador, que arca com o risco da plantação, ficar à mercê do proprietário que pode expulsá-lo da terra dentro de vinte e quatro horas”.¹⁷

Ainda mais pormenorizado e causticante é outro artigo mais longo publicado por Abdalah-el-Kratif, no *Diário de Pernambuco*, número 24 de março de 1856.

“Que destino tem o aumento continuado da população no interior? Virá ela a ser empregada na agricultura? Não são os melhores elementos que se enca-

¹⁵ *Terras Devolutas*, págs. 43-44.

¹⁶ *Teses sôbre a Colonização no Brasil*, págs. 308-309.

¹⁷ Reproduzido em *Nordeste*, Gilberto Freire, págs. 153-154.

minham a Recife para tentar a sorte, solicitar um ridículo emprêgo; os restantes acolhem-se às vilas e outros centros de população, onde passarão uma vida de misérias, pois não temos indústria alguma que ofereça ao trabalhador livre trabalho constante e soldos regulares.

Tal a fonte dessas massas humanas sem meios seguros de subsistência que em certos setores alimentam os políticos dos partidos e nas partes inferiores da sociedade praticam tôdas as variedades de roubos.

Qual a razão dessas famílias altamente dissociadas não se fixarem na agricultura preferindo penetrar em precárias carreiras no serviço público. Por que, em lugar de se deslocarem para ser alfaiates, pedreiros, marceneiros, etc., os filhos de famílias pouco favorecidas pela fortuna não retornam ao interior; por que, também, êles não se tornam agricultores? Por que os habitantes das matas não cultivam o solo se não são a isso forçados? Por que seus filhos saem para as cidades? Para tudo isto não vemos mais do que uma única resposta e, desgraçadamente, é ela cabal.

No estado social em que vivemos, os meios de subsistência de um pai de família não aumentam proporcionalmente ao número de filhos, resultando daí serem, em geral, êstes mais pobres do que seus pais e possuírem menos capital. A agricultura acha-se, presentemente, circundada por uma barreira que a torna inacessível ao homem de escassos meios; para todos os que não possuam um certo número de contos de réis. Contudo ela é a função produtiva por excelência, o espírito tutelar das nações e é nela que repousam os interesses vitais do nosso país; mas, como se lhe ergue em tôrno uma barreira, é preciso que caia esta barreira, custe o custar.

E qual é esta barreira? A grande propriedade territorial. Esta coisa terrível que arruinou e despovoou o Brasil e muitos outros países.

Esta região que inclui todo o litoral da nossa província e estende-se a uma profundidade de dez, doze e às vêzes quinze ou dezoito léguas para o interior, acha-se dividida em engenhos ou propriedades cujas dimensões variam de um quarto de légua quadrada a duas, três e até quatro e cinco léguas quadradas.

Aqui, em virtude da cultura da cana exigir certo solo que se não encontra em tôda parte, segue-se que, além das terras de cana, as matas que devem possuir e as terras que requerem para seus bois e plantio de mandioca, indispensável para a alimentação dos escravos, a maior parte dos engenhos possui vastas extensões de terras fechadas, terras essas que seriam sobremodo apropriadas para a pequena lavoura, e que, sendo cultivadas, forneceriam em abundância farinha, feijão, cereais, etc. a tôda a população da província e províncias vizinhas e, ainda daria para a exportação.

Os proprietários recusam-se a vender essas terras e, também, a arrendá-las. Quem possuir trinta ou quarenta contos de réis, poderá comprar um engenho; mas o pobre que quiser comprar ou alugar alguns alqueires de terras, não as achará.

E' isto que gera a população improdutiva das cidades, a classe dos pretendentes a empregos públicos, que cresce dia a dia, que faz os crimes contra a propriedade se tornarem cada vez mais freqüentes e empobrece o campo de mais a mais em virtude de ascender o número de consumidores enquanto o número de produtores permanece estacionário, ou, ao menos, aumenta em progressão mais lenta.

Diz, todavia, o grande proprietário: estamos longe de recusar à gente pobre a terra de que necessita para cultivar; deixemos que venha e, mediante um modesto encargo, algumas vêzes em troca de coisa alguma, damos-lhe não sômente terras para plantar, como também madeira necessária para construir suas casas. Muito bem; mas êste gôzo apenas dura quanto apraz ao grande proprietário.

Quando, todavia, cai no desagrado do proprietário, por causa de alguns pequenos caprichos, ora porque se recusa a votar em seus candidatos, ora por deixar de cumprir uma ordem, é despejada sem recurso. Como podem êsses infelizes animar-se a plantar se não têm certeza de colhêr. Que incentivo experimentarão que possa induzi-los a beneficiar a terra de que podem ser desapossados a qualquer momento?

Nas terras dos grandes proprietários, não gozam de quaisquer direitos, pois não têm opinião livre; o grande proprietário é para eles a polícia, o tribunal, a administração, numa palavra, tudo; e, afora o direito e a possibilidade de deixá-los, a condição desses seres infelizes não difere em nada da dos servos medievais".¹⁸

As propriedades açucareiras, quer em Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia ou São Paulo, eram tôdas muito semelhantes. Não é necessário multiplicar os exemplos para mostrar a concentração de terras nas áreas produtoras de cana. Mas alhures a concentração de propriedade evidencia-se de modo análogo. As fundações de gado, fazendas ou estâncias, ocupavam áreas ainda maiores do que os engenhos de açúcar e, em virtude do caráter extensivo dessas explorações, as zonas de gado eram ainda mais esparsamente povoadas. Visitantes do Rio Grande do Sul, no século dezenove, hesitavam em referir o tamanho das estâncias que se lhes depararam, por receio de ser posta em dúvida a sua veracidade. John Luccock, que percorreu a cavalo a província, escreveu: "... e, com efeito, a extensão atribuída às fazendas nesta parte do continente americano mal pode ser mencionada temerariamente por quem tem, pessoalmente, pouca dúvida da veracidade das informações. As menores são fixadas em quatro léguas quadradas; as maiores são reputadas atingir cem léguas quadradas. A cada três léguas quadradas atribuem-se quatro ou cinco mil cabeças de gado, seis homens e um cento de cavalos"...¹⁹

Uma fonte oficial, datada de 1904, diz: "Estas planícies estão divididas em estâncias ou fazendas, sendo a área superficial de uma estância de uma légua quadrada (4356 hectares), embora muitas delas tenham três ou quatro vezes essa dimensão. Sempre que foi possível, escolheram-se limites naturais para a divisão, tais como rios e riachos, que, além de obviar a tôdas as questões e dúvidas quanto à linha de limites, servem como barreiras naturais destinadas a conter o gado. Onde isto não se pôde dar, fortes cercas de arame servem agora quase em tôda parte à mesma finalidade. Internamente as estâncias estão divididas em vários cercados que se chamam invernadas, que separam o gado da criação do que é engordado para venda. A casa do dono, mais ou menos modesta e simples, conforme seus meios, geralmente se situa em alguma elevação, próxima ao centro, dominando a paisagem circundante e em redor dela se agrupam os ranchos dos peões. A agricultura nessas estâncias é, via de regra, promovida somente na medida em que venha satisfazer as necessidades do proprietário e seus vassallos".²⁰

Um sistema similar de concentração da propriedade prevaleceu pela maior parte do interior brasileiro incluindo as porções ocidentais de Santa Catarina, Paraná e São Paulo; em parte considerável de Minas Gerais; em Mato Grosso e Goiás; nos Estados da Bahia ao Maranhão com exceção da faixa litorânea; e até nas porções habitadas do vale amazônico (naturalmente em todos esses, as atividades extrativas e mineiras disputavam entre si o trabalho válido mas pouco ou nada fizeram que afetasse a concentração da propriedade). Um dos casos mais extremos encontrados é referido pelo engenheiro inglês Bigg-Wither, e se refere ao Paraná:

"Algumas fazendas mais como a Fortaleza... converteriam a província do Paraná num deserto..."

Tôda a fazenda ocupa nada menos de 340 milhas quadradas da zona de onde, como já mostrei, se derivou originariamente tôda a prosperidade de que se pode gabar a província. Seu dono, contudo, nem êle próprio a utilizará exceto numa pequena extensão, nem alienará a outros quaisquer porções da mesma. Por ambos os lados flanqueiam-na os principais núcleos agrícolas da província, mantendo entre eles numerosa população, enquanto aquela sustenta precisamente uma dúzia de pessoas, oito das quais escravas".²¹

¹⁸ *Diário de Pernambuco*, 24 de março, 1856. Reproduzido em *Nordeste*, Gilberto Freire, págs. 246-249.

¹⁹ *Notas sobre o Rio de Janeiro e as Partes Meridionais do Brasil*, pág. 216.

²⁰ *Descriptive Memorial of the State of Rio Grande do Sul*, pág. 24. Esta publicação foi organizada por ordem do governo. Julgou-se desnecessário conservar notórios erros tipográficos do original. Também deve ser esclarecido que nas partes "coloniais" do estado, uma classe próspera de pequenos agricultores vinha-se constituindo rapidamente.

²¹ Thomas P. Bigg-Wither, *Pioneering in South Brazil*, London: John Murray, 1878, Vol. II, págs. 243-244.

Bigg-Wither, sempre preocupado com as probabilidades de uma colonização inglesa bem sucedida nesta parte do sul do Brasil, julgou esta propriedade idealmente situada para uma colônia de compatriotas seus. Cria que o problema do latifúndio no Brasil podia ser solucionado mediante "a imposição de um imposto territorial da Coroa a incidir em tôdas as propriedades cujas extensões atingissem um certo mínimo. Tal imposto ocasionaria a fragmentação das grandes propriedades improdutivas, aumentaria o poder produtivo e, conseqüentemente, a prosperidade da provincia e, enfim, acrescentaria uma soma ponderável à receita anual do império".²³

Até em Minas Gerais, um dos Estados em que a subdivisão da terra fizera primitivamente alguns progressos, permaneceram algumas fazendas de enorme tamanho. Burton, em 1867, descreveu a fazenda Jaguará e forneceu alguns apontamentos breves acêrca de como veio a constituir-se: "Há meio século, um certo coronel Antônio de Abreu Guimarães, acumulou larga fortuna com 750 escravos e ainda mais por escusar-se a pagar os direitos do govêrno em diamantes exportados de Diamantina e de outros lugares. Possuía uma enorme propriedade de 36 léguas quadradas, que, posteriormente, foi dividida em sete grandes fazendas". Uma destas, a Melo, por ocasião da sua visita estava sendo medida para transferência aos emigrantes que tinham deixado o sul dos Estados Unidos, em seguida à Guerra Civil. Continha 63 sesmarias, cada uma das quais nessa circunscricão perfazia meia légua quadrada.²⁴

Cinquenta anos antes, Luccock, baseado em inqúeritos e observações sôbre o sistema territorial da propriedade, escreveu:

"Essas pessoas forneceram-me particularidades diversas a respeito do estado e condição de Minas Gerais. Nas partes mais populosas, dizem elas, as fazendas medem geralmente uma légua de largura e outro tanto de fundo ou contêm dezesseis milhas inglesas quadradas.

Em tão amplo espaço não residem, comumente, mais de doze pessoas, de quem unicamente assegura a subsistência. Admitem que as fazendas de meia légua quadrada, ou um quarto do tamanho da anterior, são mais produtivas em proporção à sua extensão, porquanto o capital falta aos agricultores para cultivar mais terra e afirmam que em tais fazendas o gado é mais numeroso; acrescentam, todavia: com terra tão escassa que podemos fazer com nossos filhos quando crescerem? Não temos terra suficiente para poupar-lhes".²⁴

Exceto no sul, onde o programa de colonização estava fazendo reais progressos, o Brasil entrou no século vinte como uma nação em que a grande propriedade reinava de modo supremo.

(*Continua no próximo número deste Boletim*).

²³ *Ibid.*, pág. 244.

²³ *The Highlands of the Brazil*, Vol. II, págs. 23-24.

²⁴ Luccock, *Notes on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil*, pág. 425.

Resenha e Opiniões

Hiléia Amazônica

Como é sabido, a UNESCO resolveu criar no Brasil o primeiro de seus Institutos, o qual se destinará ao estudo e solução dos problemas de toda ordem relacionados com a região amazônica.

A primeira reunião se realizou, há poucos meses, na cidade de Belém, com a presença de delegados do nosso país, da Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Peru e Venezuela, assim como representantes da UNESCO, da WUHO, da FAO e da PASB.

Trata-se de uma das mais importantes iniciativas daquele futuroso ramo das Nações Unidas.

Deliberaram os delegados que o novo Instituto se denominaria Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. É uma revivescência da designação dada por Humboldt à região do grande rio. O ilustre delegado do Equador, Dr. Rafael Alvarado, não está de acôrdo com o nome adotado e, em carta que teve a bondade de enviar-me, solicita o meu parecer a respeito.

Transcrevo a seguir a minha resposta e a sugestão de se dar ao Instituto o nome de Instituto Pan-Amazônico.

Dando publicidade à resposta, não tenho outro intuito senão provocar a opinião dos mais competentes. Eis a carta:

“Tive muita honra de receber a exposição de Vossa Excelência a respeito da “Conferência para a organização do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”, realizada recentemente em Belém, por iniciativa da UNESCO e com o apoio do governo brasileiro, e com a participação das delegações do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Peru e Venezuela (a Holanda não compareceu), bem como de delegados da UNESCO, da WUHO, da FAO e da PASB. Pelos jornais, pude acompanhar o andamento da importante reunião e, por informações pessoais de alguns delegados, já era do meu conhecimento o completo êxito da mesma, o que, agora, com

satisfação vejo confirmado na carta de Vossa Excelência, que foi um dos seus brilhantes componentes.

Apraz-me, aliás, recordar que não é de hoje o meu interesse pelo assunto, ao qual dediquei empenhada atenção, quando exercia o alto cargo de ministro das Relações Exteriores do meu país. Nesse período, que coincidiu com a fase dos preparativos, em Londres, para a instalação da UNESCO, posteriormente efetivada em Paris, pude levantar o ponto de vista da importância e urgência de criar-se um Instituto Internacional destinado a estudar a Amazônia — a região em que, na deslumbrada profecia de Humboldt, reafirmada por Euclides da Cunha, *mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo*.

Na viagem que fez, em junho de 1946, ao Rio de Janeiro, o professor Julian Huxley, tive a honra de entreter-me com tão ilustre personalidade do mundo da Ciência e da Cultura, havendo sugerido posteriormente, por instruções por mim enviadas ao nosso delegado, Dr. Paulo Carneiro, que ao Brasil coubesse a sede de um dos institutos a serem fundados pela UNESCO. Pensava eu, então, que os que mais nos convinhavam eram o Instituto de Alimentação ou o Instituto Amazônico, agora denominado Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”.

Por êste último se decidiu afinal a UNESCO, em conseqüência do que se reuniu a Conferência. Assim, tomou corpo, igualmente, a idéia lançada pelo presidente Getúlio Vargas, por ocasião da sua visita aos Estados do Norte do país, quando, em discurso proferido em Manaus, a 10 de outubro de 1940, falou em convocar-se uma conferência internacional, destinada a tratar dos problemas de interesse comum da Amazônia, e declarou: “As águas do Amazonas são continentais”. Certos aspectos das relações entre os países sul-americanos desaconselharam, nos anos seguintes, a convocação dessa reunião, da qual seguramente teria resultado uma organização internacional permanentemente, imagem reduzida e modesta da que agora surge, imponente nas suas proporções e finalidades, — o Instituto, do qual, muito acertadamente, diz

Vossa Excelência que “figurará entre as maiores instituições do mundo”, pois que “os bens que pode oferecer à humanidade ultrapassam qualquer cálculo; sua importância não tem medida”.

Fêz-me Vossa Excelência a distinção de pedir-me um parecer acêrca da designação do novo Instituto, cuja denominação atual — Instituto Internacional da Hiléia Amazônica — Vossa Excelência impugna. Estou de inteiro acôrdo com suas considerações contrárias ao referido título.

A palavra *hiléia* não figura, realmente, senão em pouquíssimos dicionários, mesmo dos mais modernos. Pro vindo do grego *hylé* com significação de *floresta*, de *matéria* ou de *matéria informe*, foi aplicada por Humboldt e Bonpland à região das florestas amazônicas. A ela assim se refere Wappaus, no *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserraichs Brasilien*: A zona equatorial do Brasil é coberta por uma espessa floresta tropical. E’ a *Hylœa* do Amazonas, de Humboldt, que enche a planície amazônica numa extensão média de 9 graus (de 2° de latitude N a 7° de latitude S), avançando, porém, pelos afluentes do Amazonas até à altura dos *Campos do Brasil*, assim como, pelo rio Negro, à região do Orinoco. Nessa zona o clima, de um calor e umidade constantes, provoca uma tal força e exuberância da vegetação, como alhures não se encontra igual, em lugar algum dos dois continentes, e onde não há contraste de inverno e verão, observando-se em todos os meses do ano o fenómeno da florescência”. Hoje em dia alguns fitogeógrafos tendem a generalizar o seu emprêgo, falando de uma “*hiléia africana*”, de uma “*hiléia hindustânica*”, etc., para delimitarem regiões florestais com idénticas características.

Dessa maneira, a expressão “Hiléia amazônica” aderiu ao território do Grande Rio, àquele mundo que o nosso Euclides da Cunha considerava, com razão, ainda na fase aluvial: “uma página inédita e contemporânea do Gênese”, “a mesma *hilœe* amazonense”, “a *hilœe* prodigiosa”; onde “depois de uma única enchente, se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo”, de Humboldt, reafirmada por Euclides da Cunha a flora ostentando “a mesma imperfeita grandeza”, o homem, ali, sendo “ainda um intruso impertinente”, chegando “sem ser esperado nem que-

rido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão”, e encontrando “uma opulenta desordem”... O mesmo dendrorama caótico, que, ainda hoje, em artigo publicado no *Le Figaro* de 27-28 de outubro do ano passado, assim descreve André Siegfried: “*L’impression est celle d’une pléthore de vie végétale, dont on sent bien que l’être humain n’est pas maître; et, sous la vie végétale, on devine le grouillement poisseux. L’impression est inconfortable, troublante*”.

Na verdade o étimo grego *hylé* comportava uma maior variedade de acepções: “*Hylé* — floresta, bosque, madeira, troncos de árvores, madeiras de construção, lenha, folhagem, ramada, sarçal, espinhal, gravetos; matéria, material; lastro, rico aprovisionamento”, dá o *Griechisch — Deutsch Woerterbuch* de Hermann Menge. Ignoro se Humboldt as teve presentes na memória a tôdas elas quando criou e aplicou a sua denominação; todavia, e mesmo sem recorrer à imaginação fantástica de um artista, podemos descobrir a interessante convergência, de modo a adequar perfeitamente à Amazônia o nome de Hiléia: a selva imensa, o reinado selvagem da árvore, dos troncos e frondes; o predomínio da madeira, quase como único material ali oferecido à mão do homem; a hostilidade, a quase impenetrabilidade, simbólico sentido de sarçal ou espinhal, que fêz pesar, por muito tempo, sobre uma plaga capaz de ser um paraíso, a dolorosa alcunha de *inferno verde*; a profusão de matérias primas, ali preservadas, do látex cauchífero às preciosas seivas medicinais; e, por fim, o “rico aprovisionamento”: o previsto celeiro, capaz de abastecer e abrigar “a civilização do globo”. O próprio sentido filosófico, com o qual era empregado o termo (“*Matter, or whatever receives form or determination from outside itself*”, segundo o Webster’s) se acorda com o confluir, centrípeto, exógeno, dos esforços dos dez países, que agora se coligam, para ali agirem conjuntamente.

Mas, seguramente, a palavra não é compreensiva de todos os problemas, que se propõe resolver a nova entidade criada pela UNESCO, naquela terra vasta e rica. Que pretende o novel Instituto? Enfeixar as pesquisas sobre tôdas as condições da área amazônica — territoriais, climáticas, meteorológicas, geológicas, botânicas, zoológicas,

mineralógicas, etnológicas, etnográficas e outras, — integrando, sistematizando e centralizando, localmente, o aprofundado estudo das mesmas com o amplo objetivo de enriquecer a civilização humana, não somente com a cópia de elementos a serem colhidos na região, mas também com a *mise en valeur* dessa mesma, e na conseqüente anexação efetiva ao mundo civilizado. E, sendo assim, a intitulação atual não me parece a mais apropriada.

Vossa Excelência sugere que o Instituto passe a denominar-se Instituto Internacional Amazônico. Pessoalmente, reputo essa designação melhor do que a do “Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”. O que se perderia em colorido e pitoresco, sacrificando-se a erudita palavra *Hiléia*, ganhar-se-ia em concisão, exatidão e clareza.

Contudo, se bem reconhecendo na que Vossa Excelência propõe, já sensível progresso, permito-me lembrar outra denominação, a meu juízo mais compreensiva, de melhor sonoridade e que poderá resumir-se em trilitero de iniciais mais fácil de ser retido: é Instituto Pan-Amazônico (IPA). Não julgo pequena a vantagem em recordarmos a esse expressivo prefixo *Pan*, que, se no Velho Mundo evoca desafidores conluos de raças ou nações, perigosos e desastrosos, aqui, neste nosso lado feliz do Atlântico, só poderá associar-se, em tôdas as mentes, à radiosa concepção do *Pan* — Americanismo. Com êle, lucrar-se-ia também, ousou dizer, em *dinâmica*, em dinamismo. Porque, se *Hiléia* sugere a plácida e repousada intemporalidade da ciência pura, e *Internacional*, por muito usado e gasto, já espelha uma certa tibieza burocrática, Instituto Pan-Amazônico, por si só, com a força quase de um *slogan* conclama esforços ativistas, para o realismo árduo de um desbravamento.

Esta idéia, não a improviso agora. Quando, no exercício da Pasta das Relações Exteriores, pensei em convocar a conferência internacional sobre a região amazônica, era minha intenção denominá-la Conferência Pan-Amazônica.

Por aí poderá Vossa Excelência avaliar a satisfação com que respondo à sua consulta sobre nomes, assunto que, como Vossa Excelência, não considero desprovido de importância”.

João Neves da Fontoura

★

O sistema das plantações tropicais*

O sistema de plantações tropicais é uma forma de agricultura de grande interesse econômico, social e político nos trópicos. A fim de caracterizar esta forma de economia, precisamos responder a três questões: Que são plantações? Qual a sua distribuição geográfica? Quais as origens do sistema de plantações?

Uma plantação não é somente um empreendimento agrícola; é também um cometimento industrial; não se limita a engendrar produtos agrícolas; prepara-os também para serem transportados. Cumpre fazê-lo, pois não produz para atender às suas próprias necessidades, como o nativo e sim para o mercado e, especialmente, para o mercado das zonas temperadas. Esses mercados são, contudo, distantes dos trópicos e, ademais, a fim de alcançá-los os navios têm de atravessar as latitudes tropicais quentes e úmidas.

Quanto à distribuição do sistema de plantações, notamos que se encontra apenas nos trópicos e subtópicos, que possuem períodos longos e, em algumas partes, ininterruptos de florescimento para a vegetação, durante os quais se produzem certos gêneros agrícolas valiosos que faltam nas zonas temperadas. Uma grande solicitação desses produtos não leva, contudo, necessariamente, ao sistema de plantações. Nos trópicos asiáticos, por exemplo, as especiarias produzidas desde séculos por camponeses nativos, foram levadas por mercadores estrangeiros (chineses e árabes) aos mercados do Extremo Oriente e do Ocidente. E, atualmente, outros produtos como algodão, *kapok* e *copra*, são produzidos exclusiva senão preponderantemente pelos nativos das Índias Orientais Holandesas para mercados estrangeiros. Esses produtos que não requerem preparo difícil e que podem ser facilmente transportados, não exigem o

* Traduzido para o português pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, redator da Secção de Publicações do C.N.G.

Constitui o presente trabalho magnífica síntese em que o problema das plantações tropicais é encarado do ponto de vista da sua evolução histórica e deslocamento no espaço. O seu aparecimento é tanto mais auspicioso quanto representa a primeira divulgação que fazemos de trabalhos do eminente geógrafo, Prof. Léo Waibel, de renome mundial, atualmente no Brasil, que, com real proficiência vem-se dedicando ao estudo de problemas ligados à geografia do nosso país (Nota do tradutor).

sistema de plantações para sua produção ser bem sucedida.

Por outro lado, os nativos das Índias Orientais e Holandesas produzem apenas magro um por cento do açúcar exportado, embora cultivem a cana de açúcar para suas próprias necessidades. Usam, contudo, ou o caldo de cana fresco ou fazem um mel escuro que não pode ser transportado e deve ser consumido no local. Os nativos não são capazes de produzir açúcar mascavo ou branco, pois para fazê-lo necessitariam ter, além da cana de açúcar, o capital para construir engenhos de açúcar especiais e custosos a par dos conhecimentos altamente científicos e técnicos para operá-los.

O sistema de plantações, portanto, apenas é encontrado nos trópicos porquanto é aí que certas culturas requerem não só muito trabalho desqualificado, mas também conhecimentos altamente técnicos e os maiores investimentos para custear fábricas e equipamento a fim de preparar os produtos para o embarque aos mercados distantes. O resultado é que os nativos devem acomodar-se a uma estranha ordem industrial.

Esta industrialização é especialmente necessária ao cultivo da cana do açúcar (e da beterraba nas zonas temperadas), porquanto o suco facilmente deteriorável deve ser transformado num produto consistente, o sal doce, como os nativos o chamam. Outras plantas tropicais — como café, cacau, chá, chinchona, algodão, sisal e borracha, requerem processos industriais similares, especialmente quando se tem a produzir um produto de alto valor. Uma industrialização, tão inadequada à agricultura das zonas temperadas, é, portanto, a característica mais importante do sistema de plantações.

Divisão de trabalho e monocultura andam a par da industrialização agrícola. É bem conhecido que a maior parte das plantações limitam-se a uma cultura única, como seja cana de açúcar, ou café, ou sisal, em virtude de cada um desses produtos exigirem maquinarias próprias. A rotação de culturas é, portanto, impossível, até mesmo no cultivo de plantas anuais. Em consequência, os solos se esgotam rapidamente e cumpre prepararem-se continuamente novas áreas para o cultivo.

Este sistema econômico monocultor dá lugar a uma grande instabilidade

e suscetibilidade a crises. Variações climáticas, epifitias, comições políticas, novas invenções técnicas e, acima de tudo, os preços de mercado interferem gravemente na vida da plantação. Torna-se assim compreensível que algumas áreas de plantação tenham transformado seus produtos e instalações mecânicas dentro de intervalos frequentes. No século dezoenove o Ceilão, por exemplo, produziu sucessivamente cinamomo, café, chinchona, chá e borracha. Mudanças similares ocorreram no fim do século dezoito e princípio do século dezoenove nas Índias Ocidentais.

A mesma inquietação e instabilidade manifestam-se na migração dos produtos da plantação. É suficiente fazer lembrar a propagação da cultura do café da Abissínia para a Arábia e sudeste da Ásia, passando então para o Novo Mundo, onde se verificou considerável mobilidade do cultivo do café dentro dos trópicos americanos para, finalmente, completar-se o ciclo com um recente retorno à África.

Pôsto a instalação de maquinarias dispendiosas só seja compensadora com a produção em grande escala, segue-se que as plantações pressupõem, quase sempre, vastas propriedades de várias centenas a vários milhares de acres. Essas dilatadas áreas requerem, como as fábricas associadas, grande número de trabalhadores. O problema de braços é, assim, de suma importância para as plantações e esta procura de trabalhadores para a plantação foi fundamentalmente responsável pelo tráfico negro primitivo, bem como ainda o é pela grande migração de trabalhadores dentro dos trópicos asiáticos. Finalmente, a direção dos campos e fábricas, como também a venda dos produtos devem ficar a cargo de hábeis especialistas. Como os nativos via de regra carecem de adestramento e experiência, é certo, em geral, que somente os europeus (no sentido cultural da palavra) têm aptidões para ser administradores de empresas de plantação.

Uma plantação é, portanto, uma grande empresa agrícola e industrial, dirigida, via de regra, por europeus, que, com grande dispêndio de trabalho e capital, entregam produtos agrícolas altamente valiosos ao mercado mundial.

Transportando-nos à questão da origem deste tipo especialíssimo de economia, não deve surpreender-nos o convencimento de que a mesma tem

conexão com a fabricação do açúcar branco cristalizado. O grande geógrafo alemão Karl Ritter, chegou a esta conclusão há um século, mas seus resultados foram olvidados pelos próprios geógrafos alemães. Segundo este ilustre estudioso a refinação do açúcar foi inventada no século sétimo ou oitavo A.D. na localidade persa de Chusistan (no curso inferior dos rios Tigre e Eufrates), onde a ciência da Europa Oriental entrou em contacto directo com a produção da cana de açúcar tropical. Desde o começo a refinação do açúcar esteve associada ao sistema de plantação e ambos fizeram uma migração espectacular em torno da terra dentro das zonas tropical e subtropical.

Os árabes lançaram plantações açucareiras na área mediterrânea; dêles os venezianos e genoveses aprenderam a ciência e arte de fabricar o açúcar que, por sua vez, ensinaram-nas aos portugueses e espanhóis. As duas últimas nações transferiram o tipo oriental de agricultura e a planta asiática às ilhas africanas ocidentais de Madeira e Canárias e daí levaram-na aos trópicos, tendo a mesma encontrado seu primeiro e clássico desenvolvimento tropical na pequena ilha portuguesa de São Tomé no interior do golfo de Guiné, aí pelos últimos anos do século quinze.

Em 1492, quando Colombo encetou suas grandes descobertas, o sistema de plantação açucareira estava bem estabelecido nessa ilha.

Essas pequenas ilhas do oeste da África, todavia, logo perderam sua importância como centros produtores do açúcar quando o cultivo da cana, juntamente com o sistema de plantações, foram estendidos ao Novo Mundo: a São Domingos em 1519 e ao Brasil em 1531. Aqui se dispunha de áreas muito maiores, apropriadas ao cultivo da cana de açúcar e, ainda cresce que a cana não tinha que ser irrigada, como na Madeira, Canárias e nas áreas mediterrâneas. A despeito, portanto, da maior distância da América do mercado europeu, seu açúcar podia ser vendido muito mais barato, como se evidencia da queda rápida dos preços desse produto no século dezesseis.

O capital necessário às plantações açucareiras americanas era fornecido por comerciantes lisboetas (muitos dos quais aparentemente judeus) ou por nobres que haviam adquirido riquezas no comércio de especiarias da Índia Oriental. Os trabalhadores é que eram

escassos ou, até, faltavam inteiramente, mas esse problema foi resolvido de uma maneira engenhosa, embora cruel, pela importação de negros africanos escravos. Assim, cada continente tinha uma parte no estabelecimento do sistema de plantações no Novo Mundo: a Europa fornecia o capital, a Ásia a cana de açúcar, a África os trabalhadores e os americanos o clima e o solo.

O sistema de plantações como o conhecemos hoje teve seu desenvolvimento inicial nos trópicos americanos. Aqui também, pela primeira vez, culturas diferentes da cana de açúcar emergiram sob este tipo de economia: fumo indígena, algodão, cacau e, o que é mais surpreendente, o café africano, na metade do século dezoito. Nos primeiros dias propriedades pequenas e de tamanho médio chegaram quase a desenvolver muitas vezes grandes plantações dessas novas culturas, mas a notícia que temos acêrca desses tipos de economia agrícola é muito limitada. Até o começo do século dezenove todos esses tipos de empresas eram encontrados apenas ao longo da costa brasileira e ilhas francesas e inglesas das Índias Ocidentais.

A revolta dos negros no Haiti francês em 1789 e a abolição da escravatura nas colônias inglesas em 1833 abalaram o sistema de plantações, que fora até aquela data muito estável, até os seus próprios alicerces e causou nova migração. Pela primeira vez, então, o sistema de plantações alcançou proporções bem marcantes nas ilhas espanholas de Cuba e Pôrto Rico, espalhou-se pelo continente e desenvolveu-se em Venezuela, Colômbia e América Central, onde o anil e o café, ainda mais importante, foram os principais produtos. As plantações de café agora também começaram a migrar dentro do Brasil.

Muito mais extensa em área, contudo, e mais importante econômica-mente foi uma espécie de transposição retrospectiva do sistema de plantações da América, Ásia, passando pela África, donde principiara sua migração há um milheiro de anos. O surgimento do transporte a vapor e a abertura posterior do canal de Suez favoreceram o desenvolvimento dessas novas áreas de plantação, do mesmo modo que a continuação da escravidão na África tropical até 1880 e a disponibilidade de crescente número de trabalhadores mal pagos na Ásia tropical.

Na África tropical, cujo acesso é demasiado difícil e que é habitada por negros livres que resistem às tentativas que se fazem no sentido de obrigá-los a trabalhar por salários, o sistema de plantações ainda é de somenos importância. Somente nas ilhas de São Tomé, Maurícias e Reunião, o sistema de plantações atingiu, desde 1830, grande significação.

Nas ilhas de penínsulas da Ásia tropical, contudo, o sistema de plantações tornou-se o tipo predominante de economia. Ai, até mesmo aquelas plantas que em outras regiões tropicais eram obtidas por simples economia extrativa são cultivadas em plantações: entre essas figuram chinchona, borracha e, recentemente, a palmeira oleaginosa africana. A transposição de plantas cultivadas de um continente a outro exigia grandes dispêndios monetários para observações científicas, especialmente para culturas de ensaio e seleção de sementes. A iniciativa privada não era compatível com esses requisitos e, portanto, nos trópicos asiáticos o sistema de plantações teve de ser fomentado por sociedades anônimas. Da mesma maneira e com idêntico êxito o ramo mais novo das plantações tropicais americanas — a cultura da banana — foi erigido para o mercado dos Estados Unidos numa base capitalista em larga escala. O capital, aqui, é necessário não para o cultivo ou preparo do produto e sim para o seu transporte em cargueiros especiais.

A vida social e econômica dos trópicos tem sido largamente influenciada pelo sistema de plantações. Os europeus entraram com o capital e com os conhecimentos e aquelas regiões contribuíram com os solos e o trabalho nativo. Neste processo os nativos foram freqüentes vêzes privados de sua terra, desarraigados do seu meio social e transformados num proletariado privado de terras a despeito da abundância destas nos trópicos. Por isso, muitos condenam o sistema de plantações em si e propõem que se entregue toda a produção de gêneros tropicais aos nativos. Além desses aspectos econômicos e sociais considerações éticas são mais e mais opostas pelos oponentes do sistema de plantações. O bem estar e progresso dos nativos em sua opinião deveriam constituir os únicos objetivos ou, ao menos, os predominantes da política colonial. Sob condição alguma, salientam, os nativos devem ser privados de suas terras, pois

unicamente em seu próprio solo terão oportunidade de preservar sua vida nacional.

Em oposição a esta concepção étnica os adeptos do sistema de plantações oferecem argumentos econômicos. Os nativos, observam, em virtude dos seus métodos econômicos primitivos, não são aptos a produzir todos os gêneros tropicais tão necessários aos habitantes das latitudes superiores. Os produtos, tais como açúcar, sisal, quinino, etc., que requerem preparo industrial, só podem ser explorados por europeus (a palavra tomada apenas em sentido cultural) e não pelos nativos. Até no cultivo de produtos de fácil preparo industrial, tais como o fumo, o café, o cacau, o chá, etc., os nativos ficam muito aquém das plantações européias na qualidade de seus produtos. Somente no cultivo de plantas anuais, tais como cereais, amendoins, algodão, etc., que requerem pouco ou nenhum preparo, superam os nativos aos europeus. Não é, simplesmente, uma questão de sistema de plantações ou de economia campezina: ambos esses tipos são, na opinião desses últimos argumentadores, necessários ao desenvolvimento dos trópicos.

Tendo em mente esses dois pontos de vista, outros propõem uma colaboração entre europeus e nativos numa base de iguais direitos e deveres. A produção comum concorreriam os nativos com sua terra e trabalho e os europeus com seu capital e técnica. Os benefícios seriam repartidos entre os dois sócios de acordo com certos princípios. Infelizmente a aplicação desta proposta simples e clara se mostra quase impossível se se considera que as duas partes diferem em características raciais, culturais e sociais, que a maioria dos nativos carece de base moral para tal colaboração e a maioria dos europeus da intenção social para a mesma. Até aqui, apenas sob pressão econômica tal colaboração veio a ser bem sucedida, notadamente no cultivo da cana de açúcar, de plantio relativamente simples e preparo bastante difícil. Hoje, nas ilhas Fidji, Maurícias, as Índias Ocidentais e Brasil os nativos plantam a cana e vendem-na aos brancos que a beneficiam em suas grandes usinas. Este processo tem o inconveniente de os nativos não serem, pela maior parte, os donos da terra, mas simples foreiros que podem ser despojados a qualquer momento se não cumprirem as suas obrigações.

Para remediar os defeitos da política presente, os estadistas coloniais ingleses batem-se por outro sistema que fará justiça conjuntamente aos nativos e aos interesses econômicos europeus. Sob o regime que propõem o Estado seria o mediador entre o camponês independente e o empresário branco, regulando por legislação os direitos dos europeus e os deveres dos nativos. Este princípio denominado de "tríplice parçaria" pelo Cel. Leake encontrou sua primeira aplicação prática no cultivo de algodão de Gerizah (Sudão Egípcio). Ali o patrão europeu é representado pelo Sindicato de Plantações Sudanês que é uma espécie de "Chartered Company" (Sociedade oficialmente regulamentada ou concessionária, mas sem direitos sobre a terra. Esta pertence aos nativos, a quem compete lavrá-la de uma maneira rigorosamente prescrita. O sindicato beneficia o algodão e promove a irrigação e todas as atividades comerciais previstas no seu regulamento, tendo as barragens e os principais canais sido construídos pelo Estado. Os lucros são divididos em partes iguais entre os três sócios.

Este princípio parece acertado especialmente para as regiões secas (Índia, Nigéria), onde são necessárias dispendiosas obras para a irrigação. Mas até naquelas regiões úmidas dos trópicos onde grandes áreas permanecem por devassar e precisam de ser desenvolvidas por meios de comunicação, este princípio seria vantajoso, pois combina as vantagens do sistema de plantações com os da economia campestre e evita tanto quanto possível os inconvenientes de ambos. Isto importa, naturalmente, que europeus e nativos estejam psicologicamente preparados para tal colaboração e que haja um estado empreendedor que lhe garanta bases legais.

Prof. Léo Waibel

★

Áreas alimentares no Brasil *

Os relatórios dos inspetores de Ensino, examinados pela Comissão de Alimentação dos Colégios do Departamento Nacional de Educação, demonstram a existência de tipos diversos de dieta no Brasil, de acordo com as regiões.

* Capítulo da obra *Valor Social da Alimentação* da lavra do Sr. Rui Coutinho.

Diferenças acentuadas de economia regional eram as responsáveis por tal situação.¹

Essas diferenças locais impõem à dieta um caráter acentuadamente regional, que se reflete na alimentação dos colégios. Por outro lado, é verdade que, sob essas diversidades se observa uniformidade de certos alimentos por todo o Brasil, quaisquer que sejam as áreas que se considerem: o arroz, a farinha, o feijão e a carne. O feijão — prato de resistência do brasileiro — é, à vista dos depoimentos dos inspetores, não só de Minas Gerais, como de Santa Catarina, um fator de unificação, juntamente com outros elementos de cultura, que constituem bases comuns da nossa gente.

Atendendo à frequência e regularidade com que se distribuíam determinados alimentos pelas várias regiões brasileiras, conseguimos, com a colaboração de José Bonifácio Rodrigues,² caracterizar certas áreas, mais ou menos definidas, da alimentação brasileira.

No norte, do Espírito Santo ao Amazonas, o nosso estudo se limitou, na sua maior parte, ao litoral. No centro e no sul compreende também o interior.

A primeira área, que chamaremos Amazônica, estende-se pela parte setentrional do país até a baixada do Maranhão. Caracteriza-se pelo grande consumo de farinha de mandioca, pouco feijão, bastante peixe ou camarão, este último principalmente no Maranhão, "onde constitui um prato de larga aceitação"....³

Nota-se a frequência de pratos de origem indígena. Ao lado disso, aparecem as frutas nativas, o açaí, o bibríbá, o bacuri, o cupuaçu, — que bem caracterizam essa área.

Denuncia, assim, a Área Amazônica, a influência indígena, revelada pelo grande consumo de peixe e de farinha de mandioca, como pelos nomes

¹ O conceito de área, tomamo-lo dos antropólogos norte-americanos da Escola de Franz Boas: principalmente Clark Wissler: *The American Indian*, New York, Oxford University Press, 1922, 2nd ed., Kroeber, A. L.: *Antropologia General*, México, Fondo de Cultura Económica, 1935, *Versión Española* de Romero, J.

² Professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafaete, e do Instituto de Educação do Estado do Rio.

³ Gomes, T. T.: *Relatório à Comissão de Alimentação do Ministério da Educação*, 1940, setembro.

das frutas e de certos pratos regionais. O grande número de rios explica o consumo de peixe. Há marcada deficiência de carne, leite, manteiga e queijo, ovos, legumes e verduras, e acentuada monotonia na dieta.

Nas próprias capitais o leite é escasso e caro. Em Manaus, por exemplo, o ginásio local, com 135 alunos internos, não podia atender às determinações do Ministério da Educação, que exigiu o fornecimento de 1/2 litro diário daquele alimento a cada aluno. Os relatórios dos inspetores de Ensino de Belém do Pará e principalmente de São Luís do Maranhão salientavam sempre a dificuldade em se obter leite em quantidade suficiente para o consumo dos colégios. E' o mesmo quanto à manteiga.

A deficiência da carne de vaca é tanto mais notável quanto é sabido que a Amazônia possui áreas pastoris nos campos gerais do Rio Branco e na ilha de Marajó. Essa região é dominada pela monoexploração da borracha no Amazonas, pela pecuária nas duas sub-áreas citadas e pelo cultivo do arroz no litoral maranhense. E' uma área nutricionalmente pobre, dependendo do nordeste (quanto ao açúcar) e do sul do país para o seu abastecimento, o que tornou dramática a sua situação durante a guerra.

O depoimento do grande conhecedor das coisas do Amazonas que foi Araújo Lima confirma a nossa observação. Diz êle que o caboclo do Amazonas se alimenta de peixe e farinha de mandioca. As vezes de aipim e de uma fruta nativa: "Um *chibé* que tem por base a farinha d'água — produto de mandioca muito pobre de vitaminas — constitui muitas vezes o alimento dum homem nas vinte e quatro horas".⁴

O médico Júlio Paternostro informa: "Os homens que trabalham no baixo Amazonas comem, anos a fio, cerca de 600 gramas de farinha puba e 250 gramas de filhote". E o autor esclarece que "filhote é a carne fresca ou seca de peixe piraíba", bem como que a farinha puba é obtida da mandioca.⁵

No baixo Amazonas, observa Araújo Lima, "trabalhadores de certa plantação de algodão (Granja Ceres) limitavam-se durante dias seguidos à

ingestão de um singelo mingau de arroz, que ao amanhecer mandava distribuir, após a chamada do pessoal, o gerente da propriedade".⁶ No vale do Gurupi, no Maranhão, não é outra a dieta.⁷ A do vaqueiro da ilha de Marajó no Pará tem como base a carne de sol e a farinha. Come-se peixe, às vezes, em algumas áreas onde êle existe. Pela manhã, em geral, o vaqueiro bebe leite, o que explica os bons dentes que tem. Hanson observa que os vaqueiros brancos de Marajó são corpulentos, altos, ativos, belos exemplos de boa saúde física e mental.⁸

A outra área, que denominaremos *Nordeste*, estende-se do Piauí à Bahia. A sua dieta se aproxima da Amazônica, pelo consumo pobre de feijão e deficiência de leite, manteiga e queijo, ovos, legumes, verduras e frutas. Há, contudo, menor consumo de farinha de mandioca. E' uma área dominada pela monocultura do algodão, da cana de açúcar em grande parte e do cacau em outra, além de uma sub-área de pecuária do interior do Piauí.

O pescador dessa região, o jangadeiro, alimenta-se de peixe e farinha de mandioca. Diz o professor A. J. Sampaio que o pescador permanece em alto mar numa jangada muitas vezes, mais de 24 horas, e a sua dieta "limita-se a farinha de mandioca e mel de cana".⁹ Parece-nos que êles consomem rapadura — de fácil transporte e conservação — de preferência ao mel de engenho.

No nordeste, o homem da sub-área da cana de açúcar, isto é, da zona da mata, hoje devastada por quatro séculos de ocupação humana, é muito mal alimentado, apesar de afirmativas em contrário dos que vêm procurando encobrir as falhas graves da dieta do trabalhador das usinas. Vive êste último de charque, farinha de mandioca, rapadura e, às vezes, feijão. O charque desapareceu da mesa do pobre durante o longo período da guerra. São comuns certas frutas nativas como o araçá, mangaba, goiaba, manga, caju, algumas

⁴ Lima, A.: *op. cit.*, pág. 116

⁷ Lima, A.: *A Planície Costeira Maranhense sob o Ponto de Vista Sanitário-Social*, Brasil Med., 1937, n.º 22, pág. 612.

⁸ Hanson, E.: apud: Price, A. G.: *White Settlers in the Tropics*. Nova York. *American Geographic Society, Special Publ.*, 1930, n.º 23, pág. 226.

⁹ Sampaio, A. J.: *A Alimentação Sertaneja e do Interior da Amazônia*, São Paulo & Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1944, pág. 77.

⁴ Lima, A.: *A Terra e o Homem*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1937, 2.ª ed., pág. 116.

⁵ Paternostro, J.: *Conversando de Brasileiros*, O Jornal, 1940, dez., 22.

dessas — as três últimas — boas fontes de vitaminas, o que levou José Américo de Almeida a dizer, sensatamente, uma vez, que o Brasil é um país de vitaminas baratas.¹⁰

Na área do cacau, na Bahia, o professor Pierre Monbeig verificou também existir a má alimentação da zona das usinas: "... frutas e legumes, que trariam os elementos saudáveis à alimentação dos povos; são inacessíveis aos trabalhadores. A carne seca e o feijão formam a base da alimentação, mas são vendidos aos empregados das fazendas pelos empreiteiros, que mantêm pequenos estabelecimentos comerciais muito lucrativos: impossível ao trabalhador deixar de comprar dele, pois do contrário há logo um pretexto para despedir o recalcitrante".

Essas duas áreas são terrivelmente monocultoras. Monbeig diz: "O cacau é um tirano, e recusa-se a perder uma polegada de solo arrancado à floresta para consagrá-lo a outras culturas; alguns fazendeiros o proíbem terminantemente".¹¹ Também "tirana" é a cana de açúcar. Em geral não se permite ao trabalhador plantar o seu legume. Hoje em Pernambuco já se esboça uma reação à monocultura na área das usinas. Comêço de reação que vai fazendo sentir os seus efeitos.

O predomínio da monocultura não tem permitido o desenvolvimento das culturas de gêneros alimentícios, como, aliás, observou o professor Monbeig. O exclusivismo das monoculturas não cede lugar às culturas ancilares. O mesmo também se observa em outros países que possuem idêntico tipo de economia: a cana de açúcar em Cuba, Porto Rico e Queensland (na Austrália); o algodão em certas áreas do sul dos Estados Unidos e o tabaco em outras; a pecuária na área de criação do Rio Grande do Sul e no Uruguai.¹²

Uma evidência dessa nocividade sobre a dieta e, através dela, sobre a saúde das populações é a existência da pelagra endêmica em Pernambuco, Estado rigidamente monocultor.¹³

¹⁰ Almeida, J. A.: *Discurso pronunciado em 31 de julho de 1937*, Brasil, pág. 22.

¹¹ Monbeig, P.: *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, São Paulo, Livraria Martins, 1940, pág. 177.

¹² Sobre monocultura veja-se Price, A. G.: *White Settlers in the Tropics*, cit., págs. 71, 80, 213, 219.

¹³ O Dr. Reinaldo de Azevedo apresentou 114 casos observados no período de 21-8-930 a 20-6-1935, na sua tese apresentada à Faculdade de Medicina do Recife: *Pelagra — Contribuição ao seu Estudo*, 1935, págs. 83-86.

Uma prova de que a monocultura é a principal responsável pelo aparecimento da pelagra — doença resultante da falta de uma vitamina — é a sua existência, sob a forma endêmica, no sul dos Estados Unidos, ainda tão dominado pelo algodão em umas áreas e pelo tabaco em outras: Os especialistas reconhecem que a pelagra é um produto da monocultura. Um deles afirma que essa avitaminose resulta da monocultura.¹⁴ O sul rural deve produzir os alimentos para o seu próprio abastecimento.

Reconhecida a nocividade da monocultura nos Estados Unidos, a primeira sugestão dos especialistas para combater a pelagra é diversificar aquelas zonas de culturas, tornando-as o mais possível policultoras.¹⁵ Aconselham êles que se restrinja o plantio do algodão e do tabaco, em benefício do cultivo dos legumes e das verduras; que se intensifique a criação de vacas

¹⁴ Sebrell, W. H.: *Public Health Implications of Recent Research in Pellagra and Ariboflavinosis*, J. Home Econ., 1939, 31: 530-536.

¹⁵ Mr. Wickard, quando ministro da Agricultura daquele país, sugeriu em discurso que se voltasse à antiga dignidade da galinha, do porco e da vaca, peritos no fornecimento de vitaminas.

Winters diz que a existência da pelagra nos Estados Unidos é consequência da política agrícola: Winters, J. C.: *The Relation of Human Nutrition to the Social and Economic Condition of the South*, J. Am. Diet Ass., 1940, 16:215.

Uma pesquisa feita em Kentucky revelou que das duas áreas vizinhas, cujos hábitos alimentares eram muito semelhantes, uma apresentava pelagra, a qual faltava à outra área. E' que essa última possuía criação de vaca e de galinha, e horta: Kooser, J. H. and Blankenhorn, M. A.: *Pellagra and the Public Health: A Dietary Survey of Kentucky Mountain Folk in Pellagrous and non-Pellagrous Communities*, J. Am. Med. Ass., 1941, 116-912. (Resumido pelo J. Am. Diet Ass., 1941, 17:581).

Sobre Pelagra e Monocultura veja-se Gordon, E. S. and Seyringhaus, E.: *Vitamin Therapy in General Practice*, Chicago, Illinois, Year Book Publishers, Inc. 1940, pág. 240; Sebrell, W. H.: *Public Health Implications of Recent Research in Pellagra and Ariboflavinosis*, J. Home Econ., 1939, 31:530-536. Winters J. C.: *The Relation of Human Nutrition to the Social and Economic Condition of the South*, J. Am. Diet. Ass., 1940, 16:215; Editorial: *Let Farms Raise Food*, America, 1941, 65:239. Sherman, H. C. and Lanford, C. S.: *Essentials of Nutrition*, New York, The Mac Millan Company, 1940, págs. 226 e segs. Sherman, H. C.: *Chemistry of Food and Nutrition*, New York, The MacMillan Company, 1946, 7th. Ed., págs. 394-398. Veja-se também: Coutinho, R.: "Monocultura & Dieta no Brasil", *A Manhã*. Coutinho, R.: *O que Revela um Inquérito no Recife sobre as condições de Alimentação Popular*, (Separata) *Neurobiologia*, 1939, 2, n.º 1.

e galinhas, aumentando-se assim a produção do leite e os seus derivados: a manteiga, o queijo e os ovos.

Quando ministro da Agricultura dos Estados Unidos, Mr. Wickard, no seu relatório de 1941, informou os bons resultados que vem produzindo a diversificação das culturas. Diz ele que "o algodão ainda é rei, mas o seu reinado está mais restrito. A agricultura está diversificada. A maior produção e consumo de produtos de animais de fazenda e de culturas de gêneros alimentícios, ao lado da colocação sensata da produção mais limitada do algodão, prometem uma vida mais sadia para os 40 milhões de indivíduos que vivem nos 13 Estados do sul".¹⁶

Essa variedade de cultura é o que também se faz necessário em nossas áreas monocultoras. No nordeste, a monocultura iniciada no primeiro século de colonização tem esterilizado tôdas as fontes de produção. A má influência da monocultura sobre a dieta das populações brasileiras no período colonial já foi demonstrada, de sobejo, por Gilberto Freire, há dez anos.¹⁷

A deficiência ou mesmo ausência de produção obriga os Estados nordestinos, do mesmo modo que os da Área Amazônica, a comprarem no sul do país a quase totalidade do feijão, arroz, farinha de mandioca e charque necessários ao abastecimento das suas populações. A importação desses alimentos, considerados básicos à dieta popular, além de contribuir para desequilibrar a balança comercial, eleva o custo dos mesmos, dificultando a sua aquisição pelas classes mais desfavorecidas.

Também a monocultura não permitiu que se desenvolvesse, naquela área brasileira, a indústria de laticínios. A manteiga e o queijo vão principalmente do sul. Em quase tôdas as capitais o leite é escasso, caro e de má qualidade, como se observa na Área Amazônica.

Até o consumo de carne sofreu a influência da monocultura, que, na zona do litoral, obrigou a pecuária a recuar para o sertão. Daí vem o gado para o abastecimento das capitais. Até atingir estas, realiza o gado longas viagens a pé e não descansa no mata-douro o tempo necessário antes de ser

abatido. Resulta então para o consumo uma carne nutricionalmente pobre e de custo elevado.

A produção de ovos é reduzida. As frutas não existem hoje com a fartura que em geral se supõe. Bem significativo é o depoimento de uma inspetora da Bahia: "De longa data, portanto, antes do interesse profissional do momento, que procuro modificar em nosso meio, a maneira prejudicial de alimentação quase exclusiva de carne, feijão e farinha. O que não sabeis, porém, é o que a Bahia não tem nesse sentido. Os legumes aqui são escassos e caríssimos. Escandalosamente caros. Do mesmo modo as frutas, mesmo as frutas especiais aqui do Estado, como a laranja, a banana e outras. Há frutas cujos preços são mesmo inatingíveis para certas classes, como o mamão, a manga, o abacate e o sapoti. Se não fosse impróprio neste ofício, eu chegaria mesmo a citar preços, porque seria curioso, irrisório e mesmo incruel, como se se tratasse de algum país longínquo e ignorado".¹⁸

Um tanto diversa é a dieta do sertão nordestino. O charque é substituído pela carne de sol, de vaca e muitas vezes de bode, juntamente com rapadura e farinha de mandioca. Geraldo Rocha informa que o sertanejo nordestino da sub-área do São Francisco, que vive fora das margens do rio, tem como "nutrição básica" a farinha e a carne de sol.¹⁹

Estudemos agora a outra área, a *Central ou de Influência Mineira*. Compreende essa área o Estado de Minas (excetuados o Sul e o Triângulo), o Estado do Rio e o Espírito Santo.

Nota-se aí um abuso no consumo do feijão e do café, o consumo frequente do angu e da carne de porco, ao lado da relativa deficiência de leite, ovos, legumes, verduras e frutas. O consumo de farinha de mandioca é bem menor do que nas duas áreas anteriores, sendo substituído, em parte, pelo da farinha de milho e pelo angu. Acentue-se que a farinha de milho é nutricionalmente superior à primeira, carente de vitaminas e de elementos minerais.

A nocividade da monocultura também se observa nessa área — na zona

¹⁶ Wickard, C. R.: *Report of the Secretary of Agriculture*, Washington, U.S. Government Printing Office, 1941, pág. 133.

¹⁷ Freire, G.: *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.

¹⁸ Fortes, D. C.: *Relatório à Comissão de Alimentação do Ministério da Educação*, 1940, julho, 28.

¹⁹ Rocha, G.: *O Rio São Francisco*, São Paulo & Rio de Janeiro, Comp. Editora Nacional, 1940, pág. 27.

dominada pela cana de açúcar. Em Campos, acentuadamente monocultor, o beribéri — doença resultante da falta da vitamina B1 — manifesta-se com freqüência.

Fatores históricos e culturais influenciaram a dieta da área mineira, contribuindo para as suas falhas alimentares. O mesmo exclusivismo econômico — a pecuária — a fabricação intensiva da manteiga e do queijo em prejuízo do consumo de leite; a exploração de um só produto, o ouro na época colonial e ainda hoje em zonas mais limitadas, e o ferro esterilizam todas as fontes de vida. Os colégios localizados em Ouro Preto, Itabira, Conceição do Sêro, mesmo Belo Horizonte, ressentem-se da deficiência de leite, verduras, legumes e frutas. Ouro Preto não possui mercado, faltando-lhe leite, legumes e frutas. Na própria capital de Minas, é difícil a obtenção desses alimentos em quantidades suficientes para os internatos.

A cana de açúcar no Estado do Rio e o café no Espírito Santo são elementos a que podemos atribuir a má alimentação da Área Central. Em uma cidade situada na sub-área, de pecuária mineira, a indústria de laticínios absorve a quase totalidade do leite, tornando difícil ao colégio local o fornecimento de ½ litro diário de leite, a cada aluno.

A Área Paulista corresponde ao Estado de São Paulo e regiões de sua influência — o sul do Estado de Minas e o Triângulo Mineiro, o Norte do Paraná, e a faixa que acompanha a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em território matogrossense até Campo Grande.

O que imediatamente surpreende o pesquisador é o acentuado contraste entre esta região e as duas antecedentes. A dieta torna-se bem variada com o aparecimento freqüente, e, portanto, maior consumo, de alimentos protetores — leite, manteiga, legumes, verduras e frutas. Surgem também alimentos que não se encontram com a mesma freqüência na dieta de outras regiões: os alimentos fritos — os pastéis, as batatas fritas, as croquetes e os bolinhos; as massas sob as mais diferentes formas; e o milho — não mais como angu, tradicional na dieta mineira — mas constituindo de preferência a polenta. Continua o abuso do feijão, diminuindo sensivelmente o consumo da farinha de mandioca em relação ao norte e mesmo à zona central. O consumo de carne, excessivo.

A riqueza e a variedade da dieta paulista devem ser atribuídas à policultura que nessa área neutraliza os maus efeitos da monocultura ainda existente em certas sub-áreas da região, mais dominadas pelo exclusivismo do café. A imigração européia trouxe também uma contribuição importante aos hábitos alimentares paulistas com o uso das massas e os alimentos fritos.

Tem, portanto, essa área uma dieta equilibrada, mais rica que a das duas regiões estudadas. Melhora resultante do maior consumo de leite, alimento protetor por excelência, rico em cálcio e vitamina A e riboflavina; da fartura de verduras e frutas — alimentos ricos em cálcio, ferro e vitamina A os primeiros, e boas fontes de vitamina C os últimos.

Isso tornou mais fácil o cumprimento das determinações do Ministério da Educação nos colégios da região paulista. A Comissão de Alimentação limitou-se, na maioria dos casos, a orientar a distribuição dos alimentos, aconselhando, em outros, a redução do consumo dos alimentos fritos, às vezes, excessivo.

Desde os tempos coloniais, São Paulo tem sido a região brasileira mais bem alimentada, atribuindo Gilberto Freire o equilíbrio da dieta paulista à policultura iniciada no Planalto no primeiro século de colonização.

Esse equilíbrio, contudo, diminui de modo sensível com a proximidade da sub-área de pecuária do Triângulo Mineiro, que se tem ampliado consideravelmente nos últimos anos. A nova riqueza representada pela criação do zebu tornou escasso o leite, que é destinado quase todo às crias de raça, com evidente prejuízo para a nutrição humana. O leite, alimento protetor, bem poderia contrabalançar algumas falhas alimentares da população.

Quanto à inclusão de uma zona matogrossense na Área Paulista, o autor, depois de realizado este estudo, teve a satisfação de verificar que o professor Pierre Monbeig também considera aquela sub-área de influência paulista. Diz esse mestre da geografia humana que Campo Grande "merece ser denominada zona de expansão paulista". E' que a "Noroeste" leva São Paulo ao interior de Mato Grosso.²⁰

As mesmas características de variedade e fartura notam-se na Área

²⁰ Freire, G.: *op. cit.*, págs. 67 e 68.

²¹ Monbeig, P.: *op. cit.*, pág. 95.

Colonial, que inclui o Estado de Santa Catarina e grande parte do Rio Grande do Sul, especialmente a zona geralmente denominada "Colonial", isto é, de colonização alemã, italiana e polonesa, húngara, austriaca, etc.

O leite, os ovos, os legumes e verduras são freqüentes. O consumo de feijão não se altera, elevando-se o da farinha de mandioca na área de Santa Catarina. A carne é consumida em maior proporção. Aparecem elementos novos: as conservas, o salame, a lingüiça, a salsicha, e o mel denunciando a influência do imigrante, principalmente o alemão. O mel — alimento habitual do indígena — que não passou à alimentação do brasileiro, viria resurgir por influência dos colonos europeus nos seus atuais descendentes e ainda em brasileiros, imigrados de outras áreas do país, que ali vivem.

Finalmente, a Área de Pecuária Gaúcha compreende parte do Estado do Rio Grande do Sul, onde estão centros importantes como Bajé e Uruguaiana. Comparada à região chamada "Colonial", vê-se que a Área de Pecuária Gaúcha apresenta dieta acentuadamente diferente da encontrada na primeira. Especializada na criação de gado para a produção de carne destinada às charqueadas e aos frigoríficos, apresenta consumo excessivo daquele alimento, não atingido em qualquer outra região do país, inclusive a região aqui denominada "colonial". Ao mesmo tempo, verifica-se deficiência dos alimentos protetores: leite, manteiga, ovos, legumes, verduras e frutas. E carência de leite mais acentuada do que em outras áreas brasileiras de pecuária. Salienta-se que esse consumo demasiado de carne também é observado no Uruguai, onde domina o mesmo exclusivismo econômico, como informa o Prof. Fournier.²³

Nessa área gaúcha, em municípios exclusivamente pastoris, como Bajé, são escassos e caríssimos os alimentos protetores — leite, manteiga, ovos, legumes e verduras. Essas deficiências não podem deixar de agir sobre o físico da população, que há de sofrer as conseqüências do consumo insuficiente de elementos minerais e vitaminas.

A mesma observação, aliás, foi feita, em fins de 1939, por Gilberto Freire

ao percorrer a região: "Não nos iludamos supondo o gaúcho uma população de gente sadia e bem nutrida. Em certos trechos do Estado, o exclusivismo na pecuária criou condições semelhantes às criadas pela monocultura açucareira no norte do país. Vi zonas de pecuária onde o leite, por mais espantoso que isso pareça, é escasso e caro. Vi zonas de gado gordo onde morre gente de tuberculose pelos ranchos, habitações miseráveis que, dado o rigor do inverno, são piores que os mocambos no Nordeste".²⁴ Em outra região o mesmo sociólogo observou que "a carne fresca, a carne de sangue, a carne verde, o churrasco é, para grande número, naquelas áreas (de pecuária), carne de dia de festa; e não de dia comum. Já se foi o tempo de desperdício de carne fresca, pelo menos pelos peões".²⁴

Já se pode afirmar, com o apoio dessa pesquisa e de pesquisas anteriores, que o Brasil é um país, na sua maior extensão, mal alimentado, em razão da monocultura e do exclusivismo econômico. Somente onde a policultura tem conseguido certo desenvolvimento, a dieta apresenta algum equilíbrio e variedade.

Rui Coutinho

★

Povoamento

Sabemos em elaboração no Congresso Nacional de uma lei, acêrca da colonização e da imigração. O interesse que tal assunto pode despertar é universal: ao médico, ao militar, ao comerciante, a todos interessa diretamente ou em suas conseqüências. Sem dúvida é uma necessidade, uma grande necessidade mesmo, encará-lo seriamente.

Quer-nos parecer, porém, que tal problema não tem partido de premissas básicas bem estudadas, nem alcançado as últimas conseqüências.

Dizemos acêrca das premissas básicas porque não conhecemos inquiridos ou estudos similares que fixem nossa verdadeira situação no tocante à colonização, parte essencial, integrante, inseparável da imigração, a não ser aspectos parciais ou muito gerais que

²³ Fournier, A. R.: *Estudio Económico de la Producción de las Carnes del Río de la Plata*, Montevideo, Peña & Cia., 1936, págs. 72 e segs.; 116 e segs.

²⁴ Freire, G.: "Entrevista aos Diários As-sociados", *O Jornal*, 1940, fevereiro, 28.

²⁴ Freire, G.: "Eutenia e não eugenia", *Correio da Manhã*, Rio, 1940.

Ou sob outro prisma:

COEFICIENTES POR MIL NASCIDOS VIVOS

CAPITAIS	1942	1943	1944	1945	1946
Manaus.....	302,90	240,60	246,90	140,10	100,00
Belém.....	189,63	206,10	267,40	257,70	159,60
São Luis.....	230,76	212,00	252,90	234,50	240,90
Teresina.....	501,05	629,70	435,30	548,30	404,10
Fortaleza.....	209,14	312,60	336,90	416,20	325,60
Natal.....	334,81	342,10	403,30	431,30	507,50
João Pessoa.....	295,06	260,90	236,60	247,40	229,00
Recife.....	292,95	296,00	336,50	495,10	425,80
Aracaju.....	243,48	278,10	260,10	356,00	343,40
Salvador.....	249,77	268,00	257,50	289,20	216,20
Vitória.....	211,64	162,40	232,50	149,50	152,00
Niterói.....	186,11	150,80	152,70	95,70	162,70
Distrito Federal.....	182,22	155,50	150,60	163,30	125,60
São Paulo.....	135,11	121,50	115,40	114,10	101,50
Curiçaba.....	125,28	140,20	128,80	124,20	154,80
Florianópolis.....	303,66	231,50	175,00	232,90	235,70
Pôrto Alegre.....	233,48	219,70	192,90	142,40	141,50
Cuiabá.....	228,71	139,90	97,90	144,50	70,80
Goiânia.....	278,83	255,50	198,50	149,30	157,50
Belo Horizonte.....	145,17	149,60	125,90	109,60	107,30
Maceió.....	—	268,60	422,70	404,80	296,90

(“Anteprojeto alterando o Fundo Nacional de Proteção à Criança” — “Revista do Parlamento”, julho de 1947)

Que podemos resumir citando o relator do mencionado anteprojeto, deputado Rui Santos:

“Morreram nos últimos cinco anos, nas capitais brasileiras, nada menos de seiscentos e cinquenta e sete mil setecentos e oitenta e sete (657 787) crianças em idade inferior a um ano”.

Nem ao menos, para consôlo, a situação melhora:

— de 1927 a 1931: coeficiente de 166,6 por mil;

— de 1932 a 1935: coeficiente de 177,5 por mil;

— de 1937 a 1941: coeficiente de 180,3 por mil.

Podemos, sendo modestos, dizer que em todo o território brasileiro, perdemos um milhão de futuros cidadãos. Não creio que nenhuma nação do mundo haja alcançado perdas tão severas em nenhum conflito, se levarmos em

conta os lucros cessantes que a morte nessa idade representa. Pois, apesar dessa dizimação a população brasileira cresce.

A mensagem presidencial é desanimadora nesse sentido: “Entre as causas da mortalidade infantil, algumas derivam, como é sabido, de condições de vida cuja correção está além das possibilidades imediatas da economia brasileira”. E mais além: “Considerado que, no consenso dos sanitaristas, mortalidade infantil superior a cem por mil nascimentos é sintomática de más condições de organização social.”

Pomos acima de qualquer dúvida o patriotismo da mais alta autoridade brasileira, em problema de tal vulto, de humanidade antes de tudo, mas também patriótico, cultural e econômico, porém, tudo justificaria a necessária concentração de esforços no sentido de ao menos encaminhar a solução. Medidas parciais são apenas inoperantes.

Indivíduos miserabilizados. São os habitantes das "favelas" ou que outro nome tenham, que estão no último degrau da escala social. Sem dúvida, porém são recuperáveis.

Mas, nunca pelos processos simplistas que muitos imaginam: embarcá-los à força para o interior. Poder-se-ia quando muito, deslocar o problema.

Não se suponha que são poucos. Fala-se em centenas de milhares só na capital da República.

Somente inquiridos bem organizados e executados nos poderiam dizer quantos são e o que fazer para recuperá-los.

Aborígenes — Podem ser orçados ainda na casa dos milhões, êsses homens marginais que alguns abnegados têm procurado chamar à "civilização" mas que esta não tem sabido e não sabe ainda como recebê-los, adaptá-los e utilizá-los.

Apêlo ao meio externo — Eis um outro meio seguro de aumentar a população. Há a considerar, porém, diversos aspectos, sem pôr em dúvida as vantagens que ofereceram para diversos países, o nosso inclusive, e a excelente qualidade de muitos dos imigrantes, individual ou coletivamente.

Falaremos sempre em tese.

E' preciso porém ponderar que "são os incomodados que se mudam". Ou em outras palavras, que a melhor parte de uma população qualquer não emigra. Somente o fazem alguns ambiciosos que desejam melhores possibilidades que os que o meio local oferece, porém a maioria será de indivíduos ou famílias que perderam a "luta pela vida" em seus locais de origem, ou seja, numa frase mais forte, os "relativamente incapazes".

Não será, é claro, a nata que irá tentar nova vida em plagas desconhecidas, que êles julgam sempre inóspitas.

Além de não ser isenta de despesas, ao contrário, a imigração para o Brasil está longe de alcançar os valores que muitos supõem.

O número de imigrantes que entrou no Brasil entre 1900 e 1939 é de 2 710 377. Ou seja em 40 anos entrou o que perdemos em 15 anos de alta letalidade, apreciados os dados *grosso modo* e raciocinando somente com os menores de um ano.

Além dêsses fatores há a acrescentar o fator "concorrência" no mercado imigratório.

Exemplificaremos com a Itália.

De lá poderão ir para a Argentina, de maio a dezembro, 30 000 trabalhadores, parte agricultores, parte especialistas da indústria (mecânicos, têxteis, etc.). Os especialistas com salário médio de 10 pesos diários, o que permite uma economia mensal de 170 pesos. Os agricultores com o salário médio diário de 6 a 7 pesos, mas com possibilidades de alcançarem no futuro ótima situação.

A França receberá 200 000 trabalhadores dos quais 25 000 mineiros com salário diário de 500 francos.

A Bélgica absorverá 30 000 mineiros, oferecendo diversas vantagens, entre as quais 3 a 5 toneladas de carvão por trabalhador emigrado.

A Checoslováquia e a Inglaterra também oferecem sólidas vantagens.

Quanto ao Brasil, diz a revista *Italiani Al Estero*, número de março de 1947:

"Sono infine al Studio alcune limitate possibilità migratorie verso Venezuela, il Brasil e la Polonia".

Em outro artigo, sob o título "O Brasil atravessa uma crise", há os seguintes conceitos:

"O ano de 1947 se inicia sem que o povo brasileiro e numerosos estrangeiros aqui residentes possam ver o sinal precursor de próximo fim da crise que há algum tempo atravessa o país".

Mais além:

"O Brasil tem uma economia agrícola que não está mais em condições de satisfazer às exigências atuais".

"E' necessário que a "fazenda" seja modernizada, abandonada a monocultura, sejam aplicadas as normas racionais introduzidas em todos os países.

Renovar-se ou morrer. Tal é o dilema".

Qualidade — Vejamos o aspecto qualitativo.

O brasileiro é uma afirmativa quase segura do ponto de vista cultural.

Podemos fazer dêle um técnico?

A opinião de um membro da Misão Técnica Americana é interessante:

"Perfurei poços em todos os Estados Unidos e em diversos lugares da Europa, e êste conjunto de 900 homens

que temos aqui na nossa fôlha de pagamento eu o coloco acima de qualquer outro que eu já tenha tido”.

Mais adiante:

“Tenho um sondador que eu gostaria de lhe mostrar. E’ um perito tão bom como os que vieram. Há 4 anos passei na estrada, voltei e contratei seus serviços, tirando-o de uma choupana. Duvido que tivesse ganho mais do que 5 cruzeiros por dia. Agora tem 28 anos e se tornou um mestre. E’ alerta e apresenta-se tão bem que você o tomaria por um estudante. Você tem de respeitar tal gente. Poderia dar-lhe outros exemplos. Venha ao nosso almoxarifado. Veja estas prateleiras. Agrupamos aqui, 14 000 peças de equipamentos, instrumentos e sobressalentes. Os homens encarregados dêste estoque, como todos os demais, nós os apanhamos nas ruas, há quatro anos. Hoje, quando procuro qualquer um destes 14 000 itens em inglês, não na sua língua, não em português, mas em inglês, posso contar que receberei o material sem um erro. Isto confirma o que lhe disse. Dou volta à cabeça e imagino que, para êles fazerem o que fazem, devem aprender e entender 20 000 palavras inglêsas”.

Podemos alcançar, portanto, no meio interno, a qualidade desejada.

Sem dúvida, haverá necessidade de buscar indivíduos especializados em determinados setores.

Essa obtenção só poderá porém ser “nominal”, digamos, nunca ao acaso de sobras.

Êsses indivíduos deverão ser contratados com nitida finalidade.

Conclusão — Qual nossa situação?

Ouçamos a mensagem presidencial:

“A alta concentração da propriedade agrícola explica, outrossim, o baixo salário do trabalhador rural, a má utilização da terra no Brasil, o atraso da mecanização agrícola, o espantoso desperdício das energias humanas, a não fixação do homem à terra, a mesquinhez do nosso mercado interno, o deslocamento demográfico para as cidades, a diminuta densidade de tráfego das nossas estradas de ferro, a impressionante degradação de nossos solos agrícolas”.

Essa situação é confirmada pelo fato de imigrantes não demorarem 24 horas em fazendas de São Paulo, que-

rendo regressar imediatamente, apavorados pelo estado de coisas encontrado.

Não poderemos, portanto, conseguir o que de melhor houver em imigrantes se não lhes pudermos oferecer um nível de vida razoável.

Se o pudermos fazer para o estrangeiro, porque não fornecê-lo ao nacional?

Na realidade, só é possível elevar êsse nível, para uns e outros, se conseguirmos alcançar melhores condições.

Justifica-se, portanto, a máxima concentração de meios para enfrentar problemas de tal monta. Tôda dispersão é prejudicial.

Não nos move nenhum jacobinismo mas perguntamos, quanto custa cada imigrante? Quanto custa cada vida brasileira?

E no caso, já acontecido, de imigrantes, digamos têxteis, ficarem sem trabalho? Que fazer dêles?

De qualquer forma, o problema tem aspecto geral e raízes profundas sem apreciar um e atingir outras, não é possível uma solução lógica e vantajosa.

Capitão *Amauri B. de Lima*

★

Limites interestaduais e o Conselho Nacional de Geografia

Sob o título acima escreveu, recentemente, para o *Jornal do Comércio* o comandante Thiers Fleming, consultor-técnico do Conselho Nacional de Geografia, o seguinte comentário:

“As questões de limites entre os Estados, perturbando a unidade nacional, tem trazido graves preocupações à administração para evitar seus males. Felizmente estão quase tôdas extintas, e, de trinta que eram, em 1947 restam, para ser resolvidas, apenas três.

A célebre questão do Contestado que quase trouxe a guerra civil entre Paraná e Santa Catarina, foi resolvida por acôrdo direto, pelo grande brasileiro Dr. Venceslau Brás, graças ao patriotismo de Filipe Schmidt e Afonso Camargo, governadores dos dois Estados. Nunca é demais relembrar-se o nobre proceder de Santa Catarina, com três acórdãos do Supremo Tribunal Federal, a seu favor, cedendo ao Paraná, que o desbravara e colonizara, grande parte do seu território e respeitando as populações paranaenses.

Resolvido este caso, o mais difícil, surgiu a idéia de resolver os demais e celebrar-se o centenário da Independência em 1922, com a completa "regularização das fronteiras interestaduais".

O Congresso de Geografia, em Belo Horizonte, em 1919, celebrou 6 acordos diretos e a Conferência de Limites Interestaduais no Rio de Janeiro, em 1920, convocada por Epitácio Pessoa, celebrou 6 acordos diretos e 7 por arbitramento. No Supremo Tribunal Federal houve patriótico movimento para o julgamento das questões a êle submetidas. Mas, pela Constituição de 1891, o processo de resolvê-las era longo, dependendo de duas aprovações nas Assembléias Estaduais e aprovação final do Congresso Nacional. A Constituição de 1934 simplificou o processo, mas a Constituição de 1937, reconhecendo direito de posse e jurisdição, permitiu a regularização das questões de fronteiras interestaduais, acabando com as questões de limites.

A feliz e patriótica criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do qual faz parte o Conselho Nacional de Geografia, entre os seus relevantes serviços, se destaca o de liquidação destas questiúnculas de limites, com a demarcação das fronteiras dos Estados confinantes.

Assim é que, com o auxílio do Conselho Nacional de Geografia, foram ultimadas as soluções dos casos: Minas com Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Bahia; Pernambuco com Alagoas; Maranhão com Piauí e Goiás, e Bahia com Piauí e Goiás. E também, estão sendo demarcadas outras fronteiras interestaduais. Infelizmente ainda três

casos pendem de solução: o de Minas-Espírito Santo, que somente o Supremo Tribunal Federal poderá resolver, como os fatos têm demonstrado e os de Paraíba-Rio Grande do Norte e Amazonas-Pará.

A questão Paraíba-Rio Grande do Norte, perturbada pelo padre Luís Santiago, incitando as camponesas ao protesto do acôrdo com o Rio Grande do Norte, poderá ser resolvida imediatamente, pois a divergência é no fim da linha fronteiriça. E o eminente professor Pereira Lira, que tão importante papel representou no trato das questões de limites ao elaborar-se a Constituição de 1934, poderá prestar seu auxílio neste caso e no do Amazonas-Pará.

Em recente sessão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o confrade Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, expôs, em brilhante síntese, os serviços deste Conselho, no ano de 1946, referindo-se de modo geral, ao trabalho de regularização das fronteiras interestaduais, que tenho o feliz ensejo de analisar.

Urge, agora, que os Governos dos Estados, que ainda necessitam de bem definir as suas fronteiras, recorram não só ao Serviço Geográfico do Exército como também ao Conselho Nacional de Geografia. Mais uma vez repito, entre os serviços de Getúlio Vargas ao Brasil, não poderemos deixar de incluir a criação dos Territórios Federais e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".

Thiers Fleming

Contribuição ao ensino

Sugestões didáticas em torno de um livro:

“Introdução à Antropologia Brasileira” - II vol.*

Prof. LÉA QUINTIERE
Da Secção Cultural do C.N.G.

O bom êxito de uma aula é função de vários fatores, entre os quais o da motivação adequada de que lança mão o professor. Entretanto, nem sempre é fácil conseguir-se esta motivação, que depende do assunto a ser explanado e do desenvolvimento mental dos alunos.

Tomemos um exemplo:

O estudo dos grupos humanos, nos programas de Geografia nos cursos ginásial e colegial, é iniciado com as noções introdutórias de distinção entre raça, etnia e mestiçagem. Por envolver conceitos e definições, muitas vezes divergentes, torna-se difícil apresentá-las sob forma simples e agradável que desperte a atenção e o interesse dos alunos. A necessidade da motivação didática variará de acôrdo com as séries. No curso ginásial, no 1.º ano, onde as noções são simples, básicas, estruturadas e, até mesmo, no 3.º ano, quando se aplicam êstes conhecimentos ao estudo das populações brasileiras, pode-se, com sucesso, utilizar-se os bustos representando os caracteres somáticos das três principais raças. Já no 3.º ano colegial, êste material didático torna-se incoerente e quase sem interesse para o espírito mais amadurecido do adolescente, capaz então de encarar os assuntos raciais sob o aspecto de *problemas da colonização no Brasil* (III unidade). Como motivá-los pois?

Seguindo o programa oficial, o professor, depois de estudar o histórico das correntes imigratórias e a influência sobre elas exercidas pelos dispositivos legais do passado e do presente, passará à segunda sub-unidade intitulada: Os elementos étnicos, os contingentes estrangeiros.

De acôrdo com os objetivos dêste mesmo programa, as aulas devem ser dadas de modo a apresentar questões, debater-se opiniões de alunos e professor até chegar-se a uma ou mais conclusões finais. E' comum, durante êstes debates, o professor encontrar em sua turma diferentes tipos de alunos: uns com preconceitos de superioridade e inferioridade raciais, outros com má compreensão do assunto, outros ainda, que não percebem a importância do problema que estão estudando.

Cabe ao mestre a escolha de um livro científico que, como tal possua opiniões imparciais, que sirva de base, oriente e instrua os alunos. Para a unidade referente à colonização no Brasil, pode-se sugerir o II volume da *Introdução à Antropologia Brasileira* do Prof. Artur Ramos, publicado pela Coleção Estudos Brasileiros da C.E.B., Rio de Janeiro, 1947.

* N. da R. — *Introdução à Antropologia Brasileira* — Prof. Artur Ramos — Coleção Estudos Brasileiros da Casa do Estudante do Brasil — Rio de Janeiro — 1946. (Trata êsse segundo volume das culturas européias e os contactos raciais e culturais).

1.º ano Ginásial — Os grupos humanos — Populações, raças

3.º ano Ginásial — A população brasileira

3.º ano Colegial — Problemas da colonização:

- 1) Histórico da imigração — dispositivos atuais sobre colonização
- 2) Os elementos étnicos; os contingentes estrangeiros.

Aí, entre vários capítulos onde são estudadas as características antropológicas dos diferentes grupos humanos que tiveram e têm influência na formação de nosso povo, os contactos destas raças através do processo de mestiçagem, encontra-se o importante capítulo da *Análise Científica do Problema da Mestiçagem no Brasil*.

Este livro pode ser usado ainda, como elemento motivador. Com habilidade o professor poderá pedir vários trabalhos interessantes, exercícios inteligentes que despertem a atenção e mantenham vivo o espírito de seus alunos. Sugere-se, entre estes trabalhos, a leitura analítica deste capítulo e o seu respectivo esquema, salientando a idéia principal e frisando a conclusão final do autor. O aluno apresentará o trabalho, mais ou menos, da seguinte forma:

Título: *Análise Científica do Problema da Mestiçagem no Brasil*

Introdução: Variedade de critérios e métodos

Imparcialidade da observação científica

Desenvolvimento:

I. *Análise dos dados:*

- a) ordem histórica: dados individuais
dados coletivos
- b) tratamento estatístico: — verificação dos índices de variação
— conclusões sobre a homogeneidade ou não dos tipos examinados.

II. *Estudo dos elementos de mestiçagem:*

- a) classificação das ligações entre branco, índio e negro.
- b) estudo dos caracteres genealógicos do branco, índio e negro: fecundidade, longevidade, vigor híbrido.
- c) estudo dos caracteres somáticos. Os preconceitos raciais.

III. *Análise dos tipos mestiços:*

- a) idêntico valor histórico (bandeirantismo) e econômico (atividades econômicas do litoral e do sertão).
- b) estudo dos caracteres genealógicos dos tipos mestiços. Dados estatísticos e conclusões.
- c) estudo dos caracteres somáticos. Resistência fisiológica às doenças. Morbilidade e mortalidade.
- d) considerações a respeito dos caracteres morais e psíquicos.

Conclusões: — Tendência para a homogeneidade física dos grupos mestiços (braquicefalia)
— Mestiçagem fator de aclimação

Idéia central do autor: Igualdade dos tipos formadores de mestiçagem e dos tipos mestiços em idênticas condições e oportunidades

Pode-se, também, pedir em anexo a opinião do aluno sobre o livro, de modo a ir desenvolvendo o julgamento pessoal e a sua personalidade.

E' evidente que cada aluno apresentará uma esquematização diferente, de acordo com a assimilação própria do assunto lido. Muitos acharão, dentro da divisão principal, sub-divisões que para outros passarão despercebidas. E' possível mesmo, que alguns não distingam a conclusão final, de modo que não a assinalem.

O professor, de posse destes trabalhos, poderá confrontá-los, esclarecer dúvidas, criticá-los. Esta apreciação poderá ser feita, também pelos próprios colegas sendo, neste caso, complementada pela palavra do mestre.

Outro trabalho interessante, que o professor pode pedir aos alunos é a transcrição das conclusões parciais encontradas no capítulo, agrupando-as em ordem. Por exemplo:

De ordem histórica:

a) Na bandeira, operou-se, portanto, um intenso processo de miscigenação. Brancos, índios, mamelucos, negros, mulatos, cafusos... todos contribuíram para a obra comum. A exaltação do mameluco neste movimento histórico deve ser completada com o reconhecimento do papel dos grupos de cor: Negros e seus mestiços vários.

De ordem econômica:

a) A mão de obra do negro e seus mestiços possibilitou a riqueza de toda uma fase da história econômica do Brasil. O papel do mulato nas áreas litorâneas corresponde assim ao papel do mameluco e do caboclo nos movimentos sertanejos.

De ordem antropológica:

a) Tendência para a homogeneidade dos grupos mestiços no Brasil, em vista da pequena variação dos índices pesquisados.

b) Há uma tendência à braquicefalia no negro e nos seus vários grupos.

c) Não há psicologia diferencial das raças humanas e sim uma psicologia diferencial da personalidade cultural.

d) Através de todas essas pesquisas incompletas e fragmentárias, podemos verificar que a mestiçagem não acarreta nenhuma "degenerescência" ou perda do vigor biológico. Muito pelo contrário, ela é fator da formação de fenótipos resistentes, de relativa homogeneidade que estão possibilitando a construção de uma civilização nos trópicos.

e) As grandezas e misérias do homem brasileiro, de qualquer matiz epidérmico, são injunções e resultados de múltiplas influências que nada têm a ver com a raça.

f) O estudo da mestiçagem física tem que ser corrigido e completado com o da "mestiçagem cultural", neste vasto capítulo da antropologia que hoje chamamos *aculturação*.

Sugere-se ainda como exercício motivador o da leitura, em classe, de um trecho do capítulo. É evidente que este trecho deve ser escolhido, preliminarmente pelo professor, atendendo tanto à clareza do estilo como à profundidade da idéia do autor. É o caso do trecho da página 451:

"A alegação da inferioridade do mestiço do litoral está por seu lado, sujeita a correções. Em primeiro lugar, essas pretensas inferioridades, quando existem, estão ligadas a múltiplos fatores deficitários de meio social, como temos destacado. Em segundo lugar, foi esse mestiço do negro que possibilitou a criação da economia agrária, nas várzeas do nordeste e nas plantações cafeeiras do sul. A mão de obra do negro e seus mestiços possibilitou a riqueza de toda uma fase da história econômica do Brasil. O papel do mulato nas áreas litorâneas corresponde assim ao papel do mameluco e do caboclo nos movimentos sertanejos. Não há razões históricas para subestimar uns e exaltar outros. A evidência histórica traz argumentos favoráveis a ambos os casos da mestiçagem: do branco com o índio, como do branco com o mulato, permitindo a formação de fenótipos mestiços resistentes que deram a base étnica para os nossos feitos históricos. Os grupos "incapazes", "degenerados", "neurastênicos"... quando existiram, deveram essas qualidades negativas aos fatores múltiplos de alimentação, meio social, condições econômicas, em suma, a um complexo de fatores culturais, com que a "raça" nada tem a ver."

Terminada a leitura, feita ou pelo professor ou por um aluno, deve aquêlê formular diversas perguntas, de modo a permitir o esclarecimento de dúvidas e a verificação do grau de compreensão dos alunos. Caso seja necessário, o trecho escolhido deve ser relido após estas explicações.

O professor pode, também, dividir a turma em dois grupos para a leitura de livros idênticos ou de opiniões contrárias. Neste caso, haverá duas correntes de opiniões que, chocando-se, provocarão a troca de idéias. E' o processo didático da discussão socializada.

Entretidos nesta luta mental e sob o contrôle orientador do professor, os alunos estão prontos a colaborar com êle e a realizar os trabalhos e exercícios. O mestre terá resolvido assim dois importantes obstáculos: o da motivação dos alunos e o da apresentação da matéria, antes considerada desinteressante. Êle estará pois de parabéns porque seguiu a grande diretriz da didática moderna: a colaboração, a participação real e concreta do aluno com o professor.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Cadastro de Professôres de Geografia*

Organizado pela Secção Cultural do C. N. G.

AMAZONAS

Manaus — *Colégio Masculino Dom Bôsko* — Profs.: Pe. Luis Venzon; Pe. Rafael Cordani; Augusto C. dos Santos.

BAHIA

Salvador — *Ginásio N. S. da Soledade* — Prof.^a: Me. Maria Luísa da Cunha Freire.

Ginásio São José — Prof.^a: Ir. Maria Cecília d'Assunção.

Senhor do Bonfim — *Ginásio Sagrado Coração* — Profs.: Marius Joseph Bontou; J. Evangelista C. Alencar.

CEARÁ

Fortaleza — *Ginásio Americano* — Profs.: José Cavalcante Nóbrega; Boanerges de F. Sabóia.

Ginásio de Fortaleza — Profs.: Gerardo Hugo de Lira; Pe. Arquimedes Bruno.

Ginásio Farias Brito — Profs.: José da Silva Nogueira; Manuel Airton Silva.

Ginásio Santa Cecília — Profs.: Almerinda de Albuquerque; José Maria Cruz Andrade.

Baturité — *Ginásio Domingos Sávio* — Prof.: Pe. Aunino Caracciolo.

Guaramiranga — *Ginásio Sagrado Coração de Jesus* — Profs.: Édison Gomes Silveira; Angélica Fiquene.

Juazeiro — *Ginásio Salesiano S. João Bôsko* — Profs.: Pe. João Damasceno.

Sobral — *Ginásio Santana* — Prof.^a: Ma. Alba Oliveira Moreira.

DISTRITO FEDERAL

Colégio Andrews — Profs.: Abel Pinto; Alcias Martins de Ataíde; Luís Sebastião Furtado Mendes; Edgar de Azevedo Neto; João Carlos Fernando Cantuária.

Colégio Anglo-Americano — Profs.: Alba Saltiel; Celso Honório; Átila Barreto; Renato Azevedo.

Colégio Bennett — Profs.: Azeneth de C. Gonçalves; Isaida Bezerra.

Colégio Companhia Santa Teresa de Jesus — Profs.: Antônio F. de Almeida; Maria Celeste Marçal; Maria de Lourdes Freitas.

Colégio Interno Sacré Coeur — Profs.: Irene Ferreira; Marina Bandeira; Flavita Lyza da Silva Bona Amorim; Regina Azevedo; Maria da Glória Rodrigues; Cecília Lisboa.

Colégio Melo e Sousa — Profs.: Carlos M. Cantão; Luci Abreu R. Freire.

Ginásio Central do Brasil — Profs.: Lígia Novais de Luca; Olga de Abreu e Lima; Liverman Martins; Peri Henriques; Carlos Afonso Contreiras Agras.

Ginásio Companhia de Maria — Prof.: Leônidas Alves Lorentz.

Ginásio Cruzeiro — Profs.: H. Segadas Viana; J. C. Soares de Oliveira.

Ginásio Haddock Lôbo — Profs.: Rute Matos Almeida Simões; Antônio Teófilo da Cunha.

* Respostas enviadas à Secção Cultural no período de 6 de setembro a 5 de outubro do corrente ano.

Ginásio Melo e Sousa (Fem.) — Profs.: Artur Serra F.^o; Isaida Bezerra.

Ginásio de São Cristóvão — Profs.: Taciell Cylleno; Ambrosina Rodrigues da Silva; Mário Albuquerque Leite; Jovelina Marques de Sousa; Eli Campos de Oliveira; Palmira dos Santos Máximo; Washington Pinto da Silva; Bento Pedreira da Costa; Maria Celina de Araújo Cylleno.

MARANHÃO

São Luís — *Colégio Estadual do Maranhão* — Profs.: José do N. Moraes; Maria de Jesus Carvalho; Maria José S. Freitas.

PERNAMBUCO

Recife — *Colégio Marista* — Profs.: João Ribeiro de Oliveira; Tadeu Rocha; Augusto Bauer.

Colégio Nóbrega — Profs.: Dácio de Lira Rabelo; Sílvio do Rêgo Barros Mesquita; Andreilino Lopes de Meneses.

Colégio São José — Profs.: Ma. Isabel de Sousa; Ma. Selva Landim; Ma. Dina Melo; Armia Escobar; Nise Vieira; Lúcia Terro Costa.

Ginásio da Madalena — Prof.: Merval A. Jurema.

Caruaru — *Ginásio Sagrado Coração* — Profs.: M. Fernandes Araújo; M. Inácia Falcão.

Garanhuns — *Colégio 15 de Novembro* — Profs.: Uzze Canuto; Plácido Moreira Santos.

Ginásio Municipal Diocesano de Garanhuns — Profs.: Pe. Ademar da Mota Valença; Ma. Geraldina Miranda; Arlinda da Mota Valença; Asnar da Mota Valença; Elzira Pernambuco; Manuel Lustosa dos Santos; Pe. Tarcisio Falcão.

Nazaré — *Ginásio Santa Cristina* — Profs.: Me. Sofia Tôrre Galindo; Me. Perpétua Carvalho Costa.

Olinda — *Colégio Santa Gertrudes* — Profs.: Me. Conceição Dias; M. Imaculada Aguiar; Ir. A. Odila Maroja.

Pesqueira — *Ginásio Cristo Rei* — Profs.: Pe. João de Sousa Lima; Pe. Olímpio Tôres; Pe. Augusto Carvalho.

PIAUI

Teresina — *Colégio Estadual do Piauí* — Profs.: Lisandro Tito de Oliveira; João Rodrigues Vieira; Delfina Bortalho Boavista; Francisco da Cunha e Silva.

Florianópolis — *Ginásio Santa Teresinha de Jesus* — Profs.: Moema Frejat; Raimunda Silva Carvalho; Josefina Demes; Fernando Lopes Sobrinho; Zélia Martins da Rocha.

RIO GRANDE DO NORTE

Natal — *Ginásio Imaculada Conceição* — Prof.^a Tarcila de Vasconcelos Moura.

RIO GRANDE DO SUL

São Borja — *Ginásio Municipal de São Borja* — Profs.: Ângelo Boanerges Alves Ferreira; Davi Thiegel Neto.

Uruguaiana — *Ginásio N. S. do Hôrto* — Profs. Pietrina Cestra; Delfina de O. Moura; M. do Hôrto A. de Oliveira; Ema Bela Casas.

Vacaria — *Ginásio São Francisco* — Profs.: José B. D. Gallas; Augusto Sehnem; Afonso Vitor Scolaro; Pe. Luís M. Lovatel.

RIO DE JANEIRO

Campos — *Ginásio Batista Fluminense* — Profs.: Benjamim Lenz de Araújo César; Evangelista Guedes; Célia Drummond; Josélia Seabra.

Petrópolis — *Colégio Notre Dame de Sion* — Profs.: Maria Pereira; Maria Amélia Veiga de Oliveira; Ariadna Azevedo; Marina Junqueira Schmidt; Maria Geoffroy; Maria Madalena de Aguiar.

SÃO PAULO

São Paulo — *Colégio São Luís* — Profs.: Joaquim Alfredo da Fonseca; Orlando Alvarenga Goudio; Alfredo Gioso.

Ginásio Eduardo Prado — Profs.: Alfredo Gioso; Levi Chequer.

Ginásio Vera Cruz — Profs.: Alfredo L. dos Santos; Jóvis Santos Carvalho; Oséias Martins; José Salim Abdalla.

Santos — *Colégio Estadual de Santos* — Profs.: Maria da Fonseca; Maria de Lourdes Salette.

SERGIPE

Aracaju — *Ginásio São José* — Prof.^a Benedita da S. Pereira.

ESCOLAS TÉCNICAS DE COMÉRCIO

MATO GROSSO

Campo Grande — *Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho* — Profs.: Rafael Gioia Martins; Luís Alexandre Oliveira; João Calixto Bernardes.

MINAS GERAIS

Belo Horizonte — *Escola Técnica de Comércio Anchieta* — Profs.: Hamilton Leite; Francisco L. G. Soares; Antônio Ribeiro Guimarães; Geraldo Sardinha Pinto; Pedro Paulo Kröling; Amaro Xisto de Queirós.

Guaxupé — *Escola Técnica de Comércio São José* — Profs.: Artur Augusto Fernandes Leão; Espir Filipe da Silva; Vinicius Eclissato; Jorge Davi Yunes.

Juiz de Fora — *Escola Técnica de Comércio do Instituto Granbery* — Profs.: Júlio Camargo; Walkyrio de Faria.

Escola Técnica de Comércio de Juiz de Fora — Prof.: Raimundo de C. Matos.

Nova Lima — *Escola Técnica de Comércio do Liceu Imaculada Conceição* — Prof.: Anísio Alves Vilela.

RIO DE JANEIRO

Niterói — *Escola Técnica de Comércio Brasil* — Profs.: Adail Coelho dos Santos; Lealdino Soares Alcântara.

Entre Rios — *Escola Técnica de Comércio de Entre Rios* — Prof.: Clodoaldo de Carvalho.

(continua)

Noticiário

Capital Federal

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS EM ZONAS FRONTEIRIÇAS — Por iniciativa do Sr. Hugo Carneiro e firmado por 215 parlamentares acompanhada da respectiva justificação, foi apresentada à Câmara dos Deputados, em outubro último, uma emenda constitucional, relativa à faculdade de criação de Territórios em zonas de fronteiras, a qual, se aprovada, passará a constituir o parágrafo único do artigo 3.º da Carta de 1946. A emenda proposta está redigida neste teor:

Parágrafo único — Ainda por lei especial, e no interesse da defesa nacional, da colonização ou da nacionalização da região fronteira, poderão ser criados Territórios Federais constituídos de áreas desmembradas de um ou mais Estados”.

A justificativa da medida proposta é a seguinte:

“Justificação — Os altos interesses da pátria e os anseios do povo brasileiro não podem se cingir a contingências locais, porque há pontos vitais do país estiolados pela falta de todos os recursos governamentais de Estados que “ponto de uma ficção política”, não devem pesar jamais contra a unidade nacional, abandonando regiões imensas, verdadeiros “vazios geográficos”, que só a assistência direta da União Federal poderá integrar à civilização.

Não há necessidade de insistir também, pelo aspecto das sugestões do Conselho Nacional de Segurança nas dificuldades de comunicações, permitindo o latifúndio que os Estados financeiramente incapazes contemplam apenas, deixando jazidas minerais, pastagens e terrenos produtivos, em pleno abandono pela carência de recursos próprios.

É legítimo o anseio e justa a aspiração dos brasileiros que desejam um Brasil melhor, pujante e uno, entregando ao Congresso Nacional a cristalização desse patriótico anelo, repetindo com o grande Rui, que preserva o fim social da Constituição de 91, predicando a necessidade de reformá-la para mantê-la.

A extinção de Territórios Federais ecoou profundamente, provocando uma reação de tal vulto, que só a possibilidade de sua reconstituição ou criação de outros, satisfará a velha aspiração de centenas de milhares de brasileiros, e fará acalmar a sua inquietação, proporcionando ao governo meios de administrar aqueles ricos e longínquos rincões da pátria.

O noticiário da imprensa de quase todo o país em apelos de todas as camadas sociais, das sociedades classistas, o clamor do povo em geral pelo retorno ao regime do governo extinto, ratificando assim aquele movimento que se operou quando da resolução da Assembléa Constituinte, determinando sua extinção, são de molde a não retardar por mais tempo a correção do equívoco praticado.

Côncios de que emendar o texto de um dos dispositivos transitórios, inspirados por são patriotismo, é obra meritória a dignificar mais e mais o Congresso Nacional e que isso, longe de ferir o regime e os princípios constitucionais vigentes, tradicionais no Brasil, antes os preserva mais fortalecendo a unidade federativa, submetemos a presente emenda ao esclarecido exame, ao patriotismo e ao alto civismo dos eminentes membros do Congresso Nacional”.

☆

Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

CRIAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA — Acompanhado da respectiva justificação, foi apresentado à Câmara dos Deputados, na sessão do dia 7 de outubro próximo passado, um projeto prevendo a criação da Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Determina o projeto em apêço seja a referida Comissão subordinada diretamente à Presidência da República e constituída de um superintendente, de livre escolha do chefe do Executivo e dos chefes dos Departamentos de Administração, Produção, Crédito, Transportes, Educação e Assistência Médico-Social, Imigração e Trabalho, que integrarão igualmente o Conselho Técnico de Planejamento e Controle criado com a mesma Comissão e onde se farão representar ainda as unidades federadas da região amazônica.

Os encargos e atribuições dos vários Departamentos que compõem a Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, estão assim definidos:

Art. 6.º — Incumbe ao Departamento de Administração: a) Promover e orientar os serviços administrativos em geral; b) Receber as verbas orçamentárias e outras que lhe forem consignadas, e efetuar a sua distribuição pelos vários Departamentos; c) Proceder às competentes tomadas de conta de cada exercício financeiro; d) Orientar a coleta e a pesquisa de elementos indispensáveis à melhor organização e desdobramento dos trabalhos da Comissão Executiva.

Art. 7.º — Incumbe ao Departamento de Crédito: Financiar a produção animal, vegetal e mineral, sua industrialização, e atividades econômicas, em geral.

Art. 8.º — Incumbe ao Departamento de Produção: Dirigir e estimular a produção, através da técnica especializada, nas suas várias modalidades — agrícola, pecuária, agropecuária, industrial, agro-industrial e comercial.

Art. 9.º — Incumbe ao Departamento de Transportes: Estudar e desenvolver as vias de comunicação e os transportes fluvial, rodoviário, ferroviário e aéreo.

Art. 10 — Incumbe ao Departamento de Educação e Assistência Médico-Social: a) Contribuir para o desenvolvimento da alfabetização e do ensino secundário, rural, profissional, industrial e técnico; b) Promover o saneamento e a assistência médico-social aos agrupamentos humanos; e incentivar as obras e entidades culturais da Região.

Art. 11 — Incumbe ao Departamento de Colonização, Imigração e Trabalho: a) Providenciar, na forma da lei, sobre a entrada e a distribuição de imigrantes observados os planos nacionais de colonização; b) Promover a fixação do homem à terra, de acordo com as suas atividades econômicas e profissionais, em função dos ambientes geográfico e ecológico, e assisti-lo por todas as modalidades eficientes.

Art. 12 — Incumbe ao Conselho Técnico de Planejamento e Controle: a) Organizar, de acordo com as diretrizes da presente lei, o plano de Valorização Econômica da Amazônia; b) Examinar, anualmente, os trabalhos da Comissão Executiva e, dentro na experiência do ano anterior, oferecer a planificação dos serviços para o período subsequente, ouvidos sempre os órgãos da economia regional.

A justificação que acompanhou o projeto de criação da Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, está redigido nos seguintes termos:

— Concluindo a laboriosa e difícil tarefa a que se impôs, vem a Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia oferecer a este esclarecido plenário a súplica de seus esforços, consubstanciada neste projeto-base, sobre cujos desdobramentos poderá o Governo Federal levar a efeito a satisfatória execução do que lhe incumbe, no limitado prazo do exercício de sua competência, consagrado no artigo 199 da Constituição da República, e frisamos o quase mingüado prazo, frente à complexidade dos problemas da Amazônia.

Dois argumentos fundamentais, a defluírem do mencionado artigo, condicionaram a elaboração do projeto ora apresentado:

a) a competência da União na aplicação dos recursos financeiros, assegurados através do orçamento federal e dos orçamentos estaduais e municipais das circunscrições amazônicas;

b) a pressuposição de um plano de configuração geral, para efeito dessa aplicação.

Como adquirir a possibilidade da elaboração e da execução de um plano ou de plano de semelhante envergadura, cobrindo a região suprir à metade do território nacional, e invadindo todos os setores do complexo social e econômico da Amazônia, sem a existência de um órgão de comando, de planificação e de execução, autônomo e suficientemente aparelhado?

Este, com efeito, o motivo irremovível da criação da Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia subordinada, diretamente, à presidência da República, para que se atenda, de logo, ao preceito constitucional, que outorga à União a faculdade de aplicar os recursos financeiros indispensáveis a tão notável empreendimento.

Entendeu, outrossim, e mui judiciosamente, quer-nos parecer, a Comissão Parlamentar, que lhe faleciam poderes para adiantar-se na proposição de medidas no campo meramente executivo e daí preferir, logicamente, empenhar-se na criação de um organismo com plenitude de poderes e suficientemente flexível,

por meio do qual ficasse o governo habilitado a balancear as necessidades e as possibilidades da Região Amazônica e a dar-lhes provimento, já em função dos contingentes humanos que a povoam, já em presença do inconfundível papel que aquêlre trecho extensíssimo e riquíssimo do nosso território pátrio representará, indesmentivelmente, no desenvolvimento e na consolidação da economia nacional.

Mercê de semelhante balanço, o órgão de execução que o presente projeto institui, com aquela acertada denominação poderá, segura, equitativa e equilibradamente, elaborar, nos seus mínimos detalhes, o planejamento dos serviços e melhoramentos a serem mobilizados e utilizados, no aproveitamento das riquezas potenciais da Amazônia, em benefício da Nação, e para que os patriotas e conterrâneos abnegados que a habitam — sempre tocados da mais singular vocação de brasilidade — possam conseguir níveis mais altos e dignos para a sua existência, até agora precária e incerta.

Tem o projeto o cuidado de preservar a Nação, quando concluída a execução do Plano, do ônus de uma burocracia desnecessária, de vez que todos os seus funcionários serão admitidos mediante contrato.

Por outro lado, integram aquela Comissão Executiva os Departamentos estritamente indispensáveis ao atendimento dos problemas capitais da Região — tais como o crédito, a produção, os transportes, educação e assistência médico-social, a colonização, imigração e trabalho, — correspondendo sem superfluidades, às objetivas e realísticas exigências de um empreendimento ímpar na nossa vida sócio-política.

Cogita, por seu turno, o futuro estatuto legal ora em análise, da elaboração prévia do plano de seus trabalhos, atribuído ao Conselho Técnico de Planejamento e Controle, integrado pelo superintendente-geral, pelos chefes dos vários Departamentos e por um representante de cada unidade federada participante da Região. Tal é, com efeito, a interdependência dos problemas amazônicos — a produção e o meio geofísico condicionando a natureza e a capacidade dos veículos de transporte; estes, influenciando na escolha dos processos para a difusão dos recursos educacionais e sanitários; a sistemática do crédito ajustando-se às peculiaridades da produção e de sua circulação; a colonização e o trabalho comandados pelos objetivos da produção, — que somente um órgão de formação eclética, com a participação simultânea de todas aquelas especialidades e dos representantes das administrações locais, conforme visa o projeto, poderá, operando harmônicamente, planificar e executar com acerto, dando vida e dinamismo ao elevado anseio nacional de reerguer a Amazônia e conduzi-la a destinos grandiosos que de há muito reclama, no plano econômico, social e humano.

Que nos amparem os poderes da República, que nos ajudem os patriotas de todos os recantos da pátria, com o seu estímulo e com as medidas legislativas dos seus representantes, que honram o nosso Legislativo, e plasmaremos, nós os amazonidas, para a grandeza do Brasil, no decurso daquele prazo fixado no artigo 199 da Constituição da República, que agora cumprimos patrioticamente, uma autêntica e verdadeira civilização nos trópicos, que já possuímos em estado latente e embrionário.

Ilustremos esta justificação, nesta altura, com os pensamentos sensatos e honestos de Gilberto Osório de Andrade, retirados ao seu magnífico — *Um complexo antropogeográfico* pág. 243:

"Apesar de tudo quanto está por fazer, a vitória do amazonida sobre o meio é um fato incontestável, se bem que não invariável em extensão geográfica. Quando se conhecem as versões reinantes, por parte dos antropogeógrafos modernos, acerca da refratibilidade das selvas tropicais da África e das Índias à civilização, não se pode deixar de, mesmo apesar delas, considerar a Amazônia uma exceção tanto mais impressionante quanto realizada a despeito de um regime de exploração rudimentar na selva que é a mais densa do mundo, sob um clima dos mais caluniados!"

Com as características acima, que o tornam um diploma eminentemente ajustável aos propósitos nacionais de mobilização e de fortalecimento das reservas materiais e do potencial humano que definem e enriquecem a Amazônia, se bem que aquele potencial humano seja altamente rarefeito, o que tem contribuído, positivamente, para a atraso daquela Região, prodigiosa, o projeto que se oferece à apreciação do douto plenário dispensa, com efeito, maiores explanações, tal a sua procedência palpável e indiscutível".

★

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DECRETO QUE DECLARA VÁRIOS MUNICÍPIOS BASES OU PORTOS MILITARES DE EXCEPCIONAL IMPORTANCIA — No dia 27 de outubro o Presidente da República exarou despacho, restituindo ao Senado Federal, os autógrafos do decreto legislativo que declara vários municípios brasileiros bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país. A devolução dos referidos autógrafos à Câmara Alta foi feita em virtude de já estar devidamente sancionado o decreto relativo à medida no mesmo solicitada.

★

Conselho Nacional do Petróleo

RECONDUÇÃO DE TÉCNICOS A FUNÇÃO DE MEMBROS — Por decreto do Presidente da República assinado no dia 30 de setembro e publicado no *Diário Oficial* de 1 de outubro de 1947, foram reconduzidos às funções de membros do Conselho Nacional do Petróleo, como representantes, respectivamente, dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, os engenheiros Avelino Inácio de Oliveira e Aloísio Fragoso de Lima Campos. O último, membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

★

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia

CONGRATULAÇÕES COM O TITULAR DA AGRICULTURA PELA INSTALAÇÃO DA I REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO — O engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, transmitiu ao Sr. ministro da Agricultura os votos de congratulações, aprovados pela instalação da I Reunião Brasileira de Ciência do Solo, promovida sob os auspícios daquele Ministério, e de aplausos pelo discurso de S. Excia. na solenidade inaugural do aludido certame.

★

OS REMANESCENTES DA ANTIGUIDADE NA GEOGRAFIA HUMANA DA FRANÇA — Sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia e da Associação de Cultura Franco-Brasileira, o geógrafo francês Roger Dion rea-

lizou a 13 do mês passado, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa uma conferência sobre "Os remanescentes da antiguidade na Geografia Humana da França".

O Sr. Roger Dion é professor de Geografia Política na Universidade da Sorbona, ministrando presentemente Geografia Humana na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

☆

Diretório Central

LIMITES DE GOIÁS — PANTANAIS MATOGROSSENSES — ANIVERSÁRIO DO JORNAL DO COMÉRCIO — ATLAS DE TRANSPORTES DO BRASIL — I REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO — CONGRESSO DE GEOLOGIA — REUNIÕES DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — Sob a presidência do Dr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se em 7 de outubro corrente a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Inicialmente foi aprovada a ata da reunião anterior e se fez a leitura do expediente e do "Diário do Conselho" relativos à quinzena, o que ensejou os seguintes pronunciamentos, por proposta do Eng.^o Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho: de aplausos ao governo do Estado de Goiás pela nomeação de uma Comissão de técnicos para o estudo da questão de limites com os Estados limítrofes, de acordo com os dispositivos constitucionais; de congratulações aos membros do Diretório, Drs. Avelino Inácio de Oliveira e Alberto Ildelfonso Ericksen em virtude de recentes nomeações do Governo; de simpatia ao Cel. Cristóvão Falcão Castelo Branco, ex-membro do Diretório, pela sua recente promoção; de aplausos ao Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário-geral do I. B. G. E., pela sua eleição para presidente honorário do Instituto Interamericano de Estatística; de regozijo ao Dr. Virgílio Correia Filho, secretário assistente do Conselho, pelo aparecimento do livro de sua autoria *Pantanaís Matogrossenses* na "Biblioteca Geográfica Brasileira" que o Conselho edita.

Ainda por proposta do secretário-geral foi consignado um voto de regozijo ao *Jornal do Comércio* por motivo da passagem de mais um aniversário de sua criação.

O Eng.^o Flávio Vieira, delegado do Ministério da Viação e Obras Públicas, ofereceu as três primeiras folhas do Atlas de Transportes do Brasil, que está sendo editado pelo Serviço de Documentação daquele Ministério iniciativa que foi devidamente apreciada pelo Diretório.

O secretário-geral fez as seguintes comunicações: da instalação da I Reunião Brasileira de Ciência do Solo, tendo o Diretório aprovado aplausos ao Ministério da Agricultura pelo discurso oficial de abertura; da visita ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Sr. George Wythe, que veio fazer estudos sobre a economia brasileira.

Na ordem do dia, o secretário-geral fez uma apreciação sobre o relatório apresentado pela Comissão Especial de Tomada de Contas, sobre as contas do Conselho relativas ao período de julho de 1946 a julho de 1947, tendo debatido o assunto o Dr. Luis de Sousa, representante do Diretório Regional do Conselho no Estado do Rio de Janeiro e presidente da Co-

missão, o Dr. Waldicki de Moura, representante do Diretório Regional do Conselho no Estado da Bahia, e membro da comissão, o presidente e outros membros do Diretório.

Finalmente foram aprovadas duas Resoluções: uma de n.º 289, dispondo sobre a adesão do Conselho ao I Congresso da Sociedade Brasileira de Geologia, a realizar-se em novembro próximo no Rio de Janeiro; outra, de n.º 290, dispondo sobre a ida de delegados brasileiros às duas reuniões promovidas pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História a se realizarem no corrente mês na cidade do México — a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História e a reunião do Comitê Executivo do Instituto Pan-Americano.

☆

D. CARMELA DUTRA — ROMPIMENTO COM A RÚSSIA — CARTA DE MATO GROSSO — SEÇÃO BRASILEIRA DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — I REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO — CURSO DE FÉRIAS PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA DOS ESTADOS — ESTUDO REGIONAL DE CAMPOS — Sob a presidência do major-brigadeiro Antônio Appel Neto, representante do Ministério da Aeronáutica, realizou-se no dia 4 de novembro corrente, a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Depois de aprovada a ata da reunião anterior, foram lidos o expediente e o "Diário do Conselho", relativos ao interregno.

Pelo falecimento da primeira dama do país, D. Carmela Leite Dutra, o Diretório prestou sentida homenagem à memória da virtuosa senhora.

Por proposta do Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho, o Diretório aprovou um voto de solidariedade ao Governo pela atitude, imposta pelo resguardo da dignidade nacional, de rompimento das relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O Cel. Edmundo Gastão da Cunha, suplente do representante do Ministério da Guerra, referiu-se à personalidade do Cel. Cristóvão Castelo Branco, técnico do Serviço Geográfico do Exército, e solicitou a consignação de votos de pesar pelo seu falecimento, tendo o secretário-geral salientado a sua atuação como membro do Diretório.

Pelo secretário-geral foi feito um comentário sobre os serviços da carta geográfica de Mato Grosso e regiões circunvizinhas, tendo o Diretório consignado votos de aplausos e de congratulações pela recente terminação do preparo das nove folhas componentes da carta, a serem impressas na escala de 1:1 000 000.

O tenente-coronel Frederico Augusto Rondon, representante do Conselho Nacional de Estatística, apresentou as suas impressões sobre os serviços geográficos dos Estados de Minas Gerais e Goiás, que visitou recentemente, o que despertou debates sobre a organização dos órgãos regionais do Conselho.

A instalação solene da Seção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, levada a efeito em 17 de outubro último, e a realização da I Reunião Brasileira de Ciência do Solo, de 6 a 21 de outubro último, foram apreciadas pelo Diretório, que, a respeito, consignou vários pronunciamentos.

Na ordem do dia, o Diretório tomou conhecimento da ampliação da sede do Conselho e aprovou três Resoluções: a de n.º 291, concedendo auxílio à Faculdade Nacional de Filosofia para a realização em 1947 do Curso de

Férias destinado aos professores de Geografia dos Estados; a de n.º 292, dando patrocínio ao estudo regional do baixo rio Paraíba que a Associação dos Geógrafos Brasileiros realizará por ocasião da Assembléia Geral de 1947; e de n.º 293, autorizando a permuta de um aparelho técnico.

☆

CIENTISTA GEORGES POIVILLIERS — I REUNIÃO PAN-AMERICANA DE HISTÓRIA — I REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO — CENTRO DE ESTUDOS AMERICANISTAS, DE ROSÁRIO — PLANO NACIONAL DE CARTOGRAFIA TERRESTRE — Sob a presidência do Dr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se, no dia 18 de novembro corrente, a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Inicialmente aprovou-se a ata da reunião anterior e foram lidos o expediente e o "Diário do Conselho" relativos à quinzena.

O presidente assinalou a presença do professor Georges Poivilliers, conselheiro-técnico do Instituto Nacional de Geografia de França especialista em aerofotogrametria, tendo o Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho, comentado a personalidade científica do visitante e esclarecido a sua atividade cultural durante a curta estada no Brasil.

O professor Poivilliers agradeceu as saudações e declarou-se surpreso com o progresso da técnica aerofotogramétrica no Brasil.

Em seguida, o Dr. Virgílio Correia Filho, representante do Brasil na Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História fez uma comunicação acerca da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História, realizada no México, de 18 a 26 de outubro último.

Na ordem do dia foram tomadas várias deliberações: examinou-se o relatório do secretário-geral sobre a "I Reunião Brasileira de Ciência do Solo", realizada nesta Capital de 6 a 21 de outubro último, decidiu-se o envio duma mensagem ao "Centro de Estudos Americanistas" de Rosário, Argentina, por ocasião do ato solene do início das suas atividades, em 18 de dezembro vindouro, data do 90.º aniversário do nascimento do rosolino e conhecido americanista Rodolfo Rivarola, estudou-se o esboço do Plano Nacional de Cartografia Terrestre, elaborado pela Comissão de Cartografia do Conselho, nos termos do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 9 210, de 29 de abril de 1946, esboço que será submetido à consideração dos Estados Maiores militares.

☆

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DESPACHO RELATIVO A PEDIDO DE LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAFICOS E OUTROS — No dia 8 do mês passado o titular da Aeronáutica expediu despacho relativo a um requerimento da Companhia de Levantamentos Aerofotogramétricos, solicitando licença para efetuação de vôos necessários a levantamentos terrestres, urbanísticos, topográficos, cadastrais e aerofotográficos. Em face à legislação em vigor e obediente aos interesses da defesa e segurança interna do país, recomendou aquele titular ao suplicante requeresse, em cada caso, a referida licença ao Ministério da Guerra.

☆

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

EXAMINADA PELO MINISTRO DA AGRICULTURA A NOVA CARTA GEOGRÁFICA DE MATO GROSSO E ADJACÊNCIAS — Em dias da primeira quinzena de outubro próximo passado, estiveram no gabinete do ministro da Agricultura os Srs. general Cândido Mariano da Silva Rondon e coronel Jaguaribe de Matos, consultor-técnico do C. N. G., que foram apresentar àquele titular as fôlhas da carta geográfica de Mato Grosso e adjacências, elaborada sob a direção de ambos, com a colaboração dos Ministérios da Guerra, Agricultura e Viação.

A carta de Mato Grosso e regiões circunvizinhas compreende não somente todo o território ou solo de Mato Grosso, como também o Território do Guaporé, a parte leste de São Paulo, parte oeste de Minas Gerais, (Triângulo Mineiro), parte oeste de Goiás, desde a antiga capital, parte sul dos Estados do Pará e do Amazonas e ainda o Paraguai e a Bolívia. Representa um conjunto de cinquenta anos de pesquisas no campo e de pesquisas de arquivos, no Brasil e no estrangeiro. Cada uma das partes das regiões vizinhas está mais completa do que as cartas existentes sobre essas regiões.

Está desenhada em nove fôlhas na escala de 1:750 000 para ser gravada e impressa na escala de 1:1 000 000 a oito côres básicas e outras côres por combinações daquelas.

☆

PROMOÇÕES NA CARREIRA DE ENGENHEIRO DE MINAS — Por decretos do Presidente da República, assinados a 31 de outubro na pasta da Agricultura, foram promovidos por merecimento da classe N para a classe O, na carreira de engenheiro de minas daquele Ministério, os Engrs. Aníbal Alves Bastos e Irnack Carvalho do Amaral, respectivamente, antigo membro do Diretório Central e consultor-técnico do Conselho Nacional de Geografia.

☆

Departamento Nacional da Produção Animal

Divisão de Caça e Pesca

COLETA DE MATERIAL ZOOLOGICO NO VALE DO ALTO SÃO FRANCISCO — Dando cumprimento a determinação do ministro da Agricultura, o diretor da Divisão de Caça e Pesca, designou recentemente uma comissão de técnicos para realizar uma excursão ao vale do alto São Francisco, no Estado de Minas Gerais com o propósito de coleccionar material zoológico para o Museu daquele órgão, situado no 4.º andar do Entrepasto Federal da Pesca e de conhecer a biologia dos animais silvestres da região e, bem assim, estudar as possibilidades de se criar, em Minas Gerais, um Parque de Reservas de Animais Silvestres.

A região visitada pelos técnicos no município de Morada e cercanias, é, quanto à flora, de transição entre as matas e os campos gerais, sendo conhecida pela denominação de "cerrado". Nela se encontra a vegetação típica das formações semi-áridas, chamadas subxerófilas, bem como "capões" de matas conhecidas por formações hidrófilas que também compõem a vegetação ciliar dos mananciais da região, assim como abundante fauna.

É a região predileta do lóbo, do veado campeiro, do tamanduá-bandeira e do gigantesco tatu canastra, o maior representante vivo de sua família.

Foram anotadas várias observações biológicas e ecológicas que serão de grande interesse nas medidas que visam à proteção de nossa fauna.

A coleta de material zoológico feita para o Museu de Caça e Pesca foi abundante, vindo enriquecer seus mostruários com muitas outras espécies de vertebrados, num total de 8 mamíferos — 110 aves e 20 peixes.

Além disso, foram conservados, para posteriores estudos, o conteúdo estomacal dos animais colecionados. Os insetos ornamentais foram também visados na referida excursão, tendo sido colecionados vários exemplares para a necessária classificação científica e respectiva organização de coleções didáticas.

☆

Departamento Nacional da Produção Mineral

DESIGNAÇÃO DE TÉCNICOS PARA PROVIDENCIAR MEDIDAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DA COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO — No dia 2 de outubro próximo passado o ministro da Agricultura baixou portaria, designando o engenheiro de minas Antônio José Alves de Sousa, diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, para como representante do Ministério da Agricultura, tomar as providências que se fizerem necessárias para a organização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, observadas as normas constantes dos Estatutos anexos ao Decreto-lei n.º 8 031, de 3 de outubro de 1945.

☆

AGRICULTORES HOLANDESES PARA O BRASIL — No dia 1 do mês passado estiveram em visita ao titular da Agricultura os engenheiros holandeses F. L. von Der Bom e B. D. H. Telegen, bem como o major P. C. von Scherpenberg, adido de imigração da Embaixada dos Países Baixos, nesta capital. Os visitantes foram apresentados àquele titular pelo presidente do Conselho Nacional de Imigração. Durante a prolongada palestra que então se manteve no gabinete de S. Excia., tratou-se da possibilidade do deslocamento da Holanda para o Brasil de numerosas famílias de agricultores daquele país.

☆

MINISTÉRIO DA GUERRA

INSTRUÇÕES PARA EXAME DE ADMISSÃO A CURSOS DO COLÉGIO MILITAR — No dia 4 de outubro próximo passado, o ministro da Guerra baixou portaria, aprovando instruções que a esta acompanham, para o exame de admissão aos cursos ginasial e científico do Colégio Militar, em 1948.

De acôrdo com as portarias ns. 479, de 30 de novembro de 1940; 681-A, de 30 de novembro de 1942 e 610, de 17 de novembro de 1943, do Ministério da Educação e Saúde, são, entre outras, matérias principais recomendadas para a 1.ª série do curso ginasial do Colégio Militar: Geografia e História do Brasil, sendo o seguinte o programa para desenvolvimento das mesmas:

Geografia: — Principais denominações dadas aos acidentes geográficos. As partes do mundo. Os continentes. Forma da Terra. Principais movimentos da Terra. Pólos. Equador. Paralelos. Trópicos. Círculos polares. Astros. Planetas. O Cruzeiro do Sul. Pontos cardeais e colaterais. Orientação pelo nascer e pelo pôr do sol, pelo Cruzeiro do Sul e pela bússola. Principais acidentes da geografia física dos continentes. Raças. Países. Governos.

Países da América do Sul e suas capitais. Países da América do Norte e suas capitais. Países da América Central e suas capitais. Países da Europa e suas capitais. Países soberanos da Ásia e da África e respectivas capitais. Limites, baías, ilhas, portos, serras, rios e lagos principais do Brasil. O Brasil: seu governo, população, raça e língua. Estados do Brasil e suas capitais. O Distrito Federal e sua população. Territórios Federais.

História do Brasil: — Descobrimiento da América. Descobrimiento do Brasil. Capitánias hereditárias. Os três primeiros governadores gerais. Fundação da cidade. Invasões holandesas. Entradas e bandeiras. Inconfidência mineira. Transmigração da família real de Portugal para o Brasil. Dom João VI. A Independência e Dom Pedro. Sete de abril. Governos regenciais. O padre Feijó. O segundo reinado. Dom Pedro II. Guerra do Paraguai. Abolição do cativo e a princesa Isabel. Proclamação da República. Governos republicanos.

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO DE TITULAR — Por decreto do Presidente da República assinado a 4 do corrente mês, foi exonerado das funções de titular da Justiça e Negócios Interiores o Sr. Benedito Costa Neto, e nomeado para substituí-lo nas mesmas funções o Sr. Adroaldo Mesquita da Costa.

☆

Serviço de Estatística Demográfica, moral e Política

VISITA DO MINISTRO — Fazendo-se acompanhar dos membros do seu gabinete, o ministro da Justiça e Negócios Interiores visitou a 6 de outubro próximo passado o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política daquele Ministério. Recebido pelo diretor da repartição com que se demorou palestrando, S. Excia. percorreu todas as dependências do Serviço, ouvindo com interesse as informações que lhe foram prestadas.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DELEGAÇÃO DO BRASIL À CONFERÊNCIA GERAL DA U. N. E. S. C. O. — No dia 30 de outubro próximo passado, o Presidente da República assinou decreto na pasta das Relações Exteriores, designando os membros da delegação brasileira à conferência geral da U. N. E. S. C. O., que se realizará no correr do presente mês na cidade do México.

É a seguinte a composição da delegação em apêço:

Chefe da delegação: professor Paulo de Berredo Carneiro.

Delegados: professor Antônio Carneiro Leão, Dr. Bergstrom Lourenço Filho, Dr. Carlos Chagas Filho, Dr. Fernando Tude de Sousa.

Secretários: primeiro secretário — Antônio Roberto de Arruda Botelho. Segundo secretário — Hermes Rodrigues da Fonseca Filho. Manuel Emílio Pereira Guilhon.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO — Por despacho de 14 de outubro próximo passado, o Presidente da República aprovou a Exposição de Motivos 279-GM, do Ministério da Viação e Obras Públicas, solicitando autorização para contratar com a companhia Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. o levantamento aerofotogramétrico da bacia do rio São Francisco, para prosseguimento das obras de melhoria da navegabilidade e capacidade de carga, descarga e armazenamento nos portos daquele importante rio.

☆

NORMAS PARA O USO DA FRANQUIA TELEGRÁFICA — A propósito do uso oficial do Telégrafo Nacional, objeto da Circular n.º 11 deste ano do ministro da Viação, este titular transmitiu a todos os seus colegas das demais secretarias de Estado o seguinte aviso:

“Tenho a honra de solicitar a V. Excia. as necessárias providências no sentido de serem atualizados os endereços telegráficos dos diversos órgãos desse Ministério e transmitidos à 3.ª Seção da Diretoria de Telégrafos, do Departamento dos Correios e Telégrafos a fim de que possa ser cumprida, com a urgência que se impõe, a determinação dos itens I e XXVIII da Circular n.º 11-47, da Presidência da República, que manda observar novas normas para uso oficial da correspondência telegráfica”.

S. Excia. aprovou, também, as seguintes instruções referentes ao uso oficial do telégrafo organizadas pela Divisão do Orçamento daquele Ministério:

“1.º — O Departamento dos Correios e Telégrafos enviará mensalmente à Secretaria de cada Ministério as cópias dos telegramas em que forem infringidas, ou assim, pareça, as disposições da Circular n.º 11-47, de 26 de agosto de 1947, quando se verificar:

a) excessivo número de palavras desnecessárias empregadas no endereço ou na assinatura, por exemplo, quando estiver redigida por extenso a denominação do órgão que posua endereço registrado, o nome da autoridade expedidora, seu cargo e outros excessos que contrariem o espírito dos itens II a VIII;

b) uso da correspondência telegráfica em matéria alheia ao interesse do serviço público (item IX);

c) uso do telégrafo nas comunicações urbanas ou entre localidades próximas, salvo nas emergências em que seja evidente a urgência (item XI);

d) prolixidade de texto imprópria à concisão do estilo telegráfico, contrariando as normas dos itens XI, XII, XVIII e XIX, não se considerando excesso um número de ordem (desacompanhando da data, que já consta do preâmbulo do telegrama) escrito no início do texto.

2.º — Serão recusadas pelas repartições taxadoras os telegramas em que não forem cumpridas as condições expressas nos itens XV, XXII, XXIII, XXIV e XXV.

3.º — Na transmissão dos despachos, o Telégrafo procederá, de ofício, à aglutinação das palavras, quando não for observado, na redação do endereço, no original, o que preceitua o item XXI.

4.º — O Departamento dos Correios e Telégrafos organizará um Serviço de Contrôles da Correspondência, (S. C. T. O.), ao qual cumprirá:

a) coleccionar, por Ministérios, grupando pelas repartições as cópias dos telegramas apresentados em condições consideradas irregulares ou inadequadas;

b) preparar o expediente para a remessa dessas cópias aos Ministérios e aos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República para as providências de repressão, correção, cobrança ou impugnação que couberem;

c) preparar o expediente a ser dirigido ao ministro da Viação e Obras Públicas, solicitando-lhe providências superiores, nos casos de reincidências ou recalcitrâncias nos abusos que a Circular 11-47 visa eliminar;

5.º — Os telegramas oficiais continuarão, como até agora, a ser apresentados em duas vias, uma destinada à transmissão e outra aos diversos controles, inclusive o que ora fica criado".

★

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Geral do Interior e Segurança

Departamento de Geografia e Estatística

CURIOSIDADES ESTATÍSTICAS DA TERRA CARIOCA — Cumprindo uma das suas principais finalidades qual seja a de mais ampla divulgação de assuntos relacionados com a geografia e a estatística, particularmente do seu âmbito jurisdicional, o Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, acaba de lançar mais uma publicação de importância e interesse. Trata-se de curiosidades estatísticas da terra carioca na qual são constatadas à luz dos números as ocorrências verificadas na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em todos os setores de atividade.

★

SECÇÃO BRASILEIRA DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

SUA RECENTE INSTALAÇÃO NESTA CAPITAL — DISCURSOS DO EMBAIXADOR MACEDO SOARES E DO ENG.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO — Em reunião solene levada a efeito no dia 17 do mês passado, no salão de conferências do Itamarati, foi instalada a Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, órgão de âmbito continental, ao qual está o Brasil integrado como um dos seus Estados-Membros, tendo sido o nosso país, um dos seus fundadores, pois a sua I Assembléa Geral foi levada a efeito nesta capital, sob os auspícios do governo brasileiro.

O Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que é presidido pelo Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, eleito por unânime aclamação, na IV Assembléa realizada em agosto na cidade de Caracas, para substituir o cientista americano professor John Merriam, tem por finalidade fomentar, coordenar e difundir os estudos geográficos e históricos e os relativos às ciências afins, cabendo-lhe iniciar e executar os estudos e trabalhos dessa natureza que solicitem os Estados-Membros, promovendo também a cooperação entre as instituições geográficas e históricas do continente, não empreendendo nem cogitando de nenhuma atividade de caráter político ou sectário.

A solenidade compareceram o Sr. Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores, representantes diplomáticos dos países americanos, membros do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, tendo à frente o seu presidente embaixador José Carlos de Macedo Soares, congressistas, altas autoridades, técnicos, membros do Conselho Nacional de Geografia e de outras instituições culturais e especializadas.

A hora marcada para o início da solenidade assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. chanceler Raul Fernandes, tendo ocupado os outros lugares o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Sr. embaixador António Vilas Lóbo, chefe da representação diplomática do México, almirante Alves Câmara, general Cândido Rondon, Dr. Heitor Bracet, presidente em exercício do I. B. G. E., Dr. M. A. Teixeira de Freitas, presidente honorário do Instituto Pan-Americano de Estatística e secretário-geral do I. B. G. E.

Discurso do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Iniciando o ato solene falou o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares que, depois de constituída a mesa na qual tomaram parte as altas autoridades presentes, pronunciou um discurso sobre a história e as finalidades do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e das suas Secções Nacionais.

Em primeiro lugar, o orador reportou-se à criação daquele órgão cujas bases foram estabelecidas na VI Conferência das Nações Americanas, organizada pela União Pan-Americana. A resolução que o criou definia-o como organismo internacional incumbido da coordenação de estudos históricos e geográficos das nações americanas, valendo-se para isso da colaboração com os governos e instituições nacionais especializadas. Previa, então, para que tal objetivo pudesse ser plenamente alcançado, a instituição em cada país americano de um Comitê Nacional, que atendesse aos interesses locais do Instituto. Ao ato da criação sucedeu-se sem grande decurso de tempo, a instalação condigna da sede do Instituto, na cidade do México escolhida pelo Conselho Diretivo da União Pan-Americana, contando com o beneplácido do Governo mexicano.

O orador, em seguida, passou a referir-se às realizações e atividades desenvolvidas pelo Instituto, desde a sua instalação. Agrupou estas em três setores: Reuniões Internacionais, o Serviço Central de Documentação e Estudos e Publicações. Lembrou especificamente, a realização de quatro Assembléas Gerais, a saber, do Rio de Janeiro (1932) de Washington, (1935), Lima (1941) e Caracas (1946). Mencionou também as várias reuniões de Consulta sobre Geografia e Cartografia, que trataram de importantes questões especializadas. Salientou que, no momento presente, se instala na Cidade do México a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História. Esclareceu que a Secção de Documentação e Estudos, sob a orientação de um dos propugnadores e líderes do Instituto, o cientista Dom Pedro C. Sánchez, já oferece um alentado e valioso repositório de elementos de consulta, bem como numerosos estudos e pesquisas científicas como podem atestar as publicações do Instituto. Essas montam a 78, tendo-se imprimido mapas e 3 revistas especializadas.

Analisando a situação atual do Instituto o orador pôs em relevo a estrutura orgânica do mesmo. Mostrou que o seu desdobramento

nas três Comissões de Cartografia, Geografia e de História, a cargo, respectivamente, do Dr. Robert H. Randall, dos Estados Unidos da América, engenheiro Christovam Leite de Castro, do Brasil e Dr. Silvio Zavala do México, com sede nos referidos países, foi impôsto pelo pujante desenvolvimento do Instituto e compreensão pelo governo dos momentosos problemas geográficos, cartográficos e históricos. Esclareceu que as Comissões se acham subdivididas em Comitês, para o estudo de questões específicas, sendo constituídas de técnicos e cientistas americanos. Enunciou, ainda, que os novos Estatutos elaborados na última Assembléia, mandam que se constitua uma Seção Nacional do Instituto em cada país, a qual deverá ser composta dos representantes do país nas três comissões científicas e dos delegados que os governos entendam nomear.

Considerou, finalmente, o orador o ato do Sr. Presidente da República nomeando os representantes do país e conferindo ao Conselho Nacional de Geografia o encargo de dar organização à Seção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que ficou consubstanciada em Resolução deste ano do Diretório Central do Conselho. Acrescentou que se dava naquele momento a instalação da Seção Brasileira do Instituto, que o Governo brasileiro quis revestir de solenidade, evidenciando, desta forma, o seu empenho em prestigiar as iniciativas do Instituto Pan-Americano".

Acentuando a importância da IV Assembléia Geral realizada em Caracas, referiu-se ao trabalho de avaliação da obra já realizada pelo Instituto através da qual se pode inferir o progresso realizado pelo órgão de que é presidente, informado das modificações dos seus Estatutos, no sentido de lhe permitir atender por estrutura mais ampla a realização das numerosas iniciativas em seus especializados trabalhos que se desdobram por todas as nações americanas.

"É, pois, na mesma sala onde ouvimos há anos as palavras impregnadas de cultura, de entusiasmo e de confiança do saudoso chanceler Melo Franco e a oração entusiástica do também saudoso brasileiro conde de Afonso Celso membros que foram da I Assembléia de instalação — disse S. Excia. — que vamos ouvir hoje a palavra dos que vão relatar as realizações já levadas a efeito e programadas, através dos informes que serão dados pelos técnicos que representam o Brasil nas várias Comissões que integram o Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Referindo-se à personalidade do chanceler Raul Fernandes disse da alegria e da justificada felicidade que dominava os presentes, pois a sua honrosa presença ali trazia à memória de todos o seu brilhante passado, por ser ele uma das mais altas expressões da nossa cultura jurídica, tantas vezes afirmada em notáveis acontecimentos internacionais, a quem se deve, entre outras das suas muitas benemerências, a sua destacada e brilhante atuação na Conferência Interamericana, realizada, ultimamente, em Petrópolis.

Homem de cultura, diplomata e jurista, nenhum de nós pode olvidar, neste momento, o papel decisivo do chanceler Raul Fernandes por ocasião da criação da Corte Suprema de Justiça Internacional. Foi a sua intervenção, tão hábil quão brilhante que permitiu conduzir as discussões para a concretização de uma obra jurídica duradoura, pois havendo surgido um impasse no decorrer dos trabalhos, foi graças unicamente à sua alta compreensão de homem público e de jurista que se chegou então a uma feliz conclusão".

Dirigindo-se ao chanceler Raul Fernandes disse, por fim S. Excia., "sob a presidência de V. Excia., fato que constitui um signo feliz para a Seção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, todos nós nos sentimos perfeitamente serenos e tranquilos.

Ao fim de sua oração foi o Sr. embaixador Macedo Soares saudado com uma calorosa salva de palmas, passando então a presidência da memorável reunião ao Sr. chanceler Raul Fernandes, que franqueou a palavra ao engenheiro Christovam Leite de Castro. Na qualidade de representante do Brasil na Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e seu presidente, aquele técnico falou sobre os objetivos e realizações do órgão que preside.

Discurso do Engenheiro Christovam Leite de Castro

"O Instituto Pan-Americano de Geografia e História, na nova fase das suas atividades, adotou a orientação feliz de distribuir os trabalhos especializados que lhe estão afetos pelas Comissões Científicas que o compõem.

Atualmente o Instituto se compõe de três Comissões especializadas que, na ordem cronológica das suas criações, são: Comissão de Cartografia, Comissão de Geografia e Comissão de História.

Na conformidade dos novos Estatutos do Instituto: cada Comissão é constituída dos técnicos especialistas designados pelos governos dos países americanos, cada um representando um país; a Comissão compreende Comitês formados de técnicos escolhidos pela Comissão para o estudo específico de determinados assuntos especializados; a Comissão organiza Reuniões Pan-Americanas de Consulta no espaço máximo de dois anos, devendo uma Reunião de Consulta coincidir com a Assembléia Geral do Instituto, que se realiza de quatro em quatro anos.

A Comissão Pan-Americana de Geografia, que tenho a honra de presidir, foi criada no dia 2 de abril de 1946, pelo Comitê Executivo do Instituto, reunido na Cidade do México, mediante uma Resolução que lhe definiu as finalidades, nos seguintes termos:

"São finalidades da Comissão de Geografia:

- a) planificar e executar as atividades geográficas da competência do Instituto;
- b) difundir os modernos métodos da pesquisa geográfica nos países americanos;
- c) intensificar o intercâmbio de técnicos e de informações científicas entre as instituições geográficas nos países americanos;
- d) promover Reuniões de Consulta sobre Geografia e participar de conferências geográficas internacionais;
- e) exercer a supervisão científica da *Revista Geográfica* de outras publicações de caráter geográfico a serem editadas pelo Instituto;
- f) preparar uma Geografia das Américas a ser editada pelo Instituto, com a cooperação dos países americanos".

A mesma resolução delegou ao Conselho Nacional de Geografia do Brasil o encargo de prover o imediato início das atividades da Comissão devendo o mesmo Conselho apresentar à IV Assembléia Geral do Instituto, que se realizou em setembro de 1946 em Caracas, o plano definitivo da organização e das atividades da Comissão de Geografia.

O Comitê Executivo do Instituto, na mesma ocasião, elegeu o secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia do Brasil presidente da Comissão.

Instalação — De acordo com a decisão do Comitê Executivo do Instituto, a delegação brasileira à IV Assembléa Geral, de Caracas, levou as sugestões quanto à organização e às atividades da Comissão Pan-Americana de Geografia, consubstanciadas na Resolução n.º 276, aprovada em 18 de julho de 1946 pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia brasileiro.

Na IV Assembléa o assunto foi encaminhado à Segunda Secção, intitulada "Geografia Humana, Etnografia, Geografia Histórica, Geografia Biológica, Geografia Econômica" para cuja presidência foi eleito o chefe da delegação brasileira.

Aliás, a agenda dos trabalhos da Assembléa, no artigo 3.º das "Regras de Procedimento Interno", estabeleceu que "La Segunda Sección de Estudios Corresponde a la reunión de instalación de la Comisión de Geografía del mismo Instituto".

O projeto brasileiro foi minuciosamente examinado e discutido pela Segunda Secção de Estudos, resultando um texto que foi aceito integralmente pelo plenário.

Nessas condições, está instalada a Comissão, de acordo com a seguinte Resolução:

"A IV Assembléa Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, resolve:

A — Confirmar a criação da Comissão de Geografia do Instituto e que esta continue confiada ao Governo do Brasil;

B — Dita Comissão funcionará de conformidade com as seguintes bases:

I — Como parte integrante do Instituto, a Comissão será constituída de representantes dos países americanos, nomeados pelos respectivos governos, de acordo com os Estatutos do Instituto;

II — A Comissão constará dos seguintes órgãos: a) Presidência; b) Secretaria-Geral; c) Conselho Consultivo; d) os seguintes Comitês Científicos: 1 — de Geografia Física; 2 — de Biogeografia; 3 — de Geografia Humana; 4 — de Geografia Regional; 5 — de Didática e Divulgação Geográfica, cuja instalação se fará de acordo com as decisões da Comissão.

III — O presidente da Comissão será eleito na forma indicada pelos Estatutos do Instituto e lhe caberá dirigir todos os trabalhos da Comissão, tomar as providências relacionadas com a vida administrativa, técnica e científica da Comissão, nomear e remover servidores, autorizar e efetuar gastos, baixar programas e trabalhos e formular normas para os serviços.

IV — O presidente apresentará anualmente à Secretaria-Geral do Instituto um relatório circunstanciado das atividades da Comissão e a correspondente justificativa dos gastos efetuados.

V — As Reuniões de Consulta ou do Instituto formularão os planos de trabalhos da Comissão.

VI — A Secretaria-Geral da Comissão é o órgão central encarregado de executar os trabalhos, de acordo com as instruções do presidente, sempre que ditos trabalhos não formem da competência dos demais órgãos da Comissão.

VII — O Conselho Consultivo será formado pelo presidente da Comissão, pelos presidentes dos Comitês e pelo secretário-geral.

VIII — Cada Comitê será formado de cinco membros escolhidos pelo presidente dentre os mais destacados especialistas dos países americanos, por proposta dos membros da Comissão.

IX — O presidente designará para cada Comissão um presidente, que dirigirá os trabalhos do Comitê e apresentará à Comissão relatórios anuais;

X — Constituirão fundos da Comissão:

1 — as dotações que lhe consignar o Instituto;

2 — os recursos que lhe proporcionar o Governo do país onde a Comissão estiver sediada;

3 — os auxílios e contribuições com que cooperem os países americanos para a realização de trabalhos de seu particular interesse;

4 — os donativos concedidos por institutos privados e por particulares, com determinadas finalidades.

XI — Os recursos de caráter permanente serão consignados no orçamento anual da Comissão, e os fundos especiais terão aplicação específica, de acordo com os fins da doação e as instruções do presidente.

XII — A Comissão promoverá a difusão e o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e dos modernos métodos da Geografia na investigação científica, na escola e na cultura popular.

A IX Assembléa, portanto, deu à Comissão estatuto básico, bem interessante e oportuno, a abrir-lhe largas perspectivas de um trabalho científico fecundo.

Impunha-se, evidentemente, como medida básica, a nomeação dos representantes dos países na Comissão; e, nesse sentido, o presidente da Comissão se entendeu pessoalmente com os ilustres chefes das representações diplomáticas dos países americanos no Brasil, cuja elevada compreensão e solícita cooperação desejo aqui proclamar e agradecer.

Em resultado dessas *demarches* já estão nomeados os seguintes representantes nacionais na Comissão de Geografia:

1 — da Argentina, professor Frederico A. Daus, professor de Geografia da Universidade.

2 — do Brasil, engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia;

3 — do Canadá, Mr. Federic Hathaway Peters, diretor do Serviço de Hidrografia;

4 — do Chile, General Ramón Cañas Montalva, diretor do Instituto Geográfico Militar;

5 — do Equador, tenente-coronel Marco Bustamante, diretor do Serviço Geográfico Militar;

6 — do México, general Fernando Zarate Moneses, chefe do Serviço Geográfico do Exército;

7 — do Panamá, professor Angel Rubio, catedrático de Geografia na Universidade;

8 — do Peru, general Felipe de la Barra, adido militar à Embaixada no Brasil;

9 — República Dominicana, engenheiro Salvador Fernández, diretor-geral de Medidas Cadastrais.

10 — do Uruguai, professor Horacio Ureta Martínez, professor de Geografia na Universidade de Montevidéu.

11 — da Venezuela, Dr. Eduardo Rohl, professor na Universidade de Caracas;

12 — do Salvador, engenheiro León Enrique Cuellar, chefe do Serviço de Cartografia e Geografia.

Aguarda-se com justificada ansiedade que, em futuro próximo, sejam ultimadas as providências em curso no sentido de serem nomeados os representantes dos demais países, a fim de que a Comissão de Geografia, na sua plenitude, se ocupe dos importantes problemas que lhe estão afetos.

Perspectivas — Animadoras são as perspectivas que se abrem ao trabalho da Comissão de Geografia, porque é nítida e confortadora a compreensão dos governos americanos e principalmente porque caberá à Comissão movimentar os magníficos recursos da Geografia moderna.

A Geografia é ramo privilegiado do conhecimento humano, que experimentou nos últimos anos surpreendente evolução metodológica, por tal forma que hoje a Geografia se coloca no quadro das ciências mais úteis ao Homem.

Há realmente na Geografia moderna um atraente fundamento, que é a explicação dos fatos, a imprimir-lhe o cunho de ciência, e há também um encantador sentido, que é o humano, a assegurar-lhe a condição utilitária de ciência ao serviço do Homem.

Só a Geografia goza desse privilégio de ciência adjetivada de humana o que por si só evidencia estar a Geografia Humana fadada a ser um instrumento do bem-estar social.

Não se detém o geógrafo moderno na consideração pura e simples dos acidentes circundantes, por mais sedutores que se apresentem, ao contrário disso procura êle incluir na paisagem a presença do Homem, seja no estudo das transformações que introduza no meio ambiente, seja na investigação do comportamento que mais lhe convém para melhor e mais útilmente se adaptar a tal ambiente.

Por isso, foi de rara felicidade a decisão do Instituto atribuindo à Comissão de Geografia, em admirável síntese, o encargo de promover a difusão nos países americanos dos modernos métodos geográficos, valendo-se para isso, em inspirada indicação, dos meios em que se movimentam a investigação científica, a escola e a cultura popular.

Assim, a Geografia atuará benêficamente e de maneira adequada nos três graus de toda cultura nacional: o superior, científico; o médio, escolar; o inferior, popular.

Os benefícios virão a mancheias e serão não somente de natureza cultural, mas também de natureza social, porque, não considerando as fronteiras políticas no estudo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, cuja distribuição territorial lhe cabe explicar a Geografia há de ser sobretudo um instrumento valioso de aproximação das nações americanas, que certamente tanto mais se estimarão quanto mais reciprocamente conhecerem as características das terras acolhedoras e os feitos generosos dos seus nobres povos. — Tenho dito".

Foi dada, em seguida, a palavra ao professor Alirio Hugueney de Matos, que representa oficialmente o Brasil na Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

O orador que é professor da Escola Nacional de Engenharia, discorreu sobre os objetivos e a obra já realizada daquela Comissão.

Em nome do engenheiro Virgílio Correia Filho, também representante do Brasil na Comissão de História, do mesmo Instituto, discursou, após, encerrando a série de comunicações, o Dr. Lafaiete Guimarães.

Comunicação do Dr. Lafaiete Guimarães

"A circunstância de haver o Dr. Virgílio Correia Filho, representante do Brasil na Comissão de História viajado para a Cidade do México, a fim de tomar parte na I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História, do Instituto Pan-Americano, proporcionou-me a honra de vir ocupar esta tribuna.

Quando se reuniu a 4.^a Assembléa Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em Caracas, de 22 de agosto a 1 de setembro de 1946, entre as Resoluções aprovadas figurou a referente à criação da Comissão de História, a exemplo do que sucedera à Geografia e, mais anteriormente, à Cartografia.

Das três Comissões, por meio das quais o Instituto executa o programa que adotou, é a de História a mais nova e está apenas iniciando as suas atividades.

Tendo sede no México, onde a dirige o culto historiador Dr. Silvio Zavala, compõe-se de representantes das nações americanas, convocadas para a primeira Reunião de Consulta no corrente mês.

Os seus objetivos abrangem:

a) Planejar e executar os trabalhos históricos da competência do Instituto;

b) Contribuir para o estudo e a observação dos restos arqueológicos e monumentos históricos do continente americano;

c) Estimular a organização e o intercâmbio de museus da América que correspondam às finalidades da Comissão, e o seu intercâmbio;

d) Ajudar a conservação, organização e conhecimento dos arquivos históricos da América;

e) Contribuir para o estudo e a divulgação dos objetos e documentos relativos à história do nosso continente e que se encontram em outras partes do mundo;

f) Patrocinar investigações, concursos e publicações de valor científico dentro dos Estatutos, relacionados com as atividades próprias da Comissão, assim como a reedição de obras escassas e de evidente interesse para essas atividades;

g) Exercer a supervisão científica da *Revista de História da América* e de outras publicações do Instituto que estejam dentro da esfera da Comissão;

h) Promover, por meios práticos a aproximação entre as Academias de História, instituições e pessoas que cultivem as disciplinas próprias da Comissão, concedendo becas, facilitando explorações e trabalhos de campo, organizando congressos e outras reuniões ou dêles participando, e patrocinando trabalhos que exijam a cooperação de vários países americanos;

i) Estimular a divulgação dos estudos próprios da Comissão por meio de instrumentos tais como o cinema o rádio e outros semelhantes;

j) Preparar e editar uma História da América com a cooperação dos países americanos;

k) Cooperar na revisão dos programas e textos de História da América a fim de fomentar, dentro do respeito à verdade histórica, a amizade, o conhecimento mútuo e a colaboração entre os povos do continente, e

l) Organizar um guia, o mais completo possível, das instituições e pessoas que se dedicam, na América, aos estudos próprios da Comissão.

Para exame de problemas tão amplos, relativos à história do continente americano, somente à cooperação de pesquisadores de todos os países poderá alcançar êxito cabal.

E para isso, a Comissão de História se esforça por obter a maior contribuição possível de todos os sabedores, tendo já instituído quatro comitês: um, dedicado ao estudo minucioso do movimento emancipador ibero-americano, em Caracas; outro, da História da América, na República Argentina; terceiro, de Folclore no Peru, finalmente, o de Arquivos, em Cuba.

Em conclusão, servirá para melhor articulação dos cooperadores, acordos no prosseguimento de campanhas culturais em prol dos estudos históricos nos países americanos, a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História, a realizar-se na Cidade do México, de 18 a 26 do corrente, promovida pela Comissão de História.

Comunicação do Prof. Alirio de Matos

O professor Alirio de Matos, representante do Brasil na Comissão de Cartografia, fez, a seguir, a seguinte comunicação:

"Por ocasião da Assembléa Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, reunido na cidade de Lima, em 1941, ficou resolvida a criação de uma Comissão de Cartografia a ser constituída de um chefe supervisor e um secretário, sendo atribuída a este a tarefa de percorrer todas as nações americanas, com a finalidade de reunir elementos e estatísticas sobre os levantamentos, em geral, particularizando as atividades de mapeamento bem como focalizar as necessidades, em face dos problemas cartográficos de cada um dos países, devendo entrar em entendimento com as instituições especializadas locais responsáveis, sobre a execução de mapas, oficiais e particulares quanto aos métodos básicos de campo e de escritório capazes de acelerar a confecção dos mapas das respectivas nações.

Outro encargo cometido àquele titular foi quanto possível promover a uniformização dos trabalhos, como sejam escalas, normas de precisão, símbolos convencionais, etc.

Como se vê do enunciado, a tarefa primordial da incipiente Comissão de Cartografia era relativa à confecção do mapa das Américas, trabalho este que devia, na medida do possível, observar as condições de um mapa moderno, a ser elaborado em condições técnicas compatíveis.

Posteriormente, na Reunião de Levantamentos e Mapas, convocada pela Comissão e realizada em Washington, no mês de junho de 1941, à qual compareceram diversos técnicos americanos que haviam participado da Assembléa Geral de Lima, foram discutidos os meios necessários para melhorarem a técnica e a ciência do mapeamento nos países americanos, ficando, então, deliberado o envio de convites à diferentes Nações-Membros do Instituto no sentido de que estas designassem os seus

respectivos representantes, junto à Comissão de Cartografia, a fim de que a Comissão pudessem iniciar a sua magna e ingente tarefa.

Na I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia, convocada pela Comissão, levada a efeito, também em Washington, no ano de 1943, foram apresentados pelas delegações presentes os trabalhos executados em seus respectivos países, ficando evidenciada, então, não somente a disparidade de métodos e atividades, como também a quase absoluta carência de trabalhos cartográficos, principalmente em grande parte, dos países da América Latina. Em face dessa constatação foram votadas resoluções através das quais se concitava as diferentes nações a empreenderem com maior energia os trabalhos dos levantamentos para elaboração dos seus respectivos mapas, oferecendo a Comissão de Cartografia facilidades para a padronização de instrumentos. Na Reunião subsequente, a segunda da série, realizada nesta Capital, em 1944, sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia, mais outros passos foram dados em relação ao problema. Convém que se saliente, também, que, naquela ocasião, já o problema da Carta da América era encarado sob um ângulo mais agudo, cogitando-se de promover cada vez mais as atividades das Nações americanas no intuito da elaboração de mapas de modo geral, já procurando uniformizar os métodos dos trabalhos e símbolos, quer incitando o início de novas atividades, no campo da perquirição, gravimétricas, sismológicas, etc. Sente-se em tudo isso que diante da carência de atividades, de um modo geral cada qual sentiu a necessidade de incentivá-las. Marcou, pois, a Reunião de Consulta do Rio de Janeiro, um pouco adiante, para a solução de tão importante problema.

A Comissão de Cartografia reuniu-se novamente em Caracas, coincidindo sua reunião com a realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia, quando ali também era levada a efeito a IV Assembléa Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Naquela reunião o engenheiro Roberto Randall, presidente da Comissão, salientou os objetivos desta, que era o de iniciar e promover um programa de cooperação de caráter internacional. No plenário da Assembléa do Instituto a Comissão de Cartografia achava-se representada em sua plenitude, de modo que as resoluções aprovadas assumiram um caráter muito mais positivo que nas anteriores reuniões.

Assim as recomendações aprovadas, no que se refere às normas de precisão dos levantamentos geodésicos, da elaboração dos mapas, dos problemas de topografia, de cartas cadastrais, cartas especiais, etc., demonstram o interesse e a viva intenção que animavam todas as delegações presentes, de proporcionarem melhores mapas dos respectivos países impulsionando, dentro das possibilidades de cada um dos Estados americanos, as atividades.

No que toca ao Brasil, nesse particular, os efeitos das Reuniões de Consulta, convocadas e assentadas pela Comissão de Cartografia estão se fazendo sentir no aumento das atividades, por parte das instituições existentes e pela criação de novos órgãos especializados. Em se tratando de país extenso como o nosso, de pouca densidade demográfica, não se pode, é claro, esperar que os resultados sejam colhidos dentro de um prazo curto mas não resta dúvida que a continuarem as atividades no ritmo em que estão, alcançaremos os objetivos em tempo oportuno".

Oração do Chanceler Raul Fernandes

Por fim, o chanceler Raul Fernandes, antes de encerrar a reunião, falou sobre a personalidade do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, enaltecendo o labor fecundo em benefício da cultura nacional, e do continente, dizendo ser admirável a sua obra de criador e animador de empreendimentos científicos e culturais, para a realização dos quais se tem devotado sem medir sacrifícios, confessando que era com entusiasmo que via tão grande dedicação.

Lembrou, após haver tomado parte na Assembléa de Havana que deliberou sobre a criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e era com alegria que ouvia as

realizações já apreciáveis do organismo instalado, pois, se deca o seu parecer favorável naquela época ao surgimento de um órgão internacional de coordenação geográfica e histórica, tinha razões fundadas, discorrendo, em seguida, acerca da ciência geográfica e da História do país e da América.

Por fim, ressaltando a contribuição do senhor embaixador Macedo Soares oferecida através das instituições científicas e culturais que tem presidido, disse ser eterna tal obra, e por ser eterna adiantou constituir ela um exemplo à posteridade.

Depois de considerar oficialmente instalada a Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano foi por S. Excia. encerrada a reunião.



Instituições Particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

PROSPECÇÃO DE MINÉRIO DE URÂNIO
— Na reunião ordinária de 23 de outubro da Academia Brasileira de Ciências, o professor Carneiro Filipe, presidente da Comissão Censitária Nacional, prestou as seguintes informações com respeito à ocorrência de minérios de urânio nas proximidades de Belo Horizonte, assunto sobre o qual se ocupou o professor Costa Ribeiro numa comunicação anteriormente apresentada à Academia.

“Não estando presente à última sessão, só agora posso trazer ao conhecimento da Academia algumas reminiscências a propósito da interessante comunicação do professor Costa Ribeiro com relação à ocorrência de minérios de urânio nas proximidades de Belo Horizonte.

Em meados de 1919 exercia eu a direção do Laboratório de Análises do Estado de Minas Gerais e, visitando o professor Costa Sena poucos dias antes de seu falecimento, pedi-me ele que verificasse se não era “autunita” uma amostra mineral que lhe levava o engenheiro Leônidas Damásio Filho, informando que a colhera no material de desmonte de um túnel cuja abertura finalizava na construção da bitola larga da Central do Brasil, e acrescentou meu saudoso Mestre que dava grande importância a essa verificação por se tratar de ocorrência de mineral ainda não assinalado no Brasil.

A amostra que me foi entregue constava de um pequeno aglomerado de palhetas cor de ouro, de belo aspecto, incrustada em um fragmento de pegmatito. Não querendo destruir a amostra para uma análise química completa, que seria aliás demorada, limitei-me a verificar a radioatividade pelo método da impressão fotográfica e pelo processo de acumulação em água, na câmara de ionização de um fontatoscópio Engler & Sieveking. Procedi ainda a um exame microquímico para pesquisa de cálcio e fósforo.

Conquanto insuficientes esses ensaios para a caracterização do mineral, os resultados obtidos permitiram-me assegurar ao meu inesquecível Mestre que, caso não fosse “autunita”, a amostra era por certo de mineral do grupo da uranita.

Posteriormente ofereci a amostra que ficara em meu poder ao saudoso professor Balduino Feio, que a incorporou à sua coleção de minérios radioativos, a mais completa então existente no Brasil”.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

A REALIZAÇÃO DA SUA III ASSEMBLÉIA-GERAL, NESTA CAPITAL — EXCURSÃO AO VALE DO PARAÍBA — A Associação dos Geógrafos Brasileiros, sediada em São Paulo, com Secções no Distrito Federal e em Belo Horizonte, realizará entre os dias 24 e 30 do corrente, nesta capital, a sua III Assembléa-Geral.

A instalação solene do certame está prevista para aquela data, às 21 horas, na sede do Conselho Nacional de Geografia, quando serão discutidos os temas gerais a serem presentes à Assembléa. No dia imediato os geógrafos, professores de Geografia e técnicos participantes da Assembléa partirão desta capital com destino à região do vale inferior do rio Paraíba do Sul, que compreende a baixada de Campos e adjacências, onde permanecerão em estudos e pesquisas durante três dias. No dia 28, às 14 horas, serão discutidos os resultados científicos da excursão, reunindo-se às 21 horas desse mesmo dia a Assembléa em sessão plenária destinada à leitura e discussão dos trabalhos apresentados. No dia 29, pela manhã, e à tarde, reunir-se-ão os congressistas em sessão plenária.

No dia 30, pela manhã, depois da eleição do novo Conselho Diretor da Associação, terá lugar o encerramento dos trabalhos, devendo realizar-se à noite, um jantar de confraternização.

A A. G. B. está distribuindo fichas de adesão aos seus sócios, os quais deverão contribuir com a importância de Cr\$ 100,00 que lhes confere direito à excursão. Os cientistas, professores e demais pessoas interessadas deverão procurar os dirigentes da Secção do Rio de Janeiro da A. G. B., sediada no Conselho Nacional de Geografia, onde encontrarão fichas de adesão e propostas para aqueles que ainda não são sócios da instituição.



SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

CRISTÓVÃO COLOMBO E O CAMINHO MAIS CURTO PARA ALCANÇAR AS ÍNDIAS — No dia 11 do corrente reuniu-se a Sociedade Brasileira de Geografia em mais uma de suas sessões culturais, estando inscrito para falar o ministro J. S. da Fonseca Hermes que dis-

correu sobre o tema: "Cristóvão Colombo — o mapa e a carta de Toscanelli — o caminho mais curto para alcançar as Índias".

Inicialmente analisou o conferencista a evolução da história ao redor da personalidade do descobridor da América mostrando e explicando como aos fatos superou a lenda que aureola a fama e a glória de Cristóvão Colombo.

Passando a encarar a hipótese de ser o projeto da travessia do Atlântico, para chegar às Índias, produto de conhecimentos geográficos e cosmográficos demonstra não ter Colombo, possuindo ilustração bastante para conceber, planejar nem realizar plano de tal envergadura e complexidade.

Recorda que, em Portugal, desde os tempos do infante Dom Henrique se tinha uma idéia bem justa da forma da Terra e da disposição dos continentes, bem como das distâncias que os separavam e se havia já tentado alcançar as Índias tanto pelo contorno do continente africano, como navegando direito ao Poente; lembra os fatos históricos que determinaram a diminuição do entusiasmo dos navegantes e descobridores portugueses, salientando o encontro de Fernão Martins, da casa do rei Dom Afonso V, com o sábio florentino Paulo del Pezzo Toscanelli, que a pedido daquele, elaborou um mapa-mundi e formulou as instruções para se chegar ao Extremo Oriente pela

navegação direta rumo ao Poente. Recorda as concessões feitas por Afonso V a Fernão Teles, em 1474 e 1475, para descobrir a ilha das Sete Cidades, concessão que foi baseada no projeto de Toscanelli.

Depois de se referir à proposta de Colombo a Dom João II, no mesmo sentido, estuda as alegações dos historiadores do descobridor da América, Fernando Colombo e Bartolomeu de las Casas e aventa a hipótese de ter Colombo copiado ou subtraído a carta e o mapa de Toscanelli. Suspeitado pela Junta de Cosmógrafos, que examinou o seu projeto, de se haver apossado desses documentos, que constituíam segredo de Estado, Colombo houve de fugir precipitadamente, de Portugal para Castela.

Refutando os argumentos de Fernando Colombo e de las Casas, que pretendem haver-se Dom João II prevalecido, aleivosamente, do projeto de Colombo para tentar o que ele havia oferecido realizar, o conferencista demonstra longa e documentadamente a improcedência de tão infeliz calúnia.

Comentaram a conferência do ministro Fonseca Hermes os senhores comandante Oliveira Belo e professor Jaime Cortesão, que salientou a novidade da tese, fortemente documentada, aliás, que o conferencista apresentou, relativamente à posse da carta e do mapa de Toscanelli por Colombo e a razão de sua fuga para Castela.

★

Certames

I REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO

SUA RECENTE REALIZAÇÃO NESTA CAPITAL — PARTICIPAÇÃO DO I. B. G. E. — DECISÕES DE PARTICULAR INTERESSE PARA O C. N. G. — Encerrou-se no dia 28 do mês passado a I Reunião Brasileira de Ciência do Solo, promovida sob os auspícios do Ministério da Agricultura e cuja instalação se deu em ato solene, presidido pelo titular daquela pasta, também seu presidente de honra, no dia 6 do mesmo mês.

A reunião distribuiu os estudos científicos pelas sete Comissões Técnicas seguintes:

- 1.ª) Física do Solo;
- 2.ª) Química do Solo;
- 3.ª) Microbiologia do Solo;
- 4.ª) Fertilidade do Solo;
- 5.ª) Gênese, Morfologia e Cartografia do Solo;
- 6.ª) Aplicação da Ciência do Solo no Melhoramento das Terras;
- 7.ª) Uniformização dos Métodos de Estudo e de Representação dos Solos.

Constando de 4 sessões plenárias e 9 de comissões, o certame estudou 32 contribuições apresentadas e empreendeu três excursões durante as quais nada menos de 16 perfis de solos foram examinados *in loco*.

Congregou a reunião 64 técnicos representando instituições e órgãos científicos de âmbitos federal e estadual, inclusive o I. B. G. E. que enviou uma delegação composta do engenheiro Christovam Leite de Castro e pro-

fessores José Setzer e Alfredo Domingues, sob a liderança do primeiro, funcionando como observador dos estudos de interesse geográfico, o professor Francis Ruellan, especialmente convidado pelo secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia.

Convém assinalar que, relativamente ao C. N. G., cuja participação no certame foi determinada pela Resolução n.º 277, de 17 de julho do corrente, são da máxima importância as decisões resultantes desses entendimentos de técnicos e especialistas em torno dos problemas científicos relacionados com solo, sendo de particular interesse a resolução que recomenda a adoção na Cartografia do solo das normas e convenções baixadas ou a serem fixadas por este órgão do I. B. G. E.

De não menor importância para o Conselho é também a aceitação unânime da tese em que sugere a organização de um serviço de levantamento pedológico do país, e a consequente constituição imediata de uma comissão para tratar do assunto.

Coube ao professor José Setzer, delegado do Conselho, a presidência da 5.ª Comissão, destinada exatamente aos estudos do solo mais ligados à Geografia e à Cartografia.

Falando durante o ato de encerramento da I Reunião Brasileira de Ciência do Solo, o ministro Daniel Carvalho constatando que a mesma alcançou plenamente os seus objetivos, acentuou o interesse com que o govêrno acompanhou as atividades dos técnicos brasileiros cuja competência ficou demonstrada nas conclusões saídas do exame e discussão dos problemas do solo, tão complexos no seu aspecto científico e de tão grande importância para

o país, pois que da solução dêles depende também a solução de outros tantos problemas ligados à economia nacional.



II CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

SEU ENCERRAMENTO — CONCLUSÕES APROVADAS — Encerrou-se a 10 do mês passado o II Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura, que teve por sede a cidade de São Paulo e do qual resultaram as seguintes conclusões:

1) Generalização da outorga de autonomia administrativa, financeira e didática a universidades, escolas e unidades independentes do ensino da engenharia e arquitetura, já concedida e algumas universidades e a ampliação dessa autonomia, tornando-se tão completa quanto possível.

2) Condigno tratamento, no orçamento da República e nos estaduais, das universidades e escolas das referidas atividades profissionais.

3) Aplicação especificada do produto de impostos e taxas cobrados em nome do melhoramento do ensino ou de parte substancial dêles no seu efetivo melhoramento.

4) Cooperação e contribuição financeira da indústria.

5) Dignificação do magistério e elevação considerável do seu nível de remuneração.

6) Gratuidade progressiva do ensino em todos os graus; amparo econômico ao estudante; acessibilidade aos graus superiores, de todos os que revelarem vocação profissional.

7) Abolição dos impostos e taxas que oneram o ensino.

Dirigindo-se ainda a todos os interessados — alunos, professores, profissionais, universidades, escolas e institutos técnicos de engenharia e arquitetura no Brasil, renova o fervoroso apêlo inscrito na conclusão final do I Congresso, para que se unam nesta grande obra de renovação nacional, cooperando com todas as forças e em todas as ocasiões para a rápida objetivação das recomendações aprovadas nesses dois Congressos.



IV CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL

REGIMENTO INTERNO — TEMÁRIO — Conforme é já do conhecimento público, realizar-se-á em 1949, juntamente com as comemorações do segundo centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e quarto da fundação da Bahia, o IV Congresso de História Nacional.

Visando o melhor êxito dos trabalhos do importante certame, o I. H. G. B. vem tomando com antecipação as providências aconselháveis. Assim é que numa das suas últimas reuniões resolveu aquela entidade aprovar o regimento interno e o temário pelos quais se orientará o Congresso do qual serão considerados membros além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Brasileira de Geografia e todos os Institutos Históricos e Geográficos estaduais.

É o seguinte o texto do regimento e do temário aprovado:

"Art. 1.º — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizará, em 1949, o 4.º Congresso de História Nacional, comemorativo do 4.º centenário da instituição do governo

geral no Brasil e da fundação da cidade da Bahia.

Parágrafo único — Este Congresso se reunirá no mês de abril, realizando seus trabalhos na sede do Instituto.

Art. 2.º — Serão considerados membros do Congresso:

a) os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

b) a Sociedade Brasileira de Geografia, os Institutos Históricos e Geográficos, e demais congêneres;

c) representantes nomeados pelas instituições culturais que forem convidadas e aceitarem o convite;

d) representantes dos poderes públicos.

Parágrafo único — Ao Congresso poderá aderir indiretamente quem quer que se proponha a contribuir com memórias, sobre história do Brasil no período que vai de 1500, a 1763, ou seja até a transferência da sede do governo geral.

Art. 3.º — As memórias a serem apresentadas ao Congresso deverão versar sobre as teses ou parte das seguintes teses:

História Geral

1 — Descobrimto do Brasil. A civilização portuguesa e as grandes navegações. Viagem de Cabral.

2 — Primeiras expedições de exploração do litoral. Viagens de Vespúcio. A baía de Todos os Santos.

3 — Caramuru na história, na literatura e na lenda. Novos documentos sobre os primeiros tempos da colonização do Brasil.

4 — Franceses no Brasil. Questões suscitadas pelo corso. Jean Ango e a côrte portuguesa.

5 — Portugal no reinado de D. João III. Projetos e dificuldades para o aproveitamento econômico do Brasil. A divisão em capitanias.

6 — Cristóvão Jaques e a feitoria de Pernambuco. A expedição de Martim Afonso de Sousa e o diário de Pero Lopes.

7 — A capitania da Bahia e seu donatário.

8 — Duarte Coelho e a Nova Lusitânia.

9 — Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa, as suas capitanias e a defesa da terra.

10 — Criação do governo geral do Brasil. Tomé de Sousa. Fundação da cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos.

11 — A Companhia de Jesus chamada a cristianizar o gentio. Os primeiros missionários. Colégios e aldeias.

12 — Primeira Sé. O bispo do Brasil e a sua ação apostólica.

13 — A fundação de São Paulo de Piratininga. Povoamento das capitanias do sul. O planalto e a penetração sertaneja.

14 — Mem de Sá. A expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

15 — Sertanismo quinhentista. Entradas do nordeste. Resistência indígena e conquista sistemática. A procura das minas.

16 — A expansão colonizadora. Conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

17 — Ceará e Maranhão. Competição estrangeira e reivindicação portuguesa. A posse efetiva da terra disputada.

18 — Portugal unido à Espanha. Ronda de corsários. Progressos do Brasil ao findar o século XVI.

- 19 — Precedentes e razões da invasão holandesa. A Companhia das Índias Ocidentais. A tomada da cidade da Bahia, em 1625. A reconquista e a sua repercussão.
- 20 — Os holandeses apoderam-se de Pernambuco. Vicissitudes da luta, sua área territorial e suas grandes figuras. Fôrças em presença. Os sistemas coloniais de Portugal e de Holanda.
- 21 — O nordeste sob o domínio holandês. Maurício de Nassau. A revolta geral. A guerra ao invasor, os seus chefes, os sentimentos que produziu e as batalhas que a ilustraram.
- 22 — São Paulo no século XVII. As grandes entradas. O bandeirismo. Direções do povoamento. A reação dos jesuítas e a defesa dos índios.
- 23 — Portugal no reinado de D. João IV. O Rio de Janeiro e Salvador Correia de Sá. São Paulo e Amador Bueno.
- 24 — O Pará e a conquista amazônica. Viagem de Pedro Teixeira. Limites ao oeste. O grande rio e as missões religiosas.
- 25 — O Estado do Maranhão. Catequese do gentio, rebeliões, pacificação.
- 26 — A Bahia do século XVII. Governadores gerais. A Casa da Torre e o devassamento dos sertões. Missões do rio de São Francisco.
- 27 — Os bandeirantes e o sul do Brasil. Comércio de Buenos Aires. As missões jesuíticas.
- 28 — Fernão Dias Pais Leme e a expansão paulista. Sabarabuçu. Primórdios das Minas Gerais. Descoberta do ouro.
- 29 — Paulistas e emboabas. Primeiros povoadores das Minas. Nunes Viana. Governo pacificador.
- 30 — Ataques franceses ao Rio de Janeiro (Duclerc e Duguay Trouin). A intervenção de Antônio de Albuquerque. Caminhos do sertão.
- 31 — Entre Olinda e Recife. Mascates. A insurreição e o seu significado. Ação repressiva da metrópole.
- 32 — Capitania de São Paulo e Minas Gerais. As três comarcas. O conde de Assumar e o motim de 1720.
- 33 — Vice-reis na Bahia do século XVIII.
- 34 — Governadores do Rio de Janeiro. Gomes Freire e a sua obra política.
- 35 — Mato Grosso e Goiás. De Cuiabá ao Amazonas.
- 36 — O Rio Grande do Sul. Os estabelecimentos de fronteira. Santa Catarina. Caminho dos conventos.
- 37 — Portugal no reinado de D. José I. O governo de Pombal. Luta aberta aos jesuítas. Expulsão destes e extinção da Companhia de Jesus, seus colégios no Brasil.
- 38 — Motivos da transferência da capital do Brasil. Gomes Freire e a demarcação da fronteira. O grande litígio. Problemas gerais da colônia em 1763.
- 39 — Índices de progresso das várias capitânicas do Brasil no século XVIII, e sua incorporação na coroa.
- 40 — Síntese da história geral do Brasil de 1549 a 1763.
- 3 — Cartógrafos célebres dos séculos XV e XVI. Mapas famosos. A costa brasileira na cartografia mundial.
- 4 — Diogo de Campos Moreno e o "Livro que dá rezam do Estado do Brasil".
- 5 — Problemas geográficos do Brasil e a ciência portuguesa. Séculos XVI e XVII. O sertão e seus primeiros mapas.
- 6 — Cartografia amazônica. Contribuição bandeirante. Mapas do sul e do oeste. Documentos jesuíticos.
- 7 — Cartografia holandesa. A guerra nordestina e sua importância para a geografia do Brasil.
- 8 — D. João V e os estudos cartográficos do Brasil. Coordenadas geográficas.
- 9 — Mapas do século XVIII.
- 10 — Limites do Brasil e sua demarcação. A expedição de Gomes Freire. Cartógrafos e geógrafos. Cabedal científico e recursos técnicos das missões demarcadoras.
- 11 — Geografia histórica do Brasil. Visão de conjunto. Inventário documental.

Etnografia

- 1 — O índio do Brasil, Raças e línguas.
- 2 — Localização das tribos indígenas no século XVI.
- 3 — Civilização aborígene. Costumes, crenças, trabalho e guerra.
- 4 — O índio e o colono europeu. Influências recíprocas. Migrações indígenas.
- 5 — Povoadores portugueses. Os povos peninsulares no século XVI. A raça e seu processo de formação.
- 6 — Correntes de povoamento colonial. Origens e distribuição. As províncias portuguesas representadas nas primeiras navegações. Predominâncias e características.
- 7 — Colonos de várias procedências. Identificações históricas. Franceses, espanhóis, flamengos. Pesquisa de vestígios.
- 8 — O elemento negro na colonização do Brasil. Tráfico africano. Cifras do comércio negroiro.
- 9 — Raças da costa d'África. As mais importantes para a história do Brasil. Tribos, línguas, crenças e costumes. Aculturação.
- 10 — Concentração e dispersão de escravos. Núcleos de influência africana. Direção do tráfico. Problemas étnicos correlatos.
- 11 — Povoadores do Brasil no século XVIII. Densidades demográficas. Formação do povo brasileiro.

História Econômica e Social

- 1 — O pau-brasil, seu comércio e regime de exploração. Monopólio da coroa.
- 2 — O açúcar. Primeiros canaviais. Feitorias do litoral.
- 3 — O engenho de açúcar no século XVI. Produção intensiva. O panorama econômico do açúcar no mundo.
- 4 — O açúcar no norte e no sul. Aspectos sociais de Pernambuco, da Bahia, de São Vicente. Época de Mem de Sá e de Gabriel Soares.
- 5 — Brasil econômico do século XVII. Causas da guerra holandesa. Riquezas do nordeste. Engenhos do recôncavo.
- 6 — A sociedade do Brasil colonial (século XVII). A vida na cidade e no engenho.

Geografia Histórica e Cartografia

- 1 — Documentação cartográfica dos séculos XV e XVI.
- 2 — O Brasil descrito pelos primeiros navegantes. Toponímia primitiva. Reconhecimento progressivo. Geografia lendária.

7 — Criação de gado. As grandes fazendas. Expansão sertanista. O rio de São Francisco. A pecuária e a penetração sertanista no nordeste.

8 — O ciclo do ouro. Formação social das Minas Gerais. Vila Rica.

9 — Diamantes do Tijuco.

10 — Comércio colonial. Dados estatísticos. Portos de exportação, consumo, linhas marítimas, monopólios e alfândegas.

11 — O fumo no Brasil colonial.

12 — A pequena agricultura no Brasil colonial.

13 — Sistema de trabalho no Brasil colonial.

14 — Classes sociais. Costumes rurais e urbanos. Tipos representativos. A cidade no século XVIII.

15 — Aspectos econômicos do norte, do centro e do sul do Brasil no século XVIII. Economistas portugueses.

História Militar e Diplomática

1 — O tratado de Tordesilhas e os problemas de fronteira no Brasil quinhentista.

2 — Questões diplomáticas com a Espanha e a França a propósito do Brasil no século XVI.

3 — Instituições militares da colônia nos séculos XVI e XVII.

4 — A diplomacia portuguesa e a unidade do Brasil no século XVII. Embaixadas, litígios e tratados. A aliança inglesa.

5 — Organização militar da colônia no século XVII. Guarnições, postos, fortalezas e quartéis. Corpos auxiliares e tropa efetiva.

6 — Organização militar da colônia no século XVIII.

7 — Os problemas da delimitação e a diplomacia portuguesa no século XVIII. Tratados de Utrecht e de Madri. A fronteira no norte. Alexandre de Gusmão e o *uti possidetis*. Fronteiras do sul e do oeste.

8 — Diplomatas que se distinguiram na defesa do império português, (século XVII e XVIII). Idéias, tendências e resultados práticos. Síntese de história diplomática.

9 — Origens e formação do exército. Instituições militares existentes em 1763. Resenha de história militar. Material de guerra, legislação e instrução militar.

Religião, Ciência, Letras e Artes

1 — O bispado do Brasil. Organização eclesiástica no século XVI. Prelados, ação apostólica, conventos e colégios.

2 — Os jesuítas e o ensino. Métodos, aparelhagem, doutrina e desenvolvimento da instrução nos colégios da Companhia de Jesus.

3 — Primeiros escritos literários. Descrições do Brasil quinhentista. A observação da terra.

4 — Letras e ciências no Brasil do século XVII. Naturalistas e médicos. Cronistas e historiadores. Literatura informativa.

5 — A arte nos dois primeiros séculos da colônia. Pintores, escultores, arquitetos.

6 — História eclesiástica do Brasil no século XVII. Visitações do Santo Ofício (1591-1618).

7 — Eloquência sagrada. Poetas e prosadores dos séculos XVII e XVIII. O padre Antônio Vieira. Gregório de Matos.

8 — Academias coloniais, 1724 e 1759. Propósitos, sócios e produção literária.

9 — A arte brasileira no século XVIII. Mestres e estilos.

10 — Diferenciação literária do Brasil colonial. O espírito nacional nas suas origens intelectuais. Assuntos brasileiros na literatura portuguesa. Panorama cultural de 1763.

11 — A Igreja no Brasil do século XVIII. Novas dioceses. Constituição do arcebispado da Bahia.

Instituições políticas e jurídicas — Evolução das cidades

1 — O regime das capitanias e sua definição jurídica. Forais. O direito comum e os privilégios do donatário. Princípios de liberdade civil.

2 — O regimento do governo-geral. Organização administrativa da colônia. Limitação do poder arbitrário.

3 — A instituição municipal nos primeiros tempos do Brasil.

4 — Órgãos administrativos e judiciários da colônia.

5 — A cidade, o seu governo, a sua magistratura e a vida jurídica, nos séculos XVII e XVIII.

6 — Fundação, desenvolvimento e evolução das cidades no Brasil colonial.

7 — As Ordenações do Reino, legislação especial para o Brasil e formação do direito pátrio (séculos XVI, XVII e XVIII).

8 — O poder público no século XVIII.

9 — Forma e evolução do Estado do Brasil. Resenha de história jurídico-política (1549-1763).

Bio-bibliografia

1 — Personagens predominantes na História do Brasil do século XVI.

2 — Tomé de Sousa.

3 — Os jesuítas e suas grandes figuras.

4 — O primeiro bispo.

5 — Biografias ilustres do Brasil seiscentista.

6 — Biografias de brasileiros célebres do século XVIII.

7 — Inventário bibliográfico do I século da história do Brasil.

8 — Bibliografia do Brasil (século XVII).

9 — Fontes bibliográficas para a História do Brasil (século XVIII).

Art. 4.º — As memórias apresentadas serão remetidas pela Comissão Organizadora do Congresso às respectivas secções, presididas por sócios do Instituto.

1.ª História Geral.

2.ª Geografia histórica e cartografia.

3.ª Etnografia.

4.ª História econômica e social.

5.ª História militar e diplomática.

6.ª Religião, ciências, letras e arte.

7.ª Instituições políticas e jurídicas. Evolução das cidades.

8.ª Bio-bibliografia.

Art. 5.º — As memórias apresentadas serão inéditas dactilografadas ou impressas especialmente para o Congresso, podendo o mesmo autor apresentar mais de uma, e ficando suben-

tendido que a responsabilidade das opiniões emitidas cabe tão somente aos autores das respectivas memórias.

Art. 6.º — Não só nas memórias como em todas as discussões, moções, indicações e atas do Congresso, só será usada a língua portuguesa.

Art. 7.º — Na véspera da inauguração do Congresso, será realizada a sessão preparatória para apresentação de credenciais e eleição da mesa, constituída de um presidente, três vice-presidentes e três secretários, e bem assim das comissões mencionadas no artigo 4.º.

Parágrafo único — O secretário-geral e o relator da Comissão Organizadora exercerão as mesmas funções no Congresso.

Art. 8.º — Haverá pelo menos duas sessões plenárias para leitura e votação de pareceres, e nelas só poderão ser apresentados, à consideração e voto do Congresso, requerimentos, moções ou indicações relacionados com os objetivos do mesmo.

Parágrafo único — Nenhum orador poderá ocupar a tribuna por mais de uma vez e nem por prazo superior a dez minutos, excetuados os relatórios dos pareceres, aos quais é permitido falar duas vezes, sem exceder o indicado período de tempo.

Art. 9.º — Cada congressista terá direito a um voto, observando-se o mesmo em relação às representações coletivas.

Art. 10 — As memórias aprovadas, as orações pronunciadas e as atas das sessões serão publicadas, a juízo da Mesa do Congresso e dos presidentes das secções, em volumes especiais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Art. 11 — A sessão solene de encerramento do Congresso constará de um discurso do

presidente efetivo, da leitura do relatório do secretário-geral e da apreciação feita pelo relator-geral.

Art. 12 — Serão presidentes de Honra do Congresso o presidente da República, o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, o representante oficial do Governo português, o ministro da Justiça e da Educação e Saúde, o prefeito do Distrito Federal e o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cabendo a este, quando presente, presidir as sessões.

Art. 13 — Atendendo a que o período histórico que se vai comemorar interessa igualmente ao Brasil e a Portugal, serão especialmente convidados para participar dos trabalhos do Congresso, as instituições de cultura, historiadores, geógrafos e cartógrafos portugueses.

Art. 14 — Os casos omissos deste regimento serão resolvidos segundo os regimentos dos Congressos anteriores, de 1914, 1931 e 1938.

Art. 15 — Aprovado o regimento, deliberou a Comissão Organizadora do IV Congresso de História Nacional convidar relatores para cada uma, ou parte de cada uma, das teses adotadas.

A Comissão Organizadora: — Augusto Tavares de Lira, presidente — Alfredo Valadao, 1.º vice-presidente — Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, 2.º vice-presidente e relator-geral; José Wanderley de Araújo Pinho — 3.º vice-presidente, Virgílio Correia Filho — secretário-geral, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — 1.º secretário, Leopoldo Antônio Feljô Bittencourt, 2.º secretário, Afonso Costa — 3.º secretário, Afonso d'Escagnolle Taunay, Artur César Ferreira Reis, Brás Hermenegildo do Amaral, Carlos da Silveira Carneiro, Francisco Rädler de Aquino, José Pedro Leite Cordeiro e Rodolfo Garcia".

★

Unidades Federadas

BAHIA

Academia de Letras da Bahia

PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS DA PRIMEIRA INSTITUIÇÃO INTELECTUAL DO BRASIL — Em 1725, por iniciativa do vice-rei Dom Vasco Fernandes César de Menezes, foi fundada na Bahia uma instituição literária que tomou a denominação de Academia Brasílica dos Esquecidos. Desta instituição, considerada a primeira no gênero criada em nosso país, então colônia, fizeram parte figuras de relêvo na época como sejam o próprio conde de Sabugosa, o padre Soares França, os desembargadores Caetano de Brito e Luís Siqueira; o coronel Sebastião da Rocha Pita e o capitão Brito Lima. Funcionou no próprio palácio dos vice-reis, sendo contudo efêmera a sua existência que durou apenas até fevereiro de 1727.

Cogitando-se agora das comemorações do 4.º centenário da fundação de Salvador não podia ficar em olvido esta primeira tentativa de associação de homens visando o culto das belas letras a serviço da história e da ciência em nosso país. Por isso que, associando-se às ditas comemorações, resolveu a Academia de Letras da Bahia incluir entre as

iniciativas a que se propõe a publicação dos manuscritos da Academia dos Esquecidos os quais se acham nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com esse objetivo acaba aquela entidade de adquirir cópias dos referidos manuscritos que constituem três espessos volumes.

★

PARANA

REGRESSO DA EXPEDIÇÃO GEOLÓGICA AO ALTO SERTÃO DO ESTADO — Notícias procedentes de Curitiba informam que no dia 25 de setembro regressou àquela cidade a expedição Machado Costa, que percorreu o alto sertão do Paraná, pesquisando minério e procedendo a estudos geológicos de toda a região marginal dos vales dos rios Ivaí, Piquel, Cantu e Corumbateí, zonas de Campo Mourão e Vila Rica saindo por Apucarana. Após 63 dias de pleno inverno e chuvas, muitas vezes a quatro graus abaixo de zero, a expedição chefiada pelos engenheiros Oscar Machado e Dacosck da Costa, ultimou os serviços da ponte internacional de Uruguaiana auxiliada pelo Prof. Plínio de Lima, chefe do Departamento Geológico e Geográfico de São Paulo, pôsto à

sua disposição pelo governador Ademar de Barros. Patrocinaram a expedição o governador Moisés Lupion e o general Fiúsa de Castro, chefe do Material Bélico do Exército, sendo a mesma financiada pelo industrial Alberto Soares de Sampaio, neto de Teixeira Soares. A expedição que era composta de 10 homens, condignamente equipados, devassou 536 quilômetros de pleno sertão, por vészes, abrindo quilômetros de picadas, tal a impenetrabilidade das matas seculares, cheias de taquaraços emaranhados. A expedição constatou em Cantu e Corumbateí, imensas florestas e pinhais enormes; vales profundos e apertados e vegetação exuberante; até o divisor de águas do Parana-panema e vale do Ivaí, com terreno mais aberto, terras melhores, cobertas de impressionante floresta tropical, onde se destacam gigantescas e seculares figueiras, com cerca de quatro a cinco metros de diâmetro. A expedição trouxe enorme quantidade de amostras de pedras, minerais e tijolos de Vila Rica, destinados a análises químicas e exames petrográficos em São Paulo e no Rio, cujos resultados serão apresentados em relatório final a ser encaminhado aos governos federal e estaduais do Paraná e de São Paulo.

☆

INSTALAÇÃO SIMBÓLICA DE NOVOS MUNICÍPIOS — A 17 do mês passado, realizou-se no Palácio do Governo paranaense, expressiva solenidade, durante a qual foram declarados existentes mais 23 novos municípios recentemente criados no Estado.

Os novos municípios cuja organização judiciária já está sendo feita, vêm elevar a 80 o número das unidades de idêntica categoria do Paraná.

★

SÃO PAULO

Diretório Regional de Geografia

POSSE DE NOVOS CONSULTORES TÉCNICOS — EXPOSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS — CONGRATULAÇÕES COM A SECÇÃO BRASILEIRA DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — Sob a presidência do engenheiro José Menescal Campos, secretariado pelo Sr. Bueno de Azevedo Filho, reuniu-se a 4 do corrente, o Diretório Regional de Geografia do Estado de São Paulo, constando do expediente, entre outros, officios do Conselho Nacional de Geografia e dos Diretórios Regionais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina.

Durante a reunião foram empossados na função de consultores-técnicos daquele Diretório Regional os Srs. Engs. Alberto de Oliveira Coutinho Filho, Artur Moreira Tomás e Valdemar Lefèvre, em nome dos quais, que foram saudados pelo presidente, falou o último mencionado.

Pelo secretário foi aludida a participação do Diretório e do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo na Exposição dos Muni-

cípios recentemente inaugurada na capital paulista.

Por fim, foi proposto e aprovado um voto de congratulações com a Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, recentemente instalado no Rio de Janeiro.

☆

Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística

CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS ANEXAS AS AGENCIAS-MODELO DE ESTATÍSTICA DO I. B. G. E. — Encontrou a maior acolhida, em São Paulo, a iniciativa do Centro de Estudos local da Sociedade Brasileira de Estatística, de instalar bibliotecas em tôdas as cidades do interior onde o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mantém agências-modelo.

Manifestaram-se, com palavras de aplausos à iniciativa, figuras das mais destacadas, como os Srs. Afonso de Taunay, André Dreyfus, Guilherme de Almeida e Sérgio Milliet, além de outros.

A idéia do Centro de Estudos da S. B. E., em franca concretização, repercutiu na Assembléa Legislativa de São Paulo, havendo o deputado Cunha Bueno pronunciado, há dias, um discurso focalizando o notável alcance da campanha empreendida pela entidade em aprêço.

Aludindo ao plano de criação e funcionamento dessas bibliotecas e ao critério adotado na escolha das obras, o Sr. Cunha Bueno salientou a sadia diretiva que anima a campanha, pois que, ao lado de livros que ajudarão a formação profissional dos leitores, as bibliotecas serão aparelhadas de obras destinadas a enriquecer a cultura geral, sobretudo naquilo que o homem medianamente instruído precisa para buscar a solução dos seus problemas básicos de economia, saúde física e espiritual.

☆

Instituto Geográfico e Geológico

COOPERAÇÃO A EXPOSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS — A fim de que o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo participe direta e efetivamente da Exposição dos Municípios Paulistas, instalada a 15 do corrente, no Parque de Água Branca, o Sr. José Menescal de Campos, diretor daquele órgão, determinou contribuisse o mesmo para o importante certame, com vários documentos cartográficos entre os quais se incluem plantas topográficas de tôdas as municipalidades do Estado, trabalhos sôbre aproveitamento do solo e subsolo, etc.

Por outro lado o Sr. Adriano Marchini, diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, designou o chefe do Serviço de Metrologia do I. P. G. para remeter à referida Exposição todo o material disponível, incluindo estudos sôbre pesos e medidas legais em uso no país e respectivo controle a cargo de todos os municípios bandeirantes.

Municípios

FLORIANÓPOLIS (Santa Catarina)

VISITA DE UM ESTUDIOSO DOS IDIOMAS INDÍGENAS DO CONTINENTE — Notícias procedentes de Florianópolis informam da chegada e permanência ali por alguns dias, do jornalista peruano Timóteo Pinares, estudioso dos idiomas gentílicos da América, que está percorrendo o continente em busca de ele-

mentos com os quais pretende explicar a língua quichua como raiz de todas as demais faladas pelos índios da América.

O ameriandianista peruano que se tem especializado em assuntos relativos à civilização incaica, encontrará por certo em nosso país, onde se demorará efetuando estudos etnográficos, um vasto e impressionável terreno para as suas pesquisas de caráter científico



Exterior

ARGENTINA

Sociedad Argentina de Estudios Geográficos (G. A. E. A.)

TRANSCURSO DO SEU 25.º ANIVERSÁRIO — A Sociedad Argentina de Estudios Geográficos G. A. E. A., que desde 1922 vem consagrando suas atividades ao desenvolvimento dos estudos geográficos em geral e aos que se referem sobretudo àquela República irmã, promove anualmente uma Semana de Geografia, durante a qual são apresentadas pelos seus membros teses e comunicações sobre os vários ramos da ciência geográfica. Esse ano a XI Semana de Geografia coincidiu com a celebração do 25.º aniversário da fundação da Sociedade, sendo desse modo mais amplamente comemorada a efeméride.

Iniciou-se a Semana de Geografia a 19 de agosto findo e sucessivamente nos dias 22, 25, 26, 27, 28 e 29 foram realizadas conferências e comunicações sobre Geodésia, Aerofotogrametria, Cartografia, Geografia Física, Climatologia, Hidrografia, Biogeografia, Geografia Econômica, Geografia Humana, segundo programa elaborado pela Comissão Organizadora.

O Conselho Nacional de Geografia, associando-se aos festejos comemorativos, ofereceu àquela instituição uma edição especial da publicação *Tipos e Aspectos do Brasil*.



ESTADOS UNIDOS

UM CENTRO CIENTÍFICO NA REGIÃO AMAZÔNICA — Notícias procedentes de Lake Success informam que o professor Julian Huxley, diretor geral da U. N. E. S. C. O., de passagem por Nova York, fez à imprensa daquela cidade norte-americana importantes declarações a respeito da projetada formação de um centro científico na região amazônica, lembrando que o assunto foi estudado na anterior conferência internacional da U. N. E. S. C. O., realizada em Paris, quando mediante proposta ali apresentada pelo delegado do Brasil, aquela organização adotou em princípios a criação de um Instituto Científico da Hiléia Amazônica. Lembrando a conferência recentemente realizada em Belém do Pará, disse o professor Huxley: "Dez governos interessados, cujos territórios cobrem parte da região amazônica, se reuniram em Belém, no Brasil".

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Relatórios de instituições de Geografia

e ciências afins

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Na sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada no dia 21 de outubro p. p., em comemoração ao 109 aniversário de sua fundação, foi lido pelo Sr. Feijó Bittencourt, 2.º secretário da entidade, o seguinte relatório:

"Em 21 de outubro de 1947, dia do centésimo nono aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vem um dos seus secretários, como é de praxe, relatar a maneira como transcorreu mais um ano da existência da vetusta agremiação: continuou, pois, o Instituto profícuo como sempre. Mas eis que é de ante-ontem a voz de Costa Rêgo, uma das melhores penas do jornalismo brasileiro em todos os tempos, a usar o tom da linguagem em que sempre se fala deste sodalício: "Desde 1839 (escreveu ele no artigo de sábado último) publica o Instituto, sem interrupção, sua revista, que é sem favor o mais sólido repositório de estudos da história e da geografia do país. Na coleção dessa revista existem volumes de grande valor: os cinco do Primeiro Congresso de História Nacional, os dois do centenário da Imprensa, o do Ano da Independência, os nove do Primeiro Congresso Internacional de História da América; os cinco do II Congresso de História Nacional; os cinco do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; os nove do III Congresso de História Nacional, os dois do Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico, além de outros extraordinários. Juntam-se, a tudo isso, os 80 000 volumes, os 50 000 manuscritos, e os 3 000 mapas de sua biblioteca". E conclui: "um patrimônio de cultura como nenhum outro se formou no vasto Brasil".

E não é só isto, uma vez que a *Gazeta de São Paulo*, há um mês, pela pena de quem escreve "Bilhetes do Rio" — o jornalista Lopes Gonçalves, — dizia dos serviços prestados pela instituição conspícua.

Centenário, o Instituto é o que fez, e o que reuniu interessado durante uma existência já longa, pela qual no Parlamento se interessou o deputado Aureliano Leite, sócio do Instituto, que tem sido objeto de atenção geral do Governo, despertada também pelo deputado Barreto Pinto, cuja atividade operosa há de ser algum dia reconhecida de todos.

E o grande patrimônio, e o grande acervo de documentos pelo qual o Parlamento acaba de mostrar o seu apreço, tem sido objeto de esforçado zelo, posso eu afirmar, elogiando a dedicação dos que lhe prestam bons serviços como funcionários da velha casa, em que as marcas deixadas pelo tempo se guardam e aparelham para serem postas ao alcance do público.

No período que corre de outubro de 1946, a setembro de 1947, registou-se o seguinte número de consultas nesta casa: Biblioteca — 9 603; Mapoteca — 1 108; Arquivo — 17 975; Museu Histórico (visitantes) — 512; Jornais e revistas — 10 254.

A frente dos poucos funcionários incumbidos de atender os que se utilizam do patrimônio histórico preciso, e também de servir na catalogação e conservação de livros, mapas e documentos, esteve a funcionária Adelaide Morosini Alba que apresentou o relato dos serviços concluídos pela comissão constituída das seguintes auxiliares: Izilda Bellens Bezzi, Cora Lino Teles da Silva e Moacir Santiago, afinal quase todos os funcionários do Instituto, incluindo-se um dos serventes além dos dois mais que completam o quadro dos que servem na casa.

Poucos que sejam esses funcionários se conclui a necessária revisão do catálogo dos documentos reunidos em 450 latas do Arquivo, para já se ter iniciada a separação e classificação de outros que chegaram depois, a fim de entrarem numa catalogação geral, desde 1939 a se refazer.

O que tem sido recolhido ao Arquivo do Instituto ultimamente, é copioso para ser estudado e classificado, a fim de que se lhe façam as fichas de consulta, e é copiado às vezes para que se prepare a publicação do que oferece maior interesse. Entretanto, além de documentos, o Instituto, no ano já referido, teve como oferecimento para reunir ao que já possui: 14s. — 327; Revistas — 793; Catálogos — 14.

Mas por estes documentos que chegam numerosos, o Instituto é grato, e desta vez faz menção ao que lhe foi doado pela viscondessa de Cavalcante entregue pelo Dr. Oliveira Castro.

A atividade dos serviços prestados por esta casa, ainda se desdobrou quando chegaram a 779 os officios, cartas e telegramas recebidos; e a 1 607, os officios, cartas e telegramas expedidos.

A Biblioteca tem sido objeto de constante atenção. Dos livros continuamente consultados, há a arrumação a verificar; há, conforme chegam, novas coleções, a se reunirem à medida que são publicadas. Assuntos que se multiplicam e pelos quais se separam os livros ainda não catalogados; diversas fichas sobre cada livro registando-se assim ora o assunto, ora o autor: eis, pois, muito que fazer, mesmo porque em 1939, iniciou-se, na biblioteca, uma reforma geral da catalogação, tendo esta diante de si imenso trabalho em que se prossegue para que tudo quanto havia, no patrimônio do Instituto, viesse se reclassificando até encontrar a grande cópia de novas aquisições que ficarão na ordem que parte da reorganização encetada.

Essa foi a atividade da Secretaria: a vida interna do Instituto. Mas o seu presidente perpétuo, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, reuniu sempre o corpo de sócios em sessões públicas comemorando datas, lembrando vultos notáveis, assinalando os dias destacados no percurso do ano que se encerra.

No último mês de 1946, o Instituto ainda se reuniu em sessão pública para a conferência que se teve de adiar do dia 22 de novembro, e o ministro da Austrália, Sr. Lewis Richard Mac Gregor se fez ouvir acerca de *O Brasil e a Austrália*. No dia 20 ainda daquele mês de dezembro, se confiaram ao sócio Afonso Taunay as *Memórias* do visconde de Taunay, seu illustre pai, para que as anote e comente.

Em 14 de abril já deste ano de 1947, se realizou a conferência do Dia Pan-Americano, e o sócio Ataliba Nogueira, convidado para falar, disse do interesse jurídico e político da data histórica comemorada, com a ciência e reflexão do professor de Direito em um dos grandes centros de cultura, como o é a Faculdade de Direito de São Paulo, que o tem entre seus catedráticos.

O sócio Eugênio Vilhena de Moraes, no dia 13 de maio, em sessão pública, discursou a respeito do autor do esboço biográfico marqués de Caxias, inscrito na *Galeria dos Brasileiros Ilustres* de A. Sisson: revelando, como autor da biografia famosa, Manuel Araújo de Porto Alegre.

Já no dia 24 de junho, o desembargador Vieira Ferreira ocupou a atenção dos que vieram ao Instituto reunido em sessão pública para que fosse lida uma página de grande interesse histórico destacada de um livro em elaboração, *O ouro, o café e o negro*.

Em julho, é a vez do centenário da morte do visconde de São Leopoldo, primeiro presidente eleito e perpétuo, que teve o Instituto, e, no dia 23 desse mês, ocupou a tribuna o sócio Aureliano Leite, que, com expressivas palavras, analisou a personalidade do santista illustre, figura de grande projeção política no Rio Grande do Sul, ponto extremo da nação brasileira, por cujas fronteiras José Feliciano Fernandes Pinheiro velou sempre quer na valiosa ação de político como deputado do Brasil às Cortes Gerais em Lisboa, quer como escritor que se notabilizou com as páginas de história publicadas.

Neste dia auspicioso quis então o Instituto receber, em seu seio o Presidente da República, Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, para ser empossado como presidente de honra da corporação dos historiadores, aos quais por certo o supremo magistrado do país se prende (disse o presidente perpétuo do Instituto, embaixador Macedo Soares, no discurso pronunciado), por comungar no mesmo culto à pátria, por ele revelado através dos grandes e constantes serviços que presta ao país e que é o desvelo dos que escrevem a respeito da grandeza histórica, da honra, dos elevados sentimentos do povo a que pertencem.

Em 27 de agosto, o sócio José Pedro Leite Cordeiro veio de São Paulo para fazer uma erudita conferência, estudando a personalidade do grande geógrafo brasileiro, Alfredo Moreira Pinto.

Em 30 de setembro, o sócio Alcindo Sodré traçou o perfil de "Um médico da Monarquia: Dr. José Jobim"; e o sócio Christovam Leite de Castro, em explanação ampla, discursou naquele mesmo dia acerca de "Atividades geográficas brasileiras em 1946".

Não é a História apenas a sabedoria de alguns, mas também é cultura geral, a que se precisa trazer, para nela tomarem parte, todos que compõem a nação, constituindo assim um povo consciente de si. A história de uma nacionalidade vai, pois, em aumento, na consciência pública, com as comemorações, com a divulgação dos fatos, e com tudo que se assinalar através de todas as maneiras de expressão

humana, e para isso é que na ocasião do centenário de nascimento da princesa Isabel, o presidente do Instituto Histórico, embaixador José Carlos de Macedo Soares, a 2 de janeiro último, entregou ao Presidente da República a medalha, em que o artista Girardet modelou o vulto da Redentora dos escravos, oferecendo também a peça artística aos sócios do Instituto, e às instituições culturais brasileiras e estrangeiras.

Se assim começou o ano de 1947, ele se encerra, para este relatório, com significativa oferta do presidente do Instituto que, nos dias de comemoração do quarto centenário de Miguel Cervantes Saavedra, realizou na Academia Brasileira de Letras, uma conferência em elegante estilo, e em que trouxe uma explicação gentil mas a chamar a atenção para a marcada preferência do imortal escritor, célebre no mundo inteiro, pela sociedade e pela gente de Lisboa, pelo povo português. Neste Instituto se recolheu, pois, a impressão de que isso era a influência do meio mercantilista de Portugal de fato existente na obra e até nos sentimentos amorosos do escritor, que deixou, para o passado, a figura, os amores, o feito de homem medieval, estereotipados no vulto sem dúvida de grande estatura: D. Quixote de la Mancha.

Foram assim recolhidas à biblioteca do Instituto, que é grato pelo oferecimento, quatro edições da obra prima das letras espanholas:

— *Don Chisciotte Della Mancia* — Michele Cervantes — Traduzione di Ferdinando Carlesi — Casa Editrice Mondadori, 2 vols.

— *Don Quijote de la Mancha* — Miguel de Cervantes Saavedra — Tercera Edición — Editorial Sopena Argentina, S. R. L. — Buenos Aires.

— *Dom Quixote de la Mancha* — Miguel Cervantes Saavedra, n.º 5 — Editora Educação Nacional — Porto.

— *Dom Quijote de la Mancha* — Miguel Cervantes Saavedra — sétima edición — Espasa Calpe Argentina, Buenos Aires.

A Assembléa Geral, que se reuniu em 13 de maio de 1947, ficou excepcionalmente assinalada pela moção apresentada pelo sócio Pedro Calmon, que propunha sob os auspícios do Instituto Histórico, se reúna um congresso comemorando o quarto centenário da fundação da cidade da Bahia, berço de quem é hoje o brilhante orador do Instituto, mas berço da civilização brasileira. Não há data mais expressiva para buscar com os historiadores daqui e de além mar, tudo, o que disser respeito à época em que o Brasil se centraliza, começa a ter idéia de se governar, firma claramente interesses próprios, e se revela através da vida de cidade. Tratou o Instituto logo de resolver mal ouviu a proposta acolhida por aclamação. E deliberações imediatamente se tomaram. Uma comissão se constituiu, já reunida em 4 de agosto.

Passou-se a deliberar acerca de um programa de trabalhos, a que brilhantemente o sócio do Instituto Pedro Calmon deu forma.

Comemorando-se um feito sobremaneira expressivo, ficou então assentado o roteiro de assuntos de história geral referentes ao Brasil-Colônia, marcando-se entre os anos de 1500 a 1768 o período de que tratar. Quer dizer: tudo que concorreu para o desenvolvimento histórico a atingir o apogeu com o Governo Geral da Bahia, e a compreender depois como que uma transformação para uma inteira modificação própria do país, e que havia de se

prolongar até o fim do Governo Geral na cidade coeva. Um desenvolvimento uniforme da primeira capital brasileira; e depois uma transformação geral. Mas fica assim na retina de todos a imagem de uma época bem demarcada. E posta em plena luz. Mas uma vez demarcada a época, pode-se dizer que a curiosidade do historiador está em analisá-la, em perquirir a respeito dela, defini-la, conhecê-la propriamente: eis o que se almeja no futuro congresso.

Mas para isto se pede a contribuição de todos. A obra a fazer não pode de modo algum se comportar dentro d'este Instituto: é extensíssima. E' preciso que lhe tragam contribuição tôdas as instituições culturais do Brasil. Falem todos e todos auxiliem. Mas falem principalmente de todos os lugares na terra brasileira, interessadamente, que serão benvindos, por virem em pessoa, ou por enviarem colaboração, principalmente êsses historiadores muito significativos, grandes estudiosos retirados na sua cidade do interior, a respeito de cujo passado ninguém como êles para lhes narrar a história, êles, os historiadores por amor à terra, ao local em que vivem e para o qual vivem, os mestres muita vez esquecidos, mas desinteressados, eruditos sem que os desperte para o estudo a solicitação dos grandes meios, das grandes cidades, densos centros de cultura. Esses que de fato podem muito dizer.

E ainda mais é preciso que se faça: e para isso se levantou um grande apêlo, aquêlle de que se lembraram com olhos que vêm de longe, e quero me referir à necessária contribuição de Portugal. Pedro Calmon, nos centros cultos portugueses tão seus apreciadores, ao estar ali de passagem confiou já à amizade que lhe têm, o pedido de que colaborassem em uma obra histórica a se referir ao Brasil, mas na verdade também muito a Portugal. Quer-se de fato escrever um capítulo da história política e administrativa, ainda não assaz estudado para infelizmente dar ensejo a tantos mal-entendidos: mas Portugal e Brasil cada vez se entenderão melhor colaborando juntos no congresso de comemoração do quarto centenário da fundação da cidade do Salvador.

Já está assim pautado o que se deve fazer. O quadro já se traçou para fitarem nêle olhos atentos. Há de assim surgir muita particularidade no que se vir. O relêvo e a realidade de uma época de grandes ensinamentos gerais são entretanto de grande interesse quando nela a História Universal, depois de passar do Mediterrâneo para o mar do Norte, chega a pleno Oceano Atlântico. O mundo naquele tempo era a passagem, a transferência do europeu para a América que as nações européias disputam espalhando-se mundo afora: a história do Brasil é, pois um capítulo primordial a respeito dessa passagem. E não é só no versar estas questões gerais que se dirá quanto significa a nação brasileira. Mas outras particularidades se hão de encontrar no plano a que Pedro Calmon deu corpo, e que há de interessar tantos quantos dêle tiverem notícia.

Questões gerais se apontaram: mas não basta generalizar. Veio à luz a idéia de depois de se desdobrar de um modo geral o assunto num amplo quadro histórico da época passar aos seus aspectos particulares. Primeiramente linguagem se pode dizer que geral; mas depois outra então especializada para a particularização das questões colhidas no amplo panorama histórico: linguagem esta de muita precisão.

Assim não é, pois, se ficar no que se generalize. Não se deve avistar apenas a história sob o prisma do geral, atendendo-se, como por exemplo, ao que é geral como na história das instituições políticas e sociais de um povo.

Queira-se mais ainda. Particularize-se de lugar em lugar, para que as mesmas questões, os mesmos assuntos gerais sejam apontados aqui e ali, às vèzes com feição especial em cada cidade, e isso através de tôda extensão geográfica do Brasil. Esta visão das cousas, está então, na mente dos organizadores do futuro congresso de nossa História. E essa particularização, essa diferença dos fatos seguida de local em local, de região em região, de cidade em cidade, em que importa sejam tôdas do mesmo povo, é buscar, nas divergências, conhecimentos ao encaicho dos quais já partiram os historiadores de hoje.

Mas enquanto estão de novo velas destendidas já a se enfunarem rumo ao futuro, os olhos, nesta casa, não se despegam do passado. Um relancear de saudades, hoje se viu aqui de público, com que foram aparecendo os nomes de Júlio Afrânio Peixoto, Clemente Maria Brandenburger, Aníbal Veloso Rebelo, Eugênio Teixeira de Castro, Léo Stanton Rowe e José Honório Silgueiras. Todos mortos no espaço de um ano contados os dias, mas a deixarem tristezas da separação no quadro do Instituto, a que pertenceram cercados do aprêço e estima de todos, e em que tiveram relêvo na casa que dêles teve a colaboração que honra, eleva e estimula. Mas tudo vereis na síntese do conjunto harmonioso de destinos tão diferentes. Um é o brilho da pena quase que sem igual, a posição social ilustre, na política e no magistério, a feição viva de espírito e a amizade de todos, a inquietude da sagacidade de que se lembram sempre e de que ninguém há de se esquecer. Outro foi o recesso do estudioso tão recolhido às letras como à vida rural, que é preciso procurar, discreta, num recanto de Vassouras, a causar surpresa em quem até êles chegasse encontrando copiosa erudição a viver retirado, e a mostrar assim por que caminhos tão diversos vão os homens assinalados nos fastos da inteligência.

Mas estoutro já está a aparecer na vida pública ao lado de Joaquim Nabuco, que lhe votou para sempre grande amizade, e de Oliveira Lima, que deixou nas suas memórias a lembrança que guardava de seu espírito culto, ponderado, a se completar pelas qualidades de caráter. Por fim recluso em si mesmo ao se retirar aposentado da carreira de diplomata, dedica-se êle à pena, então o divertimento de quem se entretinha com o que traz na memória, e que faz deixasse como última produção vertida na sua linguagem elegante em que lavrou sentenças arbitrais, e divulgou nos institutos culturais das letras jurídicas, na Bélgica, o direito brasileiro em um francês escorrito: sim, deixasse uma *História das Literaturas Estrangeiras*, tecida com a finura de espírito haurido em Paris, onde viveu conhecendo o meio intelectual que cedo frequentou em rapaz, antes mesmo de encetar a carreira de diplomata. Era pois a França de Anatole, era então a Europa de Gabriel d'Annunzio a quem conheceu por intermédio de Luís Martins de Sousa Dantas, ontem embaixador em Paris e hoje nosso consócio, e uma das duas grandes amizades que teve em moço, desde os bancos de escola, e as duas grandes amizades que ainda conservava no fim da vida.

Tão elegante na conversa e distinto no trato, mereceu a amizade de D. Maria Amália Vaz de Carvalho, cuja casa frequentou assiduamente. Com Marnoco e Sousa, se corresponde. Isto então para lembrarmos-nos dêle quando em Portugal.

Depois Eugênio de Castro, nome em que muito hoje ouvireis falar, e que daqui do país sabíamos conhecido e com projeção no estrangeiro, e principalmente entre os histo-

riadores de Portugal. Ainda Léo Stanton Rowe, a quem a morte, com a surpresa de todos, veio retirar em momento tão grave de pósto tão marcado para nêle se fitarem os olhos do mundo inteiro. E finalmente Honório Silgueiras, com nomeada de historiador ilustre a se projetar fora de sua pátria, e a chegar ao Brasil acolhido como sócio honorário do Instituto. Uns após outros. Todos falecidos em um ano de vida do Instituto. Os lugares vagos. Eis então que chegam ao convívio da corporação, os eleitos na assembléia geral de 13 de maio: Afonso Costa, chamado para sócio efetivo, frei Basílio Rower, professor Haroldo Valadão e Afonso Bandeira de Melo, sócios honorários; Renato Almeida, sócio correspondente.

Assim o Instituto foi buscar na historiografia e nos estudos genealógicos, nas ciências e nas artes, os seus novos consócios, nomes de escritores especializados. Há quem lhe transponha a porta de entrada já a lhe trazer, revista e comentada, a obra de frei Jaboatão. No convento e nas letras jurídicas, encontrou o Instituto grandes nomes, um que reveja a história do Brasil refletida na vida dos religiosos franciscanos, outro que faça que a história pátria lance bases firmes na história do Direito, principalmente hoje que se sabe quanto as nações vivem e viveram do ar que respiram na atmosfera internacional para que se compreenda como a vida dos povos, das nações, das instituições, procede de algum modo dêsse ambiente mais amplo do qual já se diz que vem a estrutura do Direito na sua concatenação universal de normas, e da História na sua teoria de fatos.

A colonização, a demografia então oferece um grande nome que o Instituto fez seu, chamando ao seu convívio quem muito já contribuiu para as letras patrocinadas por esta mansão de historiadores.

Por fim as artes: a história da música hoje muito na pena de um escritor, novo sócio que o Instituto recebeu no seu seio.

Quis a vetusta sociedade ampliar horizontes. Neste particular caminhou como a sabedoria humana recomenda que se faça, compondo os conhecimentos dos homens num só conjunto, e lhes dando assim amplitude. Mas com isto se prossegue no que é a comunhão dos historiadores, a começar pelos vinte e sete nomes que encimam as vinte sete cadeiras, as primeiras em que se sentaram os fundadores desta casa, as vinte e sete inteligências que se reuniram e se perguntaram muito como escrever a História do Brasil. Sim: elegendo os sócios do Instituto com o critério com que continuam a ser selecionados, a uns lhes indicando o trabalho de escrever a história geral, mas querendo-se que estejam abeberados nessa história do país, os que se distinguem nas letras quer jurídicas, quer religiosas, aos outros pedindo estudos especiais de colonização e demografia, ou a critica: dêste modo o Instituto cumpre com a sua missão. Este critério sempre seguido é a resposta segura ao que ficou das vozes, primeiras que soram neste recinto, as vinte e sete que fundaram esta instituição e que na distância dos tempos ficam sempre lembradas a transparecerem no convívio de uma organização cultural de grande tradição no Brasil.

Uns chegam então à lareira em que arde a flama para se lhe reunirem em tórno. Estarão com os que aí já estavam levando avante o que já encontraram, e prosseguindo na obra dos que aí estiveram, numa substituição regular com que revive sempre uma corporação tradicional. Mas dos que se foram, por último deixando a confortadora convivência de estudos, acerca de cada um se ouvirá a primeira página de história, escrita logo depois que eles morreram para ser completa: ela é contudo, por sua vez, a história dêste Instituto, seguida ininterrupta, e narrada através da eloquência sincera e sempre esplêndida dos que falaram na qualidade de oradores desta instituição".



Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

NEVILLE B. CRAIG — *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré** — (Trad. do Sr. Moacir N. Vasconcelos). — Cia. Editôra Nacional — São Paulo, 1947.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tem história acidentada, que a singulariza entre as de mais curiosa crônica que há no mundo. Foi em 1852 que um oficial da Marinha norte-americana, o tenente Lardner Gibbon, sugeriu a construção daquela via-férrea, logrando, desde logo, interessar ilustres estadistas *yankees*, bem como, mais tarde, os governos do Brasil e da Bolívia. E, feitos os esforços e trabalhos constantes do presente volume, fundou-se, em Filadélfia, uma sociedade devedoras interessante: a "*Madeira and Mamoré Association*". Dela fazem parte os "componentes do grupo expedicionário que, em 1878, sob o patrocínio dos empreiteiros norte-americanos P. & T. Collins e Mackey, Scott & Co., foi ao Brasil com o propósito de construir uma estrada de ferro que contornasse as quedas e corredeiras do Alto Madeira, bem como o de estabelecer linhas de navegação mecânica a jusante e a montante dêsses entraves". Era uma rede mista de transportes, que se deveria ligar às linhas de navegação marítima existentes entre Nova York e os portos brasileiros, constituindo, assim, um poderoso e eficaz sistema internacional de tráfego. Que o projeto possuía enorme alcance econômico e político provam-no os fatos decorridos entre a data da incorporação da Companhia (1.º de março de 1871) e os nossos dias. Os sobreviventes da empreitada reuniram-se, em 1903, sendo cometido ao Sr. Neville B. Craig o

encargo de escrever a história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um quarto de século depois de terem lutado, em inóspitas regiões sul-americanas, em prol daquêle importante melhoramento. "Os bons resultados de certas emprêsas — escreve o autor do volume — derivam, freqüentemente, antes do ilimitado dos recursos do que da competência e da experiência de seus executores". No capítulo a que chamou "As origens da emprêsa", o Sr. Craig evoca a situação da Bolívia antes do final da guerra com o Chile, em 1882: ela possuía uma área total de 1 544 124 quilômetros quadrados, inclusive o Território do Chaco, cuja posse lhe disputavam, simultaneamente, a Argentina e o Paraguai. A população orçava-se em 2 500 000 almas — sendo, desta cifra, a metade constituída de selvagens e índios catequizados. O país é riquíssimo em recursos minerais, tendo ficado famosas as suas minas, ao tempo da colonização espanhola, possui enormes depósitos de ouro, prata, cobre, estanho, chumbo, mercúrio, etc. Só as minas de Potosi, desde seu descobrimento, em 1546, até o ano de 1864, produziram a incrível soma de 5 839 798 000,00. Foi, como se disse, um tenente da Marinha americana, Lardner Gibbon, que sugeriu a exploração completa da rota que, partindo da Bolívia, vem ter ao Pará, através dos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas. Em 1851, os tenentes Hernon e Gibbon receberam ordens do ministro da Marinha norte-americana para seguir da costa do Peru, por terra, e explorar os principais cursos fluviais que ligam o interior da Bolívia e do Brasil ao litoral. O tenente Gibbon verificou que uma série de 19 cachoeiras e corredeiras, prolongando-se de Guajará-Mirim a Santo Antônio, cons-

* Registo divulgado recentemente no *Jornal do Comércio*.

tituiam o único obstáculo à navegação fluvial entre Vinchuta, na Bolívia (vias rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas) e o pórtio de Belém do Pará, num percurso de 3 600 quilômetros, para vencer êsse obstáculo natural, preconizava o tenente Gibbon a construção de uma rodovia entre Santo Antônio e Guajará-Mirim, à margem direita do Madeira e do Mamoré, em território brasileiro. Era mais ou menos, o traçado da atual Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Acreditava o tenente Gibbon que, atalhando por uma curva do rio, a extensão total da estrada não iria além de 290 quilômetros e que, feita a navegação de vapor nos rios enumerados, se poderiam levar, da Europa ou da América do Norte, os mais diversos artigos até o coração da Bolívia. Em 1867, a serviço do governo do Brasil, o engenheiro alemão Franz Keller e seu filho examinaram os trechos obstruídos dos rios Madeira e Mamoré. Êsse engenheiro calculou que, por 900 contos de réis, se poderiam construir planos inclinados, em torno das grandes corredeiras, pelos quais se rebocariam os navios; que o rio poderia ser canalizado mediante um dispêndio de 21 000 contos; que, por 9 000 contos de réis, se construiria uma estrada de ferro que contornasse os obstáculos, e que, finalmente, por 5 700 contos, se poderia construir uma rodovia macadamizada com 6 metros de largura. Como providência preliminar à realização dêsses e de outros planos, o Brasil e a Bolívia concluíram, em 1867, um "Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação". Nesse mesmo ano, enviou a Bolívia uma missão aos Estados Unidos a fim de procurar engenheiros que quisessem encarregar-se de abrir a estrada Madeira-Mamoré. Em Nova York, o chefe da missão, provido de cartas do presidente Juárez, do México, procurou o coronel George Farl Church, descendente de um dos famosos viajantes do "Mayflower", e engenheiro famoso por conhecer profundamente muitas regiões da América Latina. O coronel Church, depois de várias sondagens nos meios bancários norte-americanos, convenceu-se de que era impossível conseguir os fundos para a construção da estrada se o governo da Bolívia os não garantisse. A concessão foi dada em 20 de abril de 1870, devendo a empresa chamar-se "*Madeira and Mamoré Railway*", outorgando-se ao coronel Church, por 50 anos, o "direito de cons-

truir, pagar e possuir" a referida estrada. Na mesma época, organizou-se a *National Bolivian Navigation Company*, sendo presidente da empresa o mesmo George Farl Church. Ao chegar à Inglaterra, a fim de pleitear fundos para as referidas companhias, encontrou o coronel Church os mercados financeiros grandemente retraídos, em consequência da guerra franco-prussiana. Foram enormes os obstáculos que se depararam a Church para levar por diante seu empreendimento. "Tais dificuldades — diz o autor — bastariam para desanimar qualquer indivíduo comum; entretanto, a mesma habilidade, coragem e confiança própria que distinguem seus antepassados, os peregrinos, robusteciam a fibra do coronel Church, seu digno descendente. Aquela mesma energia pertinaz, vontade indomável e inflexível decisão que havia manifestado quando ainda menino, em sua pátria, depois, sucessivamente, nos pampas argentinos, durante os dias negros da Guerra da Secessão e, finalmente, nas montanhas e planuras mexicanas, caracterizaram seu procedimento através de tôdas as dificuldades que teve de enfrentar mais tarde. A 1 de março de 1871 foi incorporada a Madeira-Mamoré, Ltd., ficando o coronel Church na presidência e o Sr. George Hopkins como engenheiro-chefe. Essa Companhia comprou ao coronel Church a concessão brasileira por 20 000 libras em dinheiro. As representações que fez ao governo boliviano tiveram como resultado o restabelecimento das relações diplomáticas entre a Bolívia e a Inglaterra. Com recursos seus, particulares, liquidou por 8 000 libras a famosa questão entre o governo boliviano e Peto Betts & Co. Por meio de artigos publicados em jornais e revistas, tornou conhecida a grande riqueza natural do país e a necessidade de se conseguir escoamento conveniente para o seu comércio. Expôs a sua posição financeira aos grandes banqueiros de Paris, Bruxelas, Amsterdam e, finalmente, a Erlanger & Co., de Londres e Paris" — Foram assinados contratos, em Paris, com a firma Erlanger & Co., e com a Works Construction Company, em maio de 1871, dos quais constavam a emissão de um empréstimo por Erlanger & Co., aplicação do seu produto, contrato para a construção da Madeira-Mamoré, etc. Chegando à Bolívia, o coronel Church deu início aos trabalhos preparatórios da construção, o que faz o Sr. Neville B. Craig, autor

do livro, escrever com propriedade: "Não obstante todos os infortúnios que subsequente se desencadearam sobre esse empreendimento ousado, pôde-se com toda segurança predizer que esse acontecimento notável, simples e longínquo, será, um dia considerado como o marco inicial de uma nova era de história americana". Em 1872, veio ao Rio o coronel Church a fim de resolver dificuldades ligadas ao transporte de carga ao longo dos rios Madeira e Mamoré, bem como para conseguir colaboração estreita entre o governo brasileiro e os empreiteiros. Em 1873, porém, um ano e dias após a chegada à Bolívia, dos engenheiros da Public Works Construction Co., esta empresa, tendo verificado que as dificuldades eram maiores do que as que se espe-

ravam, repudiou o contrato e deu entrada, em Juízo, de um requerimento de rescisão do mesmo... Começam aí as terríveis dificuldades encontradas, no campo das realizações práticas, pelo coronel Church, cuja tèmpera não se amolgou, porém, em face delas. Em sucessivos e empolgantes capítulos, o Sr. Neville B. Craig dá-nos conta dessas dificuldades e dos verdadeiros desastres enfrentados pelos primeiros construtores da Madeira-Mamoré.

O nome do nosso país surge, muitas vezes, no decurso destas páginas, sendo de notar o empenho que sempre nelas aparece, por parte do nosso governo, tendente a ver concluída a célebre via-férrea — um dos empreendimentos mais ousados e mais trabalhosos da história da civilização.

 **AOS EDITORES:** Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

The Geographical Review

Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes I a V

(LETRAS K a M)

- KAMBAN, GODMUNDER, — *Modern Iceland* (5 pontos) — *In the Geographical Review* — vol. V — march, 1918 — n.º 3 — pages 195-207.
- KEIR, MALCOLM — *Some Influences of the Sea Upon the Industries of New England* — *In the Geographical Review* — vol. V — may, 1918 — n.º 5 — pages 399-404.
- KEYES, CHARLES R. — *The Hanging Gardens of the Mesa de May* — (1 map, 4 photos) — *In the Geographical Review* — vol. VIII — september, 1919 — n.º 3 — pages 145-153.
- KINDLE, E. M. — *Arrival and Departure of Winter Conditions in the Mackenzie River Basin* (1 map, 5 photos) — *In the Geographical Review* — vol. X — december, 1920 — n.º 6 — pages, 388-399.
— *Mackenzie River Driftwood* (3 photos) — *In the Geographical Review* — vol. XI — january, 1921 — n.º 1 — pages 50-53.
- KNAPP, PHILIP COOMBS — *Crete and Atlantis* — *In the Geographical Review* — vol. VIII — august, 1919 — n.º 2 — pages 126-129.
- KOCH, LAUGE — *Scientific Results of the Second Thule Expedition to Northern Greenland, 1916-1918* — III — *Geographical Positions* — *In Summary of Geological Results* — *In the Geographical Review* — vol. VIII — september, 1919 — n.º 3 — pages 186-187.
- KREHBIEL, EDWARD — *Geographic Influences in British Elections* (2 text maps, 1 map in color and key as inserts) — *In the Geographical Review* — vol. II — december, 1916 — n.º 6, pages, 419-432.
- LAUFER, BERTHOLD — *The Nichols Mo-So Manuscript* (4 ills.) — *In the Geographical Review* — vol. I — — april, 1916 — n.º 4 — pages, 274-285.
- LEE, WILLIS, T. — *Airplanes and Geography* (2 maps, 10 photos) — *In the Geographical Review* — vol. X — november, 1920 — pages 310-325.
— *The Raton Mesas of New Mexico and Colorado* (1 map, 12 photos) — *In the Geographical Review* — vol. XI — july, 1921 — n.º 3 — pages 384-397.
- LE MESSURIER, H. W. — *The Early Relations between Newfoundland and the Channel Islands* (1 map) — *In the Geographical Review* — vol. II — december, 1916 — n.º 6 — pages 449-457.
- LOBECK, A. K. — *The Position of the New England Peneplane in the White Mountain Region* (1 map, 4 diags., on one insert, 3 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — january, 1917 — n.º 1 — pages 53-60.
- MACDOUGAL, D. T. — *Mexico. The Frontier Region of: Notes to Accompany a Map of the Frontier* (1 text-map, 1 insert map in color, 4 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — january, 1917 — n.º 1 — pages 16-27.
— *A Decade of the Salton Sea* (1 map, 7 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — june, 1917 — n.º 6 — pages 457-473.
- MARINELLI, OLINTO — *Etnographic Map of the Frontier Zone of Northern Italy* — 1:1 500 000, Pl. III — opp p. 144 — *In the Geographical Review* — vol. VII — march, 1919 — n.º 3 — pages 144.

- *The Regions of Mixed Population in Northern Italy* (1 insert map in color) — *In the Geographical Review* vol. VII — march, 1919 — n.º 3 — pages 129-148.
- MARMER, H. A. — *Tide Tables* (1 diagr., 1 photo) — *In the Geographical Review* vol. XI — july, 1921 — n.º 3 — pages 406-413.
- MARTONNE, EMMANUEL DE — *The Carpathians: Physiographic. Features Controlling Human Geography* (3 text-maps, 1 insert map in color, 3 diagr., 10 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — june, 1917 — n.º 6 — pages 417-437.
- McADIE, ALEXANDER — *Aerography The Science of the Structure of the Atmosphere* (1 diagr., 4 photos) — *In the Geographical Review* — vol. I — april, 1916 — n.º 4 — pages 266-273.
— *Saving the Crops from Injury by Frost* (6 photos) — *In the Geographical Review* — vol. IV — november, 1917 — n.º 5 — pages 351-358.
— *Wandering Storms* (3 maps) — *In the Geographical Review* — vol. X — july, 1920 — n.º 1 — pages 37-41.
- McBRIDE, GEORGE McCUTCHEON — *Cotton Growing in South America* (1 map, 4 photos) — *In the Geographical Review* — vol. IX — february, 1920 — n.º 1 — pages 35-50.
— *The Galapagos Islands* (1 map) — *In Geographical Review* — vol. VI — september, 1918 — n.º 3 — pages 299-239.
- McMAHON, THOMAS J. — *The Pearl Fishers of Torres Straits Islands* (2 photos) — *In the Geographical Review* — vol. X — september, 1920 — n.º 3 — pages 182-184.
- MEANS, PHILIP AINSWORTH — *A Note on the Guarani Invasions of the Inca Empire* — *In the Geographical Review* — vol. IV — december, 1917 — n.º 6 — pages 482-484.
- MECKING, LUDWIG — *New Bathymetrical Charts of the Oceans* — *In the Geographical Review* — vol. I — march, 1916 — n.º 3 — page 213.
- MILLER, G. J. — *The National Council of Geography Teachers* (1 map) — *In the Geographical Review* — vol. I — may, 1916 — n.º 5 — pages 363-365.
- MILLER, LEO E. — *The Descent of the Rio Gy-Paraná* — *In the Geographical Review* — vol. I march, 1916 — n.º 3 — pages 169-191 — (1 map, 8 photos).
— *Up the Orinoco to the Land of the Maquiritares* (1 map, 9 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — april, 1917 — n.º 4 — pages 258-277.
— *The Yuracaré Indians of Eastern Bolivia* (7 photos) — *In the Geographical Review* — vol. IV — december, 1917 — n.º 6 — pages 450-464.
— *The Land of the Maquiritares (Upper Orinoco)* (9 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — may, 1917 — n.º 5 — pages 356-374.
— *Across the Bolivian Highlands from Cochabamba to the Chaparé* (9 photos) — *In the Geographical Review* — vol. IV — october, 1917 — n.º 4 — pages, 267-283.
- MJÖBERG ERIC — *A Proposed Aerial Expedition for the Exploration of the Unknown Interior of the Guinea* (2 maps, 11 photos) — *In the Geographical Review* — vol. II — february, 1917 — n.º 2 — pages 89-106.
- MOFFIT, FRED H. — *A Method of Aerophotographic Mapping* (3 diagr., 7 photos) — *In the Geographical Review* — vol. X — november, 1920 — n.º 4 — pages 326-338.
- MORRIS, E. P. — *Along the Maine Coast* (reprint) — *In the Geographical Review* — vol. II — november, 1916 — n.º 5 — pages 325-333.

- *The Regions of Mixed Population in Northern Italy* (1 insert map in color) — *In the Geographical Review* vol. VII — march, 1919 — n.º 3 — pages 129-148.
- MARMER, H. A. — *Tide Tables* (1 diagr., 1 photo) — *In the Geographical Review* vol. XI — july, 1921 — n.º 3 — pages 406-413.
- MARTONNE, EMMANUEL DE — *The Carpathians: Physiographic. Features Controlling Human Geography* (3 text-maps, 1 insert map in color, 3 diags., 10 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — june, 1917 — n.º 6 — pages 417-437.
- McADIE, ALEXANDER — *Aerography The Science of the Structure of the Atmosphere* (1 diagr., 4 photos) — *In the Geographical Review* — vol. I — april, 1916 — n.º 4 — pages 266-273.
- *Saving the Crops from Injury by Frost* (6 photos) — *In the Geographical Review* — vol. IV — november, 1917 — n.º 5 — pages 351-358.
- *Wandering Storms* (3 maps) — *In the Geographical Review* — vol. X — july, 1920 — n.º 1 — pages 37-41.
- McBRIDE, GEORGE McCUTCHEON — *Cotton Growing in South America* (1 map, 4 photos) — *In the Geographical Review* — vol. IX — february, 1920 — n.º 1 — pages 35-50.
- *The Galapagos Islands* (1 map) — *In Geographical Review* — vol. VI — september, 1918 — n.º 3 — pages 299-239.
- McMAHON, THOMAS J. — *The Pearl Fishers of Torres Straits Islands* (2 photos) — *In the Geographical Review* — vol. X — september, 1920 — n.º 3 — pages 182-184.
- MEANS, PHILIP AINSWORTH — *A Note on the Guarani Invasions of the Inca Empire* — *In the Geographical Review* — vol. IV — december, 1917 — n.º 6 — pages 482-484.
- MECKING, LUDWIG — *New Bathymetrical Charts of the Oceans* — *In the Geographical Review* — vol. I — march, 1916 — n.º 3 — page 213.
- MILLER, G. J. — *The National Council of Geography Teachers* (1 map) — *In the Geographical Review* — vol. I — may, 1916 — n.º 5 — pages 363-365.
- MILLER, LEO E. — *The Descent of the Rio Gy-Paraná* — *In the Geographical Review* — vol. I march, 1916 — n.º 3 — pages 169-191 — (1 map, 8 photos).
- *Up the Orinoco to the Land of the Maquiritares* (1 map, 9 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — april, 1917 — n.º 4 — pages 258-277.
- *The Yuracaré Indians of Eastern Bolivia* (7 photos) — *In the Geographical Review* — vol. IV — december, 1917 — n.º 6 — pages 450-464.
- *The Land of the Maquiritares (Upper Orinoco)* (9 photos) — *In the Geographical Review* — vol. III — may, 1917 — n.º 5 — pages 356-374.
- *Across the Bolivian Highlands from Cochabamba to the Chaparé* (9 photos) — *In the Geographical Review* — vol. IV — october, 1917 — n.º 4 — pages, 267-283.
- MJÖBERG ERIC — *A Proposed Aerial Expedition for the Exploration of the Unknown Interior of the Guinea* (2 maps, 11 photos) — *In the Geographical Review* — vol. II — february, 1917 — n.º 2 — pages 89-106.
- MOFFIT, FRED H. — *A Method of Aerophotographic Mapping* (3 diags., 7 photos) — *In the Geographical Review* — vol. X — november, 1920 — n.º 4 — pages 326-338.
- MORRIS, E. P. — *Along the Maine Coast* (reprint) — *In the Geographical Review* — vol. II — november, 1916 — n.º 5 — pages 325-333.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185

(LETRAS N a Q)

- Nabuco (José)* — O Sr... oferta ao Instituto: o livro *O Abolicionismo*, da autoria de seu ilustre pai, Joaquim Nabuco — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 353.
- Nabuco (Maurício)* — Oferta do Sr... ao Instituto — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 428.
- Nabuco (Joaquim)* — O Brasil e o Imperador — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 831-834.
- Neves (Berilo)* — A missão do Imperador — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 690-695.
- Newman (Alberto Carlos)* — Oferta cinco volumes da *História do Brasil*, do saudoso e ilustre membro do Instituto, Rocha Pombo — 1936 — vol. 171 — pág. 275.
- Norival Soares de Sousa* — Ver — Sousa (Norival Soares de).
- Oliveira (Raul Régis de)* — Relatório do Sr... sobre o VI Congresso Internacional de Ciências Históricas, reunido em Oslo de 14 a 21 de agosto de 1928 — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 495-504.
Papéis referentes ao Comitê Internacional de Ciências Históricas — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 514-537.
- Oliveira (Albino José Barbosa de)* — Memórias de um magistrado do império — 1944 — vol. 182 — págs. 169-171.
- Oliveira (Botelho de)* — "Hay amigo para amigo" (Comédia de) — 1923 — vol. 165 — págs. 473-582.
- Oliveira (José Manuel Cardoso de)* — Palavras sobre Pedro Américo — 1943 — vol. 181 — págs. 133-134.
- Orosman Vasques Ledesma* — Ver — Ledesma (Orosman Vasques).
- Otávio da Silva Costa* — Ver — Costa (Otávio da Silva).
- Otávio Pereira de Sousa* — Ver — Sousa (Otávio Pereira de).
- Otávio Tarquínio de Sousa* — Ver — Sousa (Otávio Tarquínio de).
- Otto Quelle* — Ver — Quelle (Otto).
- Pacheco (Félix)* — Discurso do Sr... sobre a Liga das Nações — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 381-392.
O Sr... oferece ao Instituto o retrato de Dom Justo José Urquiza — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 434.
- Pais Leme* — Ver — Leme (Pedro Bueno Pais).
- Paiva (Ataulfo de)* — Telegrama do Sr... agradecendo ao Instituto ter cedido uma sala para reunião do Congresso Ferroviário — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 352.
- Palma (Ricardo)* — O Sertão Carioca — 1933 (1.º) — vol. 167 — págs. 11-15.
- Paranhos Júnior (José Maria da Silva) (Barão do Rio Branco)* — O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo — 1943 — vol. 178 — págs. 167-187.
- Parseau (Du Plessis)* — Expedição Francesa contra o Rio de Janeiro em 1711 — 1941 — vol. 176 — págs. 89-187.
- Paulino José Soares de Sousa Neto* — Ver — Sousa Neto (Paulino José Soares de).
- Paulo Alexandre de Werttenberg* — Ver — Werttenberg (Paulo Alexandre de).
- Pedro Bueno Pais Leme* — Ver — Leme (Pedro Bueno Pais).
- Peixoto (Afrânio)* — Discurso em sessão comemorativa do quinquagésimo aniversário da admissão como sócio efetivo, do Sr. Ramiz Galvão — 1922 — vol. 146 — t. 92 — págs. 492-505.

- Conferência de... sôbre o centenário da terminação das lutas da Independência na Bahia — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 535-553.
- Conferência do Sr... sôbre Leituras Camonianas — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 320-342.
- “Southey e a História do Brasil” — 1943 — vol. 181 — págs. 87-100.
- História e Geografia da Guanabara (do Noticiário) — 1944 (3.º tri.) — vol. 184 — pág. 257.
- Penafiel (Carlos)* — Parecer do Sr... relativo aos nomes geográficos nacionais e estrangeiros — 1929 — vol. 160 — págs. 106-342-347.
- Peña (Manuel Pedro da)* — Cartas de... dirigidas ao seu sobrinho Francisco Solano López — 1931 — vol. 164 — pág. 405.
- Cartas a seu sobrinho Francisco Solano López — 1932 — vol. 165 — págs. 331-464.
- Pessoa (Epitácio)* — Opinião sôbre Dom Pedro II — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 519.
- A Justiça de Deus na voz da história — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 9-10.
- Parecer da comissão, sôbre a remodelação do quadro social — 1931 — vol. 164 — pág. 435.
- Pimenta (Joaquim)* — Dom Pedro II, o Magnânimo — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 904-906.
- Pinho (José Wanderley de Araújo)* — Dom Pedro II e Cotejipe — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 262-290.
- A Política no Império — Homens e Fatos — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 59-222.
- A infância e mocidade de Saraiva — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 61-108.
- O incidente Caxias e a queda de Zacarias em 1868 — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 109-179.
- Queda do Gabinete Itaboraí — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 180-222.
- Conferência sôbre Anchieta na Bahia e a Bahia no tempo de Anchieta — 1933 — vol. 168 — pág. 734.
- Litígio de Tacna e Arica — 1934 — vol. 169 — págs. 292-298.
- Discurso a propósito do armistício paraguaio-boliviano — 1935 — vol. 170 — págs. 273-279.
- Conferência sôbre Carlos Frederico Lecor (visconde da Laguna) — 1936 — vol. 171 — págs. 342-364.
- Homenagem prestada à memória de Afonso Celso, em sessão de 11 de agosto de 1938 — 1938 — vol. 173 — págs. 773-777.
- Parecer sôbre a Maratona Intelectual — 1938 — vol. 173 — págs. 783-784.
- Aprovação do parecer do Sr... sôbre a Maratona Intelectual — 1938 — vol. 173 — págs. 796-797.
- Oferece o arquivo do barão de Cotejipe ao Instituto — 1944 (4.º tri.) — vol. 185 — pág. 278.
- Conferência sôbre Tavares Bastos — 1939 — vol. 174 — págs. 717-741.
- Uma escolha senatorial no fim da monarquia — 1944 (4.º tri.) — vol. 185 — págs. 187-212.
- Conferência sôbre o visconde de Taunay — 1943 — vol. 181 — págs. 5-43.
- Pinto (Edgar Roquette)* — Conferência do Sr... sôbre frei Leandro do Sacramento — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 348-363.
- Prefácio do *Sertão Carioca* — 1933 (1.º) — vol. 167 — págs. 7-9.
- Pinto (Sérgio Pizarro Andrade)* — Doou ao Instituto uma coleção de porcelanas, cristais e outros objetos que pertenceram à casa imperial do Brasil — 1933 — vol. 168 — pág. 736.
- Pinto (Francisco José) General* — Discurso em homenagem à Embaixada Cultural de Portugal — 1941 — vol. 176 — págs. 415-418.
- Plínio Barreto* — Ver — Barreto (Plínio).
- Polião (Luís Marques)* — Ordens honoríficas do Brasil — 1944 — vol. 182 — págs. 168-169.
- Pombo (José Francisco da Rocha)* — O homem público e os problemas — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 217-224.
- Pôrto Alegre (Manuel de Araújo) (Barão de Santo Angelo)* — Apon-tamento sôbre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade das belas-artistas no Rio de Janeiro — 1932 (2.º) — vol. 166 — págs. 605-611.
- Pôrto da Silveira* — Ver — Silveira (Pôrto da).
- Prata (Alaor)* — Discurso ao inaugurar-se a estátua de Dom Pedro II na Quinta da Boa Vista — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 543-545.
- Discurso do Sr... na inauguração da estátua de Dom Pedro II — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 1023-1030.
- Quelle (Otto)* — Viagens de estudo na Bahia, pelo professor... — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 7-28.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário das leis e decretos publicados no período de 11 de julho a 10 de agosto de 1947

Leis

- Lei n.º 44, de 4 de julho de 1947** — “Estabelece uma época especial de exames na Escola Naval, para o corrente ano”.
“Diário Oficial” de 11-7-947.
- Lei n.º 45, de 9 de julho de 1947** — “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 14 543 120,00, para atender a despesas com melhoramentos e aparelhamento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina”.
“Diário Oficial” de 12-7-947.
- Lei n.º 46, de 21 de julho de 1947** — “Autoriza a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, a abrir o crédito de Cr\$ 1 500 000,00 para atender a despesas de pessoal e material”.
“Diário Oficial” de 28-7-947.
- Lei n.º 47, de 23 de julho de 1947** — “Extingue a 2.ª Coletoria Federal de Itapicuru, no Estado da Bahia, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 30-7-947.
- Lei n.º 48, de 26 de julho de 1947** — “Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2 238 217,00 para pagamento de dívidas relacionadas”.
“Diário Oficial” de 30-7-947.
- Lei n.º 49, de 26 de julho de 1947** — “Autoriza o Poder Executivo a permitir a venda de selos federais pelas agências postais telegráficas, onde não houver Coletoria de Rendas Federais”.
“Diário Oficial” de 30-7-947.
- Lei n.º 50, de 26 de julho de 1947** — “Modifica a exigência do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 8 760, de 21 de janeiro de 1946, para o ingresso dos subtenentes no Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército”.
“Diário Oficial” de 1-8-947.
- Lei n.º 51, de 26 de julho de 1947** — “Faculta a transferência de aspirantes do 1.º ano do Curso Suplementar da Armada, da Escola Naval, para os de Intendentes e Fuzileiros Navais”.
“Diário Oficial” de 1-8-947.
- Lei n.º 52, de 30 de julho de 1947** — “Prorroga a vigência da Lei n.º 8, de 1946”.
“Diário Oficial” de 30-7-947.
- Lei n.º 53, de 30 de julho de 1947** — “Concede auxílio à Fundação Abrigo Cristo Redentor”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Lei n.º 54, de 1 de agosto de 1947** — “Eleva o padrão de vencimento do cargo de Auxiliar de Autópsia, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.
“Diário Oficial” de 7-8-947.
- Lei n.º 55, de 1 de agosto de 1947** — “Concede isenção de direitos e demais taxas aduaneiras”.
“Diário Oficial” de 8-8-947.
- Lei n.º 56, de 6 de agosto de 1947** — “Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr. 300 000,00 destinado às despesas com o transporte do arquivo da Casa Imperial”.
“Diário Oficial” de 6-8-947.

Decretos

- Decreto n.º 20 391, de 14 de janeiro de 1946** — “Dispõe sobre as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar, de Extranumerário-Mensalista do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola do Ministério da Agricultura”.
“Diário Oficial” de 16-7-947.
- Decreto n.º 21 836, de 10 de setembro de 1946** — “Concede à Sociedade Navegação Sannacastro Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.
“Diário Oficial” de 19-7-947.
- Decreto n.º 22 386, de 31 de dezembro de 1946** — “Institui parte das Tabelas Numéricas de Extranumerário-Mensalista de repartições do Ministério da Viação e Obras Públicas”.
“Diário Oficial” de 31-7-947.
- Decreto n.º 22 733, de 5 de março de 1947** — “Autoriza o Ginásio Santa Teresa, com

- sede em São Luís, Estado do Maranhão, a funcionar como colégio".
"Diário Oficial" de 1-8-947.
- Decreto n.º 22 821, de 28 de março de 1947** —
"Retifica o artigo 1.º do Decreto n.º 16 411, de 23 de agosto de 1944".
"Diário Oficial" de 21-7-947.
- Decreto n.º 23 039, de 19 de maio de 1947** —
"Concede à Sociedade de Navegação e Alvarengagem de Ilhéus, Limitada, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940".
"Diário Oficial" de 15-7-947.
- Decreto n.º 23 148, de 2 de junho de 1947** —
"Concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginasial do Ginásio São José, de Pelotas".
"Diário Oficial" de 21-7-947.
- Decreto n.º 23 175, de 9 de junho de 1947** —
"Autoriza a Fôrça e Luz de Irati Ltda. a ampliar suas instalações de produção, transformação e transmissão de energia elétrica".
"Diário Oficial" de 6-8-947.
- Decreto n.º 23 183, de 10 de junho de 1947** —
"Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Nacional, para estabelecer uma estação radiodifusora".
"Diário Oficial" de 31-7-947.
- Decreto n.º 23 185, de 10 de julho de 1947** —
"Outorga concessão à Rádio Presidente Venceslau Ltda. para estabelecer, na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo, uma estação radiodifusora".
"Diário Oficial" de 8-8-947.
- Decreto n.º 23 232, de 23 de junho de 1947** —
"Declara de utilidade pública, diversas áreas de terra necessárias ao estabelecimento da linha de transmissão entre a sub-estação de Taubaté, em Campinas, e a rede distribuidora de Campinas, objeto do Decreto n.º 18 886, de 15 de junho de 1945, em favor da Companhia Campineira de Tração, Luz e Fôrça e autoriza a desapropriá-las".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 265, de 30 de junho de 1947** —
"Aprova o Regulamento para a XIII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, a realizar-se na capital do Estado de Minas Gerais, no corrente ano".
"Diário Oficial" de 16-7-947.
- Decreto n.º 23 269, de 1 de julho de 1947** —
"Outorga concessão à Rádio Industrial de Juiz de Fora Ltda., para estabelecer na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, uma estação radiodifusora".
"Diário Oficial" de 12-7-947.
- Decreto n.º 23 271, de 2 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão iugoslavo Vlademir Kauric a comprar pedras preciosas".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 275, de 7 de julho de 1947** —
"Concede reconhecimento ao curso de arquitetura da Faculdade de Arquitetura Mackenzie".
"Diário Oficial" de 16-7-947.
- Decreto n.º 23 279, de 7 de julho de 1947** —
"Declara de utilidade pública uma área de terra necessária ao estabelecimento das instalações referentes ao aproveitamento hidroelétrico do Areal, conforme Decreto-lei n.º 7 469, de 17 de abril de 1945, em favor da Companhia Brasileira de Energia Elétrica S. A. e autoriza a desapropriá-la".
"Diário Oficial" de 14-7-947.
- Decreto n.º 23 283, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Cristóvão Neumann a pesquisar conchas calcáreas na ilha de Sepetiba, Distrito Federal".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 284, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Sílvio Antônio Dallagrana a pesquisar caulim e associados no município de Campo Largo, Estado do Paraná".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 285, de 8 de julho de 1947** —
"Concede à Empresa Industrial de Matérias Primas Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração".
"Diário Oficial" de 15-7-947.
- Decreto n.º 23 287, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Brendan Buckley a pesquisar quartzo, feldspato e associados no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 288, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Cerello a pesquisar areia refratária, caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 289, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Santos a pesquisar areia silicosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 291, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Elias Neves dos Santos a pesquisar lamas sulfurosas em Santa Cruz, Distrito Federal".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 292, de 8 de julho de 1947** —
"Concede autorização para funcionar, como empresa de energia elétrica à Companhia Hidroelétrica Aguas Negras".
"Diário Oficial" de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 293, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro João Evaristo Trevisan a pesquisar areia e associados no município de Imbuial, Estado do Paraná".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 294, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Aristides Coelho dos Santos a pesquisar cassiterita

- e associados no município de Resende Costa, Estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 295, de 8 de julho de 1947** —
"Renova o Decreto n.º 18 499, de 27 de abril de 1947".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 296, de 8 de julho de 1947** —
"Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre a cidade de Machado e o local da cachoeira do Poço Fundo, no rio Machado, Estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 16-7-947.
- Decreto n.º 23 309, de 21 de julho de 1947** —
"Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao estabelecimento das instalações relativas ao aproveitamento hidroelétrico de Areal, cuja concessão foi outorgada à Companhia Brasileira de Energia Elétrica S. A., pelo Decreto-lei n.º 7 469, de 17 de abril de 1945, e autoriza a referida Companhia a desapropriá-las".
"Diário Oficial" de 30-7-947.
- Decreto n.º 23 316, de 8 de julho de 1947** —
"Aprova projetos e orçamentos para reforma da estação de Recife, na linha Oeste da rede arrendada à The Great Western of Brazil Railway Company Ltda.".
"Diário Oficial" de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 317, de 9 de julho de 1947** —
"Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado do Pará".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 318, de 9 de julho de 1947** —
"Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 319, de 9 de julho de 1947** —
"Autoriza a firma Schonker & Zweig a comprar pedras preciosas".
"Diário Oficial" de 15-7-947.
- Decreto n.º 23 320, de 11 de julho de 1947** —
"Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1 500 000.00, para despesas com o Tribunal Federal de Recursos".
"Diário Oficial" de 11-7-947.
- Decreto n.º 23 321, de 11 de julho de 1947** —
"Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado de Alagoas".
"Diário Oficial" de 14-7-947.
- Decreto n.º 23 322, de 1 de julho de 1947** —
"Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Base Aérea de Natal, da 2.ª Zona Aérea, do Ministério da Aeronáutica".
"Diário Oficial" de 14-7-947.
- Decreto n.º 23 323, de 11 de julho de 1947** —
"Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio São Paulo S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora".
"Diário Oficial" de 23-7-947.
- Decreto n.º 23 324, de 14 de julho de 1947** —
"Autoriza o funcionamento de cursos da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 16-7-947.
- Decreto n.º 23 325, de 14 de julho de 1947** —
"Suprime cargo provisório".
"Diário Oficial" de 16-7-947.
- Decreto n.º 23 326, de 14 de julho de 1947** —
"Declara de utilidade pública para desapropriação, o terreno que menciona, situado no bairro do Tirol, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte".
"Diário Oficial" de 16-7-947.
- Decreto n.º 23 328, de 14 de julho de 1947** —
"Autoriza The Great Western of Brazil Railway Company, Limited, a construir em Albuquerque Né as casas a que se refere o Decreto n.º 21 150, de 22 de maio de 1946".
"Diário Oficial" de 16-7-947.
- Decreto n.º 23 329, de 14 de julho de 1947** —
"Transfere função da Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista de repartição do Ministério da Agricultura".
"Diário Oficial" de 16-7-947.
- Decreto n.º 23 330, de 15 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 331, de 15 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 332, de 15 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 333, de 15 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 334, de 15 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 335, de 15 de julho de 1947** —
"Suprime cargos provisórios".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 336, de 15 de julho de 1947** —
"Torna sem efeito o Decreto n.º 18 443, de 23 de abril de 1945".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 337, de 15 de julho de 1947** —
"Concede à Companhia Nacional de Ferro Puro autorização para funcionar como empresa de mineração".
"Diário Oficial" de 6-8-947.
- Decreto n.º 23 338, de 15 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Magalhães Vieira a pesquisar ágatas, calcedônia, opalas e associados no município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul".
"Diário Oficial" de 17-7-947.

- Decreto n.º 23 339, de 15 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Hermegildo Martini a pesquisar argila refratária, caulim e associados, no município e Estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 340, de 15 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Camilo José da Silva a pesquisar mica e associados no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 341, de 15 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Rafael Di Sandro a lavar feldspato, caulim e associados no município e Estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 342, de 15 de julho de 1947** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Dias de Sousa a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Mantena, Estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 343, de 15 de julho de 1947** —
"Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre as cidades de Elói Mendes e Paraguaçu, no Estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 31-7-947.
- Decreto n.º 23 344, de 15 de julho de 1947** —
"Autoriza a Companhia Campineira de Tração, Luz e Força a construir uma linha de transmissão entre o quilômetro 26 da linha Alsina Americana-Taubaté e a sub-estação distribuidora da cidade de Campinas, município de igual nome, Estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 345, de 15 de julho de 1947** —
"Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao estabelecimento das instalações referentes ao aproveitamento hidroelétrico de Areal, outorgada em favor da Companhia Brasileira de Energia Elétrica S. A. pelo Decreto-lei n.º 7 469, de 17 de abril de 1945 e autoriza a desapropriá-las.
"Diário Oficial" de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 346, de 15 de julho de 1947** —
"Suprime cargo".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 347, de 15 de julho de 1947** —
"Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado do Paraná".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 348, de 15 de julho de 1947** —
"Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado de Mato Grosso".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 349, de 15 de julho de 1947** —
"Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 350, de 15 de julho de 1947** —
"Dispõe sobre a execução dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-lei n.º 7 967, de 18 de setembro de 1945".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 351, de 15 de julho de 1947** —
"Faz pública a adesão por parte do Governo da União Sul-Africana à Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 352, de 15 de julho de 1947** —
"Faz pública a adesão por parte do Governo da União Sul-Africana à Convenção Internacional sobre linhas de limite de carga, firmada em Londres, a 5 de julho de 1930".
"Diário Oficial" de 17-7-947.
- Decreto n.º 23 353, de 15 de julho de 1947** —
"Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Ordinárias de Extranumerário-Mensalista das Estradas de Ferro São Luis-Teresina e Central do Piauí e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 22-7-947.
- Decreto n.º 23 354, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 355, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargo".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 356, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargo".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 357, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 358, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 359, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 360, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 361, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 362, de 16 de julho de 1947** —
"Suprime cargos".
"Diário Oficial" de 18-7-947.
- Decreto n.º 23 363, de 16 de julho de 1947** —
"Retifica os artigos 1.º e 4.º do Decreto n.º 19 592, de 10 de setembro de 1945, que autorizou a Companhia Nacional de Óleos Minerais S. A. a pesquisar jazidas de rochas betuminosas e piro-betuminosas — classe IX — nos municípios de Tremembé e Taubaté, da comarca de Taubaté, Estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 364, de 16 de julho de 1947 —
"Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado do Amazonas".

"Diário Oficial" de 18-7-947.

Decreto n.º 23 365, de 17 de julho de 1947 —
"Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado de Sergipe".

"Diário Oficial" de 17-7-947.

Decreto n.º 23 366, de 17 de julho de 1947 —
"Concede à Sociedade Brito Pereira & Cia. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acôrdo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 367, de 17 de julho de 1947 —
"Concede à firma A. Coimbra & Filhos, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acôrdo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940".

"Diário Oficial" de 26-7-947.

Decreto n.º 23 368, de 17 de julho de 1947 —
"Concede à Sociedade Transportes Marítimos Cacique Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acôrdo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940".

"Diário Oficial" de 22-7-947.

Decreto n.º 23 369, de 17 de julho de 1947 —
"Concede à Sociedade Norton, Megaw & Company Ltda. autorização para continuar a funcionar na República".

"Diário Oficial" de 1-8-947.

Decreto n.º 23 370, de 17 de julho de 1947 —
"Concede à firma Beranger & Cia. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acôrdo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940".

"Diário Oficial" de 22-7-947.

Decreto n.º 23 371, de 17 de julho de 1947 —
"Aprova alterações introduzidas nos estatutos da Aliança Minas Gerais Companhia de Seguros".

"Diário Oficial" de 26-7-947.

Decreto n.º 23 373, de 18 de julho de 1947 —
"Inclui função em comissão na Tabela Numérica Ordinária de Mensalista da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, aprovada pelo Decreto n.º 22 890, de 8 de abril de 1947".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 374, de 18 de julho de 1947 —
"Aprova projeto e orçamento para construção de ranchos de madeira, desmontáveis, pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 375, de 18 de julho de 1947 —
"Aprova projetos e orçamentos para execução de obras no prolongamento de Campo Grande a Ponta Porã, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil".

"Diário Oficial" de 18-7-947.

Decreto n.º 23 376, de 18 de julho de 1947 —
"Declara de utilidade pública faixa de terra a ser desapropriada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 377, de 18 de julho de 1947 —
"Aprova projeto e orçamento para construção de muro de arrimo nas oficinas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Bauru".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 378, de 18 de julho de 1947 —
"Autoriza a cessão de faixa de terreno pertencente à Viação Férrea do Rio Grande do Sul".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 379, de 18 de julho de 1947 —
"Aprova projetos e orçamentos para execução de obras no prolongamento de Campo Grande a Ponta Porã, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 380, de 18 de julho de 1947 —
"Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Educadora do Brasil S. A., atualmente denominada Rádio Tamoio S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora".

"Diário Oficial" de 28-7-947.

Decreto n.º 23 381, de 18 de julho de 1947 —
"Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Cultura Araraquara, atualmente denominada Rádio Cultura Araraquara Ltda., para estabelecer uma estação radiodifusora".

"Diário Oficial" de 1-8-947.

Decreto n.º 23 382, de 18 de julho de 1947 —
"Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura "A Voz do Espaço" para estabelecer uma estação radiodifusora".

"Diário Oficial" de 2-8-947.

Decreto n.º 23 384, de 18 de julho de 1947 —
"Autoriza o cidadão húngaro Guilherme Grunwald a comprar pedras preciosas".

"Diário Oficial" de 26-7-947.

Decreto n.º 23 385, de 18 de julho de 1947 —
"Revoga o Decreto n.º 18 138, de 22 de março de 1945".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 386, de 18 de julho de 1947 —
"Revoga o Decreto n.º 5 517, de 11 de abril de 1940".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 387, de 18 de julho de 1947 —
"Revoga o Decreto n.º 8 033, de 9 de outubro de 1941".

"Diário Oficial" de 21-7-947.

Decreto n.º 23 388, de 18 de julho de 1947 —
"Autoriza a firma Emilio Schupp & Cia. a comprar pedras preciosas".

"Diário Oficial" de 28-7-947.

- Decreto n.º 23 390, de 21 de julho de 1947** —
 “Outorga a Honório Gomes, ou empresa que organizar, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira das Oliveiras, no rio Itapeçerica, distrito da sede do município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 28-7-947.
- Decreto n.º 23 392, de 21 de julho de 1947** —
 “Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre o local da futura usina de Poço Fundo, no rio Machado, município de Gimirim, e a cidade de Ouro Fino, município de igual nome, no Estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 393, de 21 de julho de 1947** —
 “Autoriza a Companhia Sul-Mineira de Eletricidade a elevar a altura da barragem atual da Usina Poços de Caldas até o máximo de 2,50 metros”.
 “Diário Oficial” de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 394, de 21 de julho de 1947** —
 “Autoriza a Companhia Sul-Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre o local da futura usina de Poço Fundo, no rio Machado, município de Gimirim, no Estado de Minas Gerais e a cidade de Poços de Caldas, município de igual nome, no mesmo Estado”.
 “Diário Oficial” de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 396, de 22 de julho de 1947** —
 “Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado de Goiás”.
 “Diário Oficial” de 24-7-947.
- Decreto n.º 23 397, de 22 de julho de 1947** —
 “Considera de utilidade pública para fins de desapropriação um terreno no Xuí, município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul”.
 “Diário Oficial” de 24-7-947.
- Decreto n.º 23 398, de 23 de julho de 1947** —
 “Transfere função de Extranumerário-Mensalista, de repartições do Ministério da Guerra”.
 “Diário Oficial” de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 399, de 23 de julho de 1947** —
 “Altera a redação dos artigos 238 e 239 do Regulamento baixado com o Decreto n.º 16 274, de 20 de dezembro de 1923, para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal”.
 “Diário Oficial” de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 400, de 23 de julho de 1947** —
 “Torna sem efeito o Decreto n.º 23 207, de 18 de junho de 1947”.
 “Diário Oficial” de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 401, de 23 de julho de 1947** —
 “Extingue cargos”.
 “Diário Oficial” de 25-7-947.
- Decreto n.º 23 402, de 25 de julho de 1947** —
 “Aprova o Regulamento da Diretoria do Ensino na Aeronáutica”.
 “Diário Oficial” de 28-7-947.
- Decreto n.º 23 403, de 26 de julho de 1947** —
 “Dá novo regulamento à Caixa de Construção de Casas para o pessoal do Ministério da Marinha”.
 “Diário Oficial” de 1-8-947.
- Decreto n.º 23 404, de 28 de julho de 1947** —
 “Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado de Santa Catarina”.
 “Diário Oficial” de 30-7-947.
- Decreto n.º 23 405, de 28 de julho de 1947** —
 “Transfere funções de Extranumerário-Mensalista da Agência Nacional para o Departamento Federal de Segurança Pública”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.
- Decreto n.º 23 406, de 28 de julho de 1947** —
 “Aprova a reforma dos estatutos e aumenta o capital da sociedade que menciona”.
 “Diário Oficial” de 1-8-947.
- Decreto n.º 23 411, de 28 de julho de 1947** —
 “Autoriza o cidadão polonês Genach Chardrycki a comprar pedras preciosas”.
 “Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 412, de 28 de julho de 1947** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rangel Filho a comprar pedras preciosas”.
 “Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 413, de 28 de julho de 1947** —
 “Declara de nenhum efeito o Decreto n.º 8 385, de 13 de dezembro de 1941, que outorga à Companhia Mineração e Metalurgia São Paulo-Paraná concessão para o aproveitamento da energia hidráulica existente no salto Cavalcante, no rio das Cinzas, município de Tomasina, Estado do Paraná”.
 “Diário Oficial” de 30-7-947.
- Decreto n.º 23 415, de 28 de julho de 1947** —
 “Retifica o artigo 12 do Decreto n.º 19 542, de 31 de agosto de 1945”.
 “Diário Oficial” de 30-7-947.
- Decreto n.º 23 416, de 28 de julho de 1947** —
 “Concede à Eletro-Mecânica Construtora (Elmeço) S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração”.
 “Diário Oficial” de 9-8-947.
- Decreto n.º 23 417, de 29 de julho de 1947** —
 “Transforma função na Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista, do Departamento Nacional de Previdência Social, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.
 “Diário Oficial” de 31-7-947.
- Decreto n.º 23 418, de 29 de julho de 1947** --
 “Transfere função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Departamento Nacional de Indústria e Comércio para igual tabela do Departamento Nacional do Trabalho, todos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.
 “Diário Oficial” de 31-7-947.
- Decreto n.º 23 419, de 29 de julho de 1947** —
 “Aprova o regimento interno da Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.
 “Diário Oficial” de 31-7-947.

Decreto n.º 23 420, de 29 de julho de 1947 —
 “Concede ao Centro dos Despachantes da Prefeitura e da Receptoría do Distrito Federal a prerrogativa do art. 513, alínea d, da Consolidação das Leis do Trabalho”.
 “Diário Oficial” de 31-7-947.

Decreto n.º 23 421, de 29 de julho de 1947 —
 “Concede à Sociedade anônima The Caloric Company autorização para continuar a funcionar na República”.
 “Diário Oficial” de 9-8-947.

Decreto n.º 23 422, de 29 de julho de 1947 —
 “Revoga dispositivo de decreto que alterou os estatutos da “A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil”.
 “Diário Oficial” de 4-8-947.

Decreto n.º 23 423, de 23 de julho de 1947 —
 “Transfere ao Banco do Brasil S. A. como agente especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes das empresas que menciona e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 4-8-947.

Decreto n.º 23 424, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Luís Hermann Neto a lavar quartzo feldspato e associados no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 425, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza a empresa de mineração Magnesita S. A. a lavar argila e associados no município de Caeté do Estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 426, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel a pesquisar fosfatos no município de Iguape, Estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 427, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza a firma Carlos Kuenerz & Cia. Ltda. a lavar jazida de minério de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 428, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Pereira Inácio a pesquisar argila refratária no município de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 430, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Vaz Ferreira a pesquisar areia, argila, turfa e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 431, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Jabur a pesquisar argila e associados no município de Paranaguá, Estado do Paraná”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 432, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro César Memola a pesquisar água mineral no município de Atibaia, Estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 433, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Antenor Ferreira a pesquisar caulim e associados, no município de Atibaia, no Estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 434, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Alimonda a pesquisar apatita, no município de Monteiro, Estado da Paraíba”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 435, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Alimonda a pesquisar apatita e associados no município de Monteiro, Estado da Paraíba”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 436, de 29 de julho de 1947 —
 “Autoriza o espólio de Henrique Laje a pesquisar minério de ferro no município de Antonina, Estado do Paraná”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 437, de 30 de julho de 1947 —
 “Autoriza a empresa de mineração Magnesita S. A., a lavar argila e associados no município de Betim, no Estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 2-8-947.

Decreto n.º 23 438, de 29 de julho de 1947 —
 “Aprova o Regimento Interno da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde”.
 “Diário Oficial” de 31-7-947.

Decreto n.º 23 439, de 29 de junho de 1947 —
 “Dispõe sobre Tabela Numérica de Mensalistas de repartições do Ministério da Educação e Saúde”.
 “Diário Oficial” de 31-7-947.

Decreto n.º 23 440, de 29 de julho de 1947 —
 “Transforma funções na Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista do Serviço Nacional de Malária do Ministério da Educação e Saúde”.
 “Diário Oficial” de 31-7-947.

Decreto n.º 23 441, de 29 de julho de 1947 —
 “Transforma função de estatístico, referência XI, em auxiliar de escritório, de igual referência na T. N. M. do Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde”.
 “Diário Oficial” de 31-7-947.

Decreto n.º 23 442, de 30 de julho de 1947 —
 “Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Companhia Telefônica Riograndense para, sem monopólio, ou privilégio de espécie alguma, executar serviço telegráfico interior e exterior, bem como serviço telefônico internacional, por meio de linhas telegráficas e telefônicas, com as Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai”.
 “Diário Oficial” de 7-8-947.

- Decreto n.º 23 443, de 31 de julho de 1947** —
“Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado do Espírito Santo”.
“Diário Oficial” de 2-8-947.
- Decreto n.º 23 444, de 31 de julho de 1947** —
“Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado de Pernambuco”.
“Diário Oficial” de 2-8-947.
- Decreto n.º 23 445, de 31 de julho de 1947** —
“Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado do Maranhão”.
“Diário Oficial” de 2-8-947.
- Decreto n.º 23 446, de 31 de julho de 1947** —
“Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul”.
“Diário Oficial” de 2-8-947.
- Decreto n.º 23 447, de 31 de julho de 1947** —
“Extingue cargo”.
“Diário Oficial” de 2-8-947.
- Decreto n.º 23 448, de 31 de julho de 1947** —
“Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 449, de 31 de julho de 1947** —
“Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Serviço de Comunicações do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 450, de 31 de julho de 1947** —
“Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Departamento Nacional de Obras de Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 451, de 31 de julho de 1947** —
“Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Escola Ana Néri, da Universidade do Brasil, do Ministério da Educação e Saúde”.
“Diário Oficial” de 1-8-947.
- Decreto n.º 23 452, de 31 de julho de 1947** —
“Transfere função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Serviço de Biometria Médica do Ministério da Educação e Saúde”.
“Diário Oficial” de 1-8-947.
- Decreto n.º 23 453, de 31 de julho de 1947** —
“Transfere função de Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Guerra”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 454, de 31 de julho de 1947** —
“Transfere função de Extranumerário-Mensalista”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 455, de 31 de julho de 1947** —
“Subordina ao 1.º Distrito Naval o Corpo de Fuzileiros Navais”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 456, de 31 de julho de 1947** —
“Altera as Tabelas Numéricas, Ordinária e Suplementar, de Extranumerário-Mensalista, dos Serviços Auxiliares e do Serviço de Transportes, todas do Gabinete do Ministro, do Ministério da Aeronáutica”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 457, de 31 de julho de 1947** —
“Cria a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Diretoria de Ensino da Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 459, de 31 de julho de 1947** —
“Suprime cargo”.
“Diário Oficial” de 2-8-947.
- Decreto n.º 23 460, de 2 de agosto de 1947** —
“Declara de utilidade pública a Associação Paulista de Belas Artes, com sede na capital do Estado de São Paulo”.
“Diário Oficial” de 5-8-947.
- Decreto n.º 23 461, de 4 de agosto de 1947** —
“Aprova o aumento de capital e a alteração estatutária da Sul-América Capitalização S. A.”.
“Diário Oficial” de 7-8-947.
- Decreto n.º 23 462, de 4 de agosto de 1947** —
“Modifica as Tabelas Numéricas de Extranumerário-Mensalista da Diretoria Geral de Educação e do Instituto Nacional de Surdos e Mudos”.
“Diário Oficial” de 6-8-947.
- Decreto n.º 23 463, de 4 de agosto de 1947** —
“Declara luto pelo falecimento do presidente Tomás Berreta, do Uruguai”.
“Diário Oficial” de 4-8-947.
- Decreto n.º 23 466, de 6 de agosto de 1947** —
“Muda a denominação de Unidade da Polícia Militar de que trata o Decreto-lei n.º 9 120, de 2 de abril de 1946, para Unidades de Polícia do Exército”.
“Diário Oficial” de 8-8-947.
- Decreto n.º 23 470, de 6 de agosto de 1947** —
“Declara extinto o Conselho Administrativo do Estado da Bahia”.
“Diário Oficial” de 8-8-947.
- Decreto n.º 23 471, de 7 de agosto de 1947** —
“Retifica as Tabelas Numéricas de Extranumerário-Mensalista que acompanharam o Decreto n.º 22 386, de 31 de dezembro de 1937”.
“Diário Oficial” de 9-8-947.
- Decreto n.º 23 472, de 8 de agosto de 1947** —
“Suprime cargo”.
“Diário Oficial” de 8-8-947.

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Leis

Lei n.º 108, de 26 de setembro de 1947

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2 346 045,00, para pagamento à UNESCO.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 2 346 045,00), equivalente a US\$ 180 465,00, na base de Cr\$ 13,00 por US\$ 1,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), no presente exercício.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Raul Fernandes
José Vieira Machado

(D.O. — 2-10-47).

★

Lei n.º 118, de 18 de outubro de 1947

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 12 000 000,00, para atender às obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento da Baixada Fluminense.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 12 000 000,00 (doze milhões de cruzeiros), para atender às obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento na Baixada Fluminense — Verba 4 (Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis); Consignação VI (Dotações Diversas), Sub-consignação 12 (Obras) — 33 (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), letra e (Saneamento da Baixada Fluminense), do vigente Orçamento Geral da República, (anexo n.º 22, da Lei n.º 13, de 2 de janeiro de 1947), realizando as necessárias operações de crédito.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Clóvis Pestana
José Vieira Machado

(D.O. — 22-10-47).

★

Lei n.º 120, de 22 de outubro de 1947

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Conselho Nacional do Petróleo, o crédito especial de Cr\$ 25 000 000,00, para a criação da Refinaria Nacional do Petróleo S.A.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Conselho Nacional do Petróleo, o crédito especial de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25 000 000,00), para atender às despesas com a constituição e instalação, na forma do Decreto-lei n.º 9 881, de 16 de setembro de 1946, da Refinaria Nacional de Petróleo S. A., bem assim como a construção, no Estado da Bahia, de uma refinaria para tratar o petróleo brasileiro.

Art. 2.º — A importância a que se refere o art. 1.º será restituída à União pela Refinaria Nacional de Petróleo S. A. depois de constituída, mediante a entrega de vinte e cinco mil (25 000) ações no valor de mil cruzeiros (Cr\$ 1 000,00) cada uma, correspondente à quota de cinquenta por cento (50%) do capital social, a ser subscrita pela União incorporando-se à sociedade todos os bens que tiverem sido adquiridos para a refinaria.

Art. 3.º — E' o Conselho Nacional do Petróleo autorizado a realizar, por intermédio da Comissão nomeada nos termos do Decreto-lei n.º 9 881, de 16 de setembro de 1946, uma operação de crédito com o Banco do Brasil S. A., até a importância de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25 000 000,00), correspondente à quota de cinquenta por cento (50%) do capital, a ser oferecida à subscrição pública.

Parágrafo único — A Refinaria Nacional de Petróleo S. A. ficará sub-rogada nos direitos e obrigações decorrentes da operação de crédito de que trata este artigo.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
José Vieira Machado

(D.O. — 25-10-47).

★

Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947

Declara, para fins do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal, os municípios que constituem bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — São declarados bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País, e para os fins deter-

minados no § 2.º do art. 28, da Constituição Federal, os seguintes municípios: Manaus, no Estado do Amazonas; Belém, no Estado do Pará; Natal, no Estado do Rio Grande do Norte; Recife, no Estado de Pernambuco; Salvador, no Estado da Bahia; Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro; São Paulo, Santos e Guarulhos, no Estado de São Paulo; Florianópolis e São Francisco, no Estado de Santa Catarina; Pôrto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravatal e Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul; e Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1947. 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Benedito Costa Neto
Sílvio de Noronha
Canrobert P. da Costa
Armando Trompowsky

(D.O. — 24-10-47).

★

Lei n.º 122, de 23 de outubro de 1947

Isenta do pagamento de direito de importação e demais taxas aduaneiras, material destinado ao Conselho Nacional de Geografia e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É concedida isenção de direitos e demais taxas aduaneiras para dezoito (18) caixas com o peso bruto de 4 270 quilos, contendo chapas de vidro e pasta para colagem de mapas, vindas pelo vapor "Mauá", destinadas ao Conselho Nacional de Geografia.

Art. 2.º — É, igualmente, concedida isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para 4 636 volumes contendo tubos de ferro para água, com o peso bruto de 328 680 quilos, importados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, para serem empregados nas construções de assistência social.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
José Vieira Machado

(D.O. — 27-10-47).

★

Lei n.º 124, de 23 de outubro de 1947

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00, para desapropriações de terras na Baixada Fluminense.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00 (três milhões de cruzeiros), para atender às despesas com desapropriações de terras necessárias à execução do programa de colonização e aproveitamento da Baixada Fluminense.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Daniel de Carvalho
José Vieira Machado

(D.O. — 30-10-47).

★

Lei n.º 127, de 30 de outubro de 1947

Cria o hórto florestal de Sobral, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É criado, em terras do açude Jaibara, no município de Sobral, Estado do Ceará, um hórto florestal, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — O Ministério da Agricultura entrará em entendimentos com o da Viação e Obras Públicas, para que lhe sejam entregues as terras necessárias à instalação do hórto a que alude o art. 1.º.

Art. 3.º — Para cumprimento da presente lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de quinhentos e quarenta e sete mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 547 800,00), destinado a atender às despesas com pessoal mensalista e diarista e instalação do hórto a que se refere esta lei, assim discriminado:

	Cr\$
Para pessoal diarista	162 000,00
Para pessoal mensalista	85 800,00
Para instalação do hórto	300 000,00
Total	547 800,00

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Daniel de Carvalho
José Vieira Machado

(D.O. — 3-11-47).

Concorra para que o Brasil seja geográficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Decretos

Decreto n.º 23 804, de 8 de outubro de 1947

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300 000,00, para atender às despesas com o transporte do Arquivo da Casa Imperial.

O Presidente da República, usando da autorização que lhe confere a Lei n.º 56, de 6 de agosto de 1947, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 80, § 3.º, do Código de Contabilidade Pública,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 300 000,00 (trezentos mil cruzeiros), para atender às despesas com o transporte do Arquivo da Casa Imperial.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Clemente Mariani
José Vieira Machado

(D.O. — 9-10-47).

★

Decreto n.º 23 939, de 27 de outubro de 1947

Autoriza o funcionamento de cursos da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Dec. lei n.º 421, de 11 de maio de 1938,

Decreta:

Artigo único — E' concedida autorização para o funcionamento dos cursos de geografia e história, de ciências sociais e de letras clássicas da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, mantida pela Sociedade Propagadora Esveda, com sede em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Clemente Mariani

(D.O. — 30-10-47).

★

Decreto n.º 23 990, de 31 de outubro de 1947

Aprova o Regulamento da Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o disposto na Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, criada nos termos da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947, que baixa com este decreto, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
José Vieira Machado

REGULAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA DE DEFESA DA BORRACHA**CAPÍTULO I***Da finalidade*

Art. 1.º — A Comissão Executiva de Defesa da Borracha, criada nos termos da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947, tem por finalidade assistir e amparar as indústrias extrativa e manufatureira de borracha brasileira, de acôrdo com as atribuições que lhe confere a citada lei.

CAPÍTULO II*Da organização*

Art. 2.º — A Comissão Executiva de Defesa da Borracha, que funcionará sob a presidência do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, é constituída de três membros, sendo um representante do Banco de Crédito da Borracha S. A., um dos produtores e um da indústria manufatureira, os quais serão nomeados por decreto do Presidente da República, de acôrdo com os arts. 5.º e 8.º e seu parágrafo único da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947.

Parágrafo único — Dentre os membros da Comissão Executiva da Borracha, um deles será simultaneamente nomeado pelo Presidente da República para exercer as funções de vice-presidente.

CAPÍTULO III*Da competência*

Art. 3.º — A Comissão Executiva de Defesa da Borracha compete:

a) assegurar, por intermédio do Banco de Crédito da Borracha S. A., a manutenção de estoques de borracha nos centros industriais, em qualidades e quantidades suficientes para garantir o pleno funcionamento dos estabelecimentos manufatureiros;

b) controlar, por intermédio da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, S. A., a importação de borracha, seus sucedâneos, pneumáticos e câmaras de ar, isolados ou fazendo parte de veículos e máquinas, bem como dos demais artefatos das matérias primas acima citadas, para o que estabelecerá normas ou será obrigatoriamente ouvida em cada caso;

c) fixar, a partir de 1950, sempre que fôr necessário; pelo menos com seis meses de antecedência, os preços da borracha a serem pagos pelo Banco de Crédito da Borracha, S. A., ao produtor, e a serem cobrados pelo mesmo Banco às indústrias manufatureiras, quer nas vendas efetuadas em Belém, quer nas vendas efetuadas nos próprios centros industriais;

d) verificar nas fontes de produção os preços dos artefatos de borracha estabelecidos pelos industriais, podendo modificá-los de acôrdo com as condições econômicas vigentes;

e) opinar sobre a conveniência da instalação de novas fábricas de artefatos de borracha que pretendam estabelecer-se no país, utilizando os favores já previstos em lei, ficando o Banco de Crédito da Borracha, S. A. autorizado a incentivar a implantação e o desenvolvimento da indústria manufatureira de artefatos de borracha na Amazônia;

f) autorizar e fiscalizar, nas indústrias manufatureiras, que já mantêm contratos de isenção ou de redução de direitos com o Governo Federal, o emprêgo de sucedâneos de borracha, cuja utilização seja comprovadamente indispensável por motivos de ordem técnica;

g) propor ao Poder Executivo, no caso de se verificar, antes de esgotar-se o prazo fixado no art. 4.º da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947, a conveniência de ser restabelecido o regime da liberdade das operações finais de compra e venda da borracha, as providências para esse fim necessárias;

h) coligir e sistematizar, solicitando aos poderes públicos, entidades autárquicas ou a empresas particulares, todas as informações que a Comissão Executiva de Defesa da Borracha necessitar, nos termos do art. 7.º da lei que a instituiu;

i) colaborar com o Banco de Crédito da Borracha, S. A., na fixação dos preços da borracha a serem cobrados às indústrias manufatureiras;

j) tomar as providências necessárias para a organização de seus serviços administrativos e para dar plena execução às funções que lhe são cometidas, inclusive realizar entendimentos com entidades públicas e particulares obtendo a consecução de suas finalidades.

CAPÍTULO IV

Das atribuições

Art. 4.º — São atribuições do Presidente da Comissão Executiva de Defesa da Borracha:

- a) presidir às reuniões;
- b) distribuir entre os membros da Comissão os processos ou matéria a serem estudados e relatados;
- c) conceder prorrogação de prazo para a apresentação de parecer;
- d) conceder vista de processos aos membros da Comissão;
- e) mandar organizar a ordem do dia das reuniões, podendo modificá-la quando entender conveniente ao andamento dos trabalhos;
- f) submeter a discussão e votação as atas das reuniões e as matérias constantes da ordem do dia, e proclamar os resultados;
- g) participar das discussões e votações, nestas com o voto de qualidade;
- h) resolver as questões de ordem que sejam levantadas;
- i) fixar a data para as sessões ordinárias e convocar as extraordinárias, providenciando no sentido de que os membros da Comissão sejam avisados com a necessária antecedência;
- j) promover as diligências que se fizerem mister para o cumprimento das finalidades da Comissão;

l) resolver as questões de ordem administrativa.

Art. 5.º — Ao Vice-Presidente da Comissão Executiva de Defesa da Borracha incumbe, além de suas atribuições como membro da mesma, substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos e dirigir os serviços administrativos da Comissão.

Art. 6.º — Aos membros da Comissão Executiva de Defesa da Borracha compete:

- a) comparecer às sessões salvo motivo de força maior, justificado perante o Presidente;
- b) estudar e relatar as matérias que lhes forem distribuídas, dentro de oito (8) dias a contar da data do recebimento do processo, salvo prorrogação requerida ao Presidente e por este concedida;
- c) solicitar ao Presidente, quando julgado necessário, a conversão dos processos em diligência, inclusive a que possa resultar em consulta a outros membros da Comissão;
- d) votar e justificar seu voto, podendo fazê-lo em separado, se vencido, e servir como prolator da decisão quando seu voto for vencedor, mediante designação do Presidente;
- e) pedir vista em processos quando julgar necessário, por ocasião da votação, por prazo não superior a oito (8) dias;
- f) requerer ao Presidente a convocação de sessões extraordinárias, justificando seu pedido;
- g) assinar o livro de presença ao comparecer às reuniões;
- h) subscrever as atas depois de aprovadas.

CAPÍTULO V

Das sessões

Art. 7.º — A Comissão Executiva de Defesa da Borracha reunir-se-á em dia previamente designado pelo Presidente.

Parágrafo único — Quando necessário, o Presidente, a seu juízo ou a requerimento de qualquer dos membros, convocará sessões extraordinárias.

Art. 8.º — A Comissão só deliberará com a presença de pelo menos dois terços do total de seus membros.

Art. 9.º — A juízo do Presidente, poderão comparecer às sessões interessados ou técnicos no assunto objeto de discussão.

Art. 10 — De todas as sessões serão lavradas atas, mesmo que não haja deliberação por falta de número, mencionando-se sempre os nomes dos membros que compareceram.

Art. 11 — Encerrado o debate de cada matéria em pauta, será a mesma posta em votação, e pelo Presidente colhidos os votos e proclamado o resultado.

§ 1.º — A votação será nominal, expressa pelas fórmulas sim ou não nos casos de total acôrdo ou desacôrdo com os termos do parecer, podendo ter lugar, nesta última hipótese, a apresentação de voto em separado.

§ 2.º — Se o voto do relator for vencido, o Presidente designará para redigir a decisão, dentro do prazo de oito (8) dias, o membro da Comissão cujo voto for vencedor.

Art. 12 — O relator da matéria sujeita a deliberação da Comissão poderá declarar-se suspeito ou impedido, cabendo ao Presidente designar novo relator.

Parágrafo único — Qualquer membro da Comissão poderá, igualmente, declarar-se suspeito ou impedido por ocasião da discussão ou votação.

CAPÍTULO VI

Das substituições

Art. 13 — O Presidente solicitará ao Poder Executivo a exoneração de qualquer membro da Comissão que deixe de comparecer, sem motivo justificado, a três (3) sessões ordinárias consecutivas, bem como a nomeação do seu substituto, de acôrdo com o que dispõe o art. 8.º da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Art. 14 — Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha, em sessão plenária.

Art. 15 — A Comissão Executiva de Defesa da Borracha gozará de franquia postal e telegráfica.

Art. 16 — O presente Regulamento entra em vigor dentro de trinta (30) dias a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1947. —
José Vieira Machado.

(D.O. — 3-11-47).

★

Decreto n.º 23 994, de 4 de novembro de 1947

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13 950,00, para pagamento de gratificações de magistério.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n.º 95, de 17 de

setembro de 1947, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública,

Decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de treze mil novecentos e cinqüenta cruzeiros (Cr\$ 13 950,00), para atender ao pagamento de gratificações de magistério concedidas a João Capistrano Raja Gabaglia, professor (C.P.E.), padrão L do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, relativas aos períodos de janeiro a março e de abril a dezembro de 1946, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 2 895, de 21 de dezembro de 1940.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1947,
126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Clemente Mariani
José Vieira Machado

(D.O. — 6-11-47).

Íntegra dos decretos e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto n.º 13 681, de 15 de setembro de 1947

Declara de utilidade pública uma área de terra ao longo do rio São Francisco, a montante da cachoeira de Paulo Afonso.

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de atender em tempo, com as providências preliminares da ação oficial ao desenvolvimento da região do território baiano que há de beneficiar-se com a energia da cachoeira de Paulo Afonso, como da própria cachoeira de Itaparica;

Considerando o alto interêsse do Estado da Bahia em que se formem, em seu território, com sede própria, os núcleos de povoamento, de colonização espontânea ou dirigida, bem como os centros de riqueza da bacia do rio São Francisco, com a conquista da energia transformada de suas quedas d'água;

Considerando demais o entendimento já iniciado entre o Governo do Estado e o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e o Ministério da Agricultura,

Resolve:

Art. 1.º — Excluídas as terras de perímetro urbano como as que forem de patrimônio de municípios e distritos municipais, fica considerada de utilidade pública, para fins de reserva ou de desapropriação, no caso que se trate de terreno devoluto ou de domínio particular, uma área na margem direita do rio São Francisco, a montante da cachoeira de Paulo Afonso, com 50 quilômetros de largura, a partir do local Forquilha, na referida cachoeira.

Art. 2.º — Essa área será destinada à colonização agrícola, com povoamento sistemático, devendo dentro dela ser instalada uma colônia agrícola, com a sede respectiva, pelo Governo da União, nos termos da legislação vigente e na forma que for ajustada entre o Governo do Estado e o Governo Federal.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, em 15 de setembro de 1947. — *Otávio Mangabeira* — *Nestor Duarte*.

(D.O. — Bahia, 16-9-47).

★

SANTA CATARINA

Lei n.º 23, de 13 de novembro de 1947

Cria o distrito de Palmeira.

O doutor Aderbal Ramos da Silva, Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica criado, no município de Lajes, o distrito de Palmeira, com os seguintes limites:

Com o município de Curitibaanos — Começa na confluência dos rios dos Índios e Canoas; segue por este último até a foz do rio Águas Pretas; por este acima até a foz do rio Passo Fundo; sobe por ele até a sua mais alta nascente na serra Geral.

Com o município de Rio do Sul — Começa na mais alta nascente do rio Passo Fundo, na serra Gearl; segue pelos seus itaimbés até a mais alta cabeceira do rio Caçador.

Com o distrito de Bocaina do Sul — Começa na serra Geral, na mais alta nascente do rio Caçador, e desce por este até sua foz no rio Desquite; por este abaixo até sua confluência com o rio Canoas; continua por este acima até a foz do rio Filipe.

Com o distrito de Índios — Começa na confluência dos rios Canoas e Felipe, e sobe este último até a foz do seu afluente que nasce na vertente sul do morro do Mato Escuro; sobe este até suas nascentes; segue por uma linha reta às cabeceiras do lajeado Cachoeira, descendo este à sua foz no rio do Lajeado; segue por este à sua barra no rio dos Índios.

Com o distrito de Correia Pinto — Começa na confluência dos rios Lajeado e Índios, descendo este até sua barra no rio Canoas.

Art. 2.º — A sede do novo distrito será o povoado de Palmeira.

Art. 3.º — Dentro de 60 dias, contados da publicação desta lei, será instalado o distrito, ora criado.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário da Justiça, Educação e Saúde assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de novembro de 1947. — *Aderbal R. da Silva* — *Armando Simone Pereira* — *João Davi Ferreira Lima* — *Leoberto Leal*.

Publicada a presente lei na Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, aos treze dias do mês de novembro de 1947. — *Gustavo Neves*, diretor.

(D.O. — 13-11-47).

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia
Diretório Central

Íntegra das Resoluções ns. 282 a 290

Resolução n.º 282, de 3 de setembro de 1947

Faz transferências em verbas orçamentárias

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando as conveniências do serviço;

Resolve:

Art. 1.º — Transferem-se para a verba "Eventuais" os seguintes quantitativos:

- a) Cr\$ 250 000 da verba I sub-consignação 01; b) Cr\$ 100 000 da verba II sub-consignação 01; c) Cr\$ 100 000 da verba II sub-consignação 02; d) Cr\$ 50 000 da verba II sub-consignação 05.

Art. 2.º — Com o reforço, a verba "Eventuais" atenderá a deficiências orçamentárias, lançando-se as respectivas despesas rigorosamente nas correspondentes verbas deficitárias.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1947, ano XII do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente interino do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

★

Resolução n.º 283, de 19 de setembro de 1947

Institui o semanário informativo "GEO"

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que os servidores do Conselho já constituem apreciável coletividade;

Considerando as vantagens do conhecimento pronto das atividades de interesse recíproco, desenvolvidas nos vários setores do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — Fica autorizada a Secretaria a editar dentro das possibilidades orçamentárias, o "GEO" semanário informativo destinado sobretudo a difundir entre os funcionários do Conselho os assuntos de interesse geral ocorridos nos seus setores de atividade.

Art. 2.º — O semanário terá circulação interna e será distribuído aos servidores das repartições centrais do Conselho e bem assim aos membros dos demais órgãos componentes do Conselho e às pessoas interessadas.

Art. 3.º — O semanário será preparado na Seção de Publicações da Secretaria-Geral do Conselho, cujo chefe é o seu diretor executivo.

Art. 4.º — A edição inicial do semanário será de 500 exemplares, a serem de preferência impressos no Laboratório Fotocartográfico do

Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho.

Art. 5.º — A cada Diretório Regional será enviado um exemplar do semanário, por via rápida, de modo a chegar ao destino dentro da semana da edição, enviando-se os demais exemplares, destinados aos membros e consultores técnicos do Diretório, pela via postal normal.

Art. 6.º — O semanário é também órgão do funcionalismo do Conselho que, nas suas páginas, poderá oferecer sugestões e indicações sobre os serviços e empreendimentos da instituição.

Art. 7.º — Além do noticiário oficial, o semanário dará informações sobre a vida social dos funcionários e membros do Conselho.

Art. 8.º — O semanário será também órgão oficial de qualquer associação de classe dos funcionários do Conselho que se venha constituir.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1947, ano XII do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente interino do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

★

Resolução n.º 284, de 19 de setembro de 1947

Concede aos professores de Geografia e às escolas do país 50% de abatimento nas publicações do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a necessidade de difundir-se nos meios escolares do país a boa literatura geográfica;

Considerando a impossibilidade do envio gratuito de publicações aos professores de Geografia e escolas do país, aos quais entretanto deve ser facilitada quanto possível a aquisição de obras geográficas;

Resolve:

Art. 1.º — Fica concedido o abatimento de 50% nas publicações editadas pelo Conselho a todos os professores de Geografia, inscritos no "Cadastro de Professores" organizado na

Secção Cultural da Secretaria-Geral do Conselho, nos termos da Resolução n.º 205 da Assembléia Geral.

Art. 2.º — Idêntico desconto é concedido aos estabelecimentos escolares do país.

Art. 3.º — Em circular contendo a lista de publicações do Conselho será dada a conhecer a presente decisão aos professores de Geografia e às escolas do país.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1947, ano XII do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente interino do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

★

Resolução n.º 285, de 19 de setembro de 1947

Aprova congratulações ao Diretório Regional de São Paulo pelo centenário das suas reuniões

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a atuação esclarecida e fecunda do Diretório Regional de São Paulo;

Considerando a expressiva solenidade havida em 12 do corrente, em comemoração ao centenário das reuniões do Diretório paulista;

Resolve:

Art. 1.º — O Diretório Central congratula-se com o prestigioso e eficiente Diretório Regional do Conselho no Estado de São Paulo pela passagem, assinalada por merecida co-

memoração, em 12 do mês corrente, do centenário das suas reuniões.

Art. 2.º — O presidente do Instituto encaminhará a presente Resolução ao Governo do Estado de São Paulo, enaltecedo a valiosa cooperação do Diretório Regional paulista, em favor da nobre tarefa do melhor conhecimento do território pátrio.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1947, ano XII do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente interino do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

★

Resolução n.º 286, de 19 de setembro de 1947

Elege os consultores técnicos do Diretório Regional do Estado de São Paulo

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a proposta formulada pelo Diretório Regional de São Paulo, com a Resolução n.º 86, de 12 do corrente;

Resolve:

Artigo único — O quadro de consultores técnicos assessorados ao Diretório Regional do Conselho no Estado de São Paulo, na sua renovação regulamentar, passará a ter a seguinte composição:

I — Documentação Geográfica: Dr. João Lélis Vieira.

II — Fisiografia: Eng.º Teodoreto Leite de Almeida Camargo.

III — Regiões Naturais: Dr. Antônio Paulino de Almeida.

IV — Biogeografia: Dr. Olivério Mário de Oliveira Pinto.

V — Levantamentos e Cartografia: Prof. Francisco de Sales Vicente de Azevedo e Eng.º Valdemar Lefèvre.

VI — Geografia Histórica: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e Dr. Benevenuto Silvério de Arruda Santana.

VII — Geografia Política: Prof. Sud Mennucci.

VIII — Geografia da Produção: Prof. Vitor da Silveira Freire Júnior.

IX — Geografia dos Transportes: Prof. Clodomiro Pereira da Silva e Eng.º Benedito Roberto de Azevedo Marques.

X — Geografia das Comunicações: Eng.º Alvaro Pereira de Sousa Lima e Eng.º Alberto de Oliveira Coutinho Filho.

XI — Geografia Social: Eng.º Milclades Pereira da Silva.

XII — Geografia Matemática: Eng.º Artur Moreira Tomassini.

XIII — Turismo e Excursionismo: Dr. Eugênio Almeida Sales.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1947, ano XII do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente interino do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

★